Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Geografia

SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA:
Uma análise dos problemas de gerenciamento na faixa de praia em Porto de Galinhas – PE.

Aércio José Pereira

Recife, Fevereiro de 2005.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Geografia

SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA:
Uma análise dos problemas de gerenciamento na faixa de praia em Porto de Galinhas – PE.

Dissertação apresentada pelo aluno **Aércio José Pereira,** como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do **Prof. Dr. Jan Bitoun**.

Recife, Fevereiro de 2005

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Pereira, Aércio José

Sustentabilidade turística: uma análise dos problemas de gerenciamento na faixa de praia em Porto de Galinhas-PE/ Aércio José Pereira. – Recife : O Autor, 2005.

158 folhas : il., fig., tab., fotos, mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2005.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Geografia urbana – Meio ambiente – Porto de Galinhas/PE. 2. Sustentabilidade turística – Gerenciamento costeiro – Uso do solo. 3. Políticas públicas – Legislação e normatização – Papel da sociedade civil organizada. 4. Planos de ação – Propostas de gerenciamento. I. Título.

911.3:30	**CDU (2.ed.)**	**UFPE**
910	**CDD (22.ed.)**	**BC2005-076**

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

TITULO: "SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA: UMA ANÁLISE DOS PROBLEMAS DE GERENCIAMENTO NA PRAIA DE PORTO DE GALINHAS - PE".

Nome: Aércio José Pereira

Aprovado em 28 de fevereiro de 2005.

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: _____
Prof. Dr. Jan Bitoun (UFPE)

1.º Examinador: _____
Prof. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

2.º. Examinador: _____
Profa. Dra. Maria do Carmo Martins Sobral (UFPE)

SUPLENTES:

1.º _____
Prof. Dr. Claudio Jorge Moura de Castilho (UFPE)

2.º _____
Profa. Dra. Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Aos meus pais, **José Galdino** (in memorian) e **Quitéria Maria**, por seu amor e dedicação, exemplos de vida e força. Aos meus irmãos **Adelmo José** (in memorian), **Adilma Maria** e minhas sobrinhas **Maria Eduarda, Maria Isabel e Maria Clara**, pelo carinho, vida e alegria que me transmitem todos os dias.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Agradecimentos

A **Deus Pai** que em sua presença constante me ampara, leva-me a vencer os desafios de cada dia e me dá a alegria da conclusão de mais uma etapa em minha vida.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Jan Bitoun** e o Prof. **Dr. Alcindo** por toda atenção, presença e orientação na elaboração desta dissertação. Aos meus amigos e funcionários do Mestrado em Geografia pelo companheirismo e incentivo.

A minha avó **Maria Filadélfia** que pelo seu exemplo de coragem e força anima-me nos momentos de cansaço e me faz acreditar que sempre há tempo para lutar e a todos os meus familiares que no aconchego de seus corações contribuem para que eu seja melhor.

Aos meus **amigos** e **amigas** que em suas orações e carinho deram-me forças e esperanças e fizeram-me acreditar na concretização deste trabalho, nos quais não me aventuro a listar o nome de todos para não passar alguém desapercebido. Porém não deixo de agradecer a cada um de modo bem particular.

À **Prefeitura Municipal de Ipojuca, SEPLAN** (Secretaria de Planejamento – PE), **IBAMA** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), **CPRH** (Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), a (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa do Estado) **CONDEPE/FIDEM**, **EMPETUR** (Empresa de Turismo de Pernambuco), **SPU** (Secretaria do Patrimônio da União) e **CIPOMA** (Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente), pela disponibilização de dados.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

"A vida é para ser vivida, nem devida, nem dividida e sim eternamente vivida."

(Prof. Dr. Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto)
(in memorian)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

RESUMO

Buscando contribuir para o debate acerca do desenvolvimento e proteção do turismo no Estado de Pernambuco, este trabalho tem como objetivo principal a busca pela compreensão das formas de ação dos moradores locais, empreendedores e da gestão pública na construção/transformação do espaço urbano no município de Ipojuca, por meio das mudanças ocorridas em sua faixa de praia.

Para alcançar tal objetivo, este estudo foi concentrado na análise de diversas variáveis, entre elas: a faixa de praia, os moradores locais das áreas mais pobres, o mercado imobiliário, comercial e hoteleiro, bem como a gestão e o planejamento da cidade em relação ao ordenamento de seu litoral.

Ressaltando a necessidade da visão integral da realidade da Vila de Porto de Galinhas, adota-se a partir do conceito proposto por Milton Santos, a análise do espaço geográfico , o qual ressalta as relações mantidas entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações.

O turismo vem se tornando um grande dinamizador econômico na maioria dos municípios litorâneos do Estado em virtude de suas vocações naturais evidentes.

Assim sendo, ao considerar a gestão como agente do sistema urbano, busca-se a apreensão e análise das situações adversas que marcam e configuram o litoral de Ipojuca, entre elas, também estão as ações cotidianas dos moradores que vivem do comércio informal nas praias, como parte do processo que interfere na sustentabilidade ambiental do litoral deste município.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Ao aprofundar a análise da situação litorânea local, a reflexão sobre o trato da gestão do seu patrimônio sócio-ambiental torna-se fruto de um planejamento norteado por suas potencialidades evidenciadas.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ABSTRACT

Searching to contribute for the debate about the development and preservation of the tourism in the State of Pernambuco, this work has as objective main the search for the understanding of the forms of action of the local, enterprising inhabitants and of the public administration in the construction/transformation of the urban space in the city of Ipojuca, by means of the occured changes in its beach band.

To reach such objective, this study it was concentrated in analyzes of diverse variable, between them: the beach band, the place inhabitants of the areas poor, the market real estate, commercial and hotel market, as well as the management and the planning of the city in relation to the order of its coast.

Standing out the necessity of the integral vision of the reality of the Village of Porto de Galinhas, one adopts from the concept considered for Milton Santos, analyzes it of the geographic space, which standes out the relations kept between the object systems and the systems of action.

The tourism comes if becoming a great economic dinamizador in consideration in the majority of the littoral cities of the State in virtue of its evidentes natural vocations.

Thus being, when considering the management as agent of the urban system, searchs it apprehension and analyzes of the adverse situations that mark and configure the coast of Ipojuca, between them, also are the daily actions of the inhabitants who live of deal it informal in beaches, as party to suit that intervenes with the ambient sustentabilidade of the coast of this city.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

When going deep it analyzes it of the local littoral situation, the reflection on the treatment of the management of its partner-ambient patrimony becomes fruit of a planning guided for its evidenced potentialities.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

S U M Á R I O

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I

Turismo e o homem contemporâneo: aportes conceituais..... 13

1.1. Definição do turismo 13

1.2. O Turismo na economia contemporânea 14

1.2.1 No Mundo..... 17

1.2.2.No MERCOSUL..... 20

1.2.3 No Brasil 23

1.3. Mercado turístico: necessidade de equilíbrio 30

1.4. As relações entre turismo e desenvolvimento 32

1.4.1. Turismo fordista 35

1.4.2. Turismo Pós-fordista 38

1.4.3. Segmentação da demanda..... 39

1.4.4. Produção continua de inovações 42

1.5. Turismo e espaço geográfico 43

CAPÍTULO II

Turismo e meio ambiente..... 51

2.1. Desenvolvimento turístico sustentável 51

2.2. Tendências para o desenvolvimento do turismo sustentável..... 62

2.3. Alternativas para o relacionamento harmonioso entre turismo e meio ambiente..... 69

CAPÍTULO III

Porto de Galinhas no desenvolvimento turístico de Pernambuco..... 82

3.1. O Estado de Pernambuco 82

3.2. Aspectos gerais do desenvolvimento turístico em Pernambuco..... 84

3.3. A opção pelo Litoral 86

3.4. Ipojuca: sua vocação turística 91

3.4.1. Aspectos físicos – naturais 94

3.4.2. Seu patrimônio ambiental 98

3.4.3. Seu patrimônio histórico – cultural 102

3.4.4. Sua importância na região metropolitana – Litoral Sul 103

3.4.5. A dinâmica econômica de Porto de Galinhas 105

3.5. As ameaças à sustentabilidade 111

3.5.1. Os impactos sobre a faixa de praia 111

3.5.2. Tentativas de planejamento e regulação 117

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

3.6. Gestão do cotidiano 128
3.6.1. A degradação dos recifes de coral na Praia de Porto de Galinhas... 128
3.6.2. Projeto de requalificação urbana de Porto de Galinhas 131
3.6.3. O exemplo da APA de Guadalupe 140

CONSIDERAÇÕES FINAIS (As contradições, conflitos e desencontros entre os atores responsáveis pelo gerenciamento turístico e ambiental em Porto de Galinhas)..... 145

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 150

ANEXO 159

TABELAS, FIGURAS, FOTOS E MAPAS [1]

[1] Encontra-se no corpo do trabalho, com numeração após o sumário.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

LISTAS DE TABELA, FIGURAS, FOTOS E MAPAS

LISTA DE TABELAS:

TABELA 1: Principais países receptores de turismo 1998 18
TABELA 2: Participação das chegadas de turistas no Brasil na América do Sul, da América do Sul no mundo, do Brasil no total mundial -1992/2001..... 23
TABELA 3: Principais metas e indicadores de desenvolvimento sustentável 60
TABELA 4: Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT (municípios engajadas, oficinas realizadas, agentes treinados e pessoas envolvidas 1995/2001) 80
TABELA 5: Produto Interno Bruto de Pernambuco, Nordeste e Brasil, 1999 84

LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 1: Relação do turismo sustentável e as suas três dimensões: Ambiental, econômica e social 64
FIGURA 2: Ciclo de vida das destinações turísticas 81
FIGURA 3: Zona Costeira 98
FIGURA 4: Projeto Porto Melhor, 2004 132

LISTA DE FOTOS:

FOTO 1: Litoral de Pernambuco 87
FOTO 2: Município de Ipojuca,1980 92
FOTO 3: Município de Ipojuca, 2001 92
FOTO 4: Praia de Porto de Galinhas 93
FOTO 5: Praia de Maracaípe, 1970 94
FOTO 6: Praia de Porto de Galinhas, 1970 94
FOTO 7: Praia do Cupê 95
FOTO 8: Praia de Maracaípe 100
FOTO 9: Praia de Porto de Galinhas 100
FOTO 10: Pontal de Maracaípe 101
FOTO 11: Porto de SUAPE 103
FOTO 12: Centro comercial de Ipojuca, 2001 104
FOTO 13: Acesso principal da praia de Porto de Galinhas (lixo) 105
FOTO 14: Esgoto a céu Aberto – centro do balneário Porto de Galinhas 106
FOTO 15: Boate Village 108
FOTO 16: Loja Surf Shop 108
FOTO 17: Restaurante Beijupirá 109
FOTO 18: Pousada Pérola do Porto 109
FOTO 19: Summerville Beach Resort 110
FOTO 20: Hotel Village Porto de Galinhas 111
FOTO 21: Pousada Beira Mar 113
FOTO 22: Tráfego de veículos no Pontal de Maracaípe 113
FOTO 23: Construção irregular na faixa de praia 115
FOTO 24: Rio Maracaípe 122
FOTO 25: Praia de Porto de Galinhas, 1970 128

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 26: Passeio de jangada 129
FOTO 27: Visitação aos corais 130
FOTO 28: Obras de revitalização do centro de Porto de Galinhas..... 133
FOTO 29: Praça central de Porto de Galinhas recuperada 134
FOTO 30: Pontal de Guadalupe 140

LISTA DE MAPAS:

MAPA 1: Brasil e Nordeste 83
MAPA 2: Setorização Costeira 88
MAPA 3: Mapa de Zoneamento – Uso do Solo - Ipojuca (PE) 124

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

INTRODUÇÃO

Neste início de século, o turismo já se porta como um dos fenômenos mais marcantes da era atual. Sua expressão, não se limita apenas ao plano econômico, mas também social, ambiental, político e cultural, como agente transformador e dinamizador de espaços.

O desenvolvimento econômico produzido pelo avanço da tecnologia também se agrega ao ciclo de transformações que a atividade turística tem gerado, transformando localidades em objetos de consumo e desejo.

O Brasil tem buscado avançar na busca pela preservação, promoção, manutenção, regulamentação e produtividade dos seus ativos ambientais. De um modo particular com aqueles que estão inseridos diretamente em atividades econômicas. Isto é claramente explicitado na Constituição Federal brasileira em seu art. 225, capítulo VI.

Vale destacar as Leis n.º 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e n.º 477/65 (art. 5.º do Código Florestal), que estabelecem a criação de espaços territoriais especialmente protegidos por parte do poder público: Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de proteger atributos particulares e excepcionais da natureza, promovendo a proteção integral da flora e das belezas naturais, utilizando programas educacionais, recreativos e científicos.

Em 1990, o Governo Federal, em parceria com os Governos de Pernambuco e de Alagoas, lançou o Projeto Costa Dourada, visando aproveitar as potencialidades turísticas naturais do litoral compreendido entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho (Sul de Pernambuco) e a Barra de Santo Antônio

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

(Norte das Alagoas), apresentando-se como alternativa econômica para o desenvolvimento da região e como o mais importante Projeto Turístico do País.

A criação do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico, no início da década de 1990, financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), levou o turismo a tomar fôlego no Brasil. No Nordeste conquistou espaço como agente produtor de capitais e dinamizador de espaços, revelando-se como uma nova saída para a crise econômica brasileira na época.

O município de Ipojuca, integrante da Região Metropolitana do Recife, prioritariamente o balneário de Porto de Galinhas, é uma área consagrada como destino turístico internacional. Também é uma das áreas de intervenção a ser contemplada em propostas de captação de recursos na busca pelo desenvolvimento do turismo integrado, face ao atual processo de crescimento urbano-regional puxados pela indústria do turismo, pelos graves problemas de desordenamento dos seus espaços e a precariedade de sua infra-estrutura básica e turística com a perspectiva de comprometimento de seus recursos ambientais, pela falta de regulação e controle, associado a ausência de uma conscientização voltada para a proteção do meio ambiente existente. (Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Litoral de Ipojuca, 1997)

A crescente preocupação com a necessidade de se buscar a preservação e manutenção dos espaços litorâneos de Pernambuco devido à ascensão das atividades econômicas usurpadoras de espaços costeiros, fez vigorar em 29 de dezembro de 1999 o decreto estadual n.º 21.972 - Diagnóstico sócioambiental & ZEEC – Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro; onde, no litoral Sul de Pernambuco ficou definido que este projeto tem como um dos objetivos específicos elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro desta região, e com base neste, estabelecer as normas de uso e ocupação do solo e manejo dos recursos naturais na zona costeira, visando promover o desenvolvimento

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

sustentável da área e a melhoria da qualidade de vida das populações locais. (ZEEC, 1999)

O desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer em Porto de Galinhas - Ipojuca, está produzindo resíduos e poluentes e um maior uso e desgaste dos recursos naturais. Logo, reforça-se a necessidade de que estas atividades venham acompanhadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias limpas, novos processos de produção, novos procedimentos e práticas gerenciais e leis que reduzam os efeitos negativos a limites aceitáveis, preservando o meio ambiente explorado e otimizando os benefícios sociais de modo eqüitativo.

Neste sentido, este trabalho busca analisar, de maneira objetiva, as tentativas de gestão, regulamentação, uso dos espaços costeiros e os impactos negativos e positivos associados ao turismo no balneário de Porto de Galinhas, mais especificamente em sua linha de praia.

Esta dissertação está composta por quatro capítulos, a saber:

O primeiro capítulo abrange uma reflexão teórica sob diversas fontes bibliográficas pesquisadas para a definição das bases conceituais relacionadas com o tema da dissertação, a importância do turismo para o crescimento econômico, seu papel como agente modificador e produtor de espaços e sua influência sobre os meios social, cultural e ambiental.

O segundo capitulo compreende as relações do turismo com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, as tendências para o seu desenvolvimento e as alternativas para o relacionamento harmonioso entre os mesmos.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O terceiro capítulo faz um breve relato da importância do Estado de Pernambuco no Brasil, na região Nordeste, a vocação para o turismo e opção pelo litoral; descreve a caracterização da área de estudo (balneário de Porto de Galinhas), justificando a sua escolha, apresenta alguns subsídios para programas de gestão ambiental sustentável, iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil na busca pelo ordenamento urbano e turístico do balneário e as ameaças para a sustentabilidade local. Relata algumas medidas mitigadoras, entre elas, o monitoramento e audiência pública e como projeto modelo o exemplo da APA de Guadalupe.

O quarto capítulo apresenta um breve histórico sobre as ações, contradições, e dificuldades entre os diversos atores envolvidos na promoção do desenvolvimento urbano e turístico do balneário de Porto de Galinhas. Partindo de vários relatos e denúncias feitas pelo Ministério Público Estadual, diversos órgãos públicos, Associações, população local, e Jornais de grande circulação no Estado alertando para a urgência de se buscar políticas e resultados concretos sobre uma gestão sustentável em Porto de Galinhas, necessária para a preservação do ambiente costeiro e das atividades turísticas.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Capítulo I

TURISMO NA CONTEMPORANEIDADE: APORTES CONCEITUAIS

1.1. Definição do turismo

Hunzikel e Kraje, definem turismo como sendo o conjunto de relações e manifestações que se originam da viagem e da estada dos não-residentes, com condições de que esta viagem ou estada não tenha sido estabelecida com a finalidade principal de exercer uma atividade remunerada. (Cardenas,1974:333-334)

> **"A palavra *tour* quer dizer *volta*, de origem francesa e tem sua equivalência no Inglês *turn* e no Latim *tornare*. Surgia assim no século XVII, na Inglaterra uma nova idéia da palavra turismo".[2]**

Rodrigues, afirma que:

> **"Viajar para a prática do lazer já era um costume da antigüidade clássica, quando os representantes das classes mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências – uma na cidade outra no campo".[3]**

O turismo também corresponde à exploração organizada e comercial do lazer, logo, exige a produção de equipamentos e serviços coletivos.

[2] Barreto, 1995, p.43.
[3] Rodrigues, 1997, p.81.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

> **"O ato que supõe deslocamento momentâneo, com realização de gastos de renda, cujo objetivo principal é a obtenção de satisfação e serviços, que são oferecidos através de uma atividade produtiva que implica em investimentos prévios".[4]**

Wahab define o turismo como sendo:

> **"Uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada."[5]**

Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade.

1.2. O turismo na economia contemporânea

O turismo tem-se constituído uma atividade econômica de grande peso e dinamismo na economia mundial (RABAHY, 1990). Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (1997, PG.48) as receitas geradas pelo turismo

[4] Palomo, 1979.
[5] Wahab, 1991, p.26

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

internacional chegaram ao nível de US$ 3,5 trilhões em 1993, sendo equivalente ao Produto Interno Bruto–PIB do Japão e 6,1% do PIB mundial, empregando cerca de 127 milhões de pessoas no mundo.

Atualmente, o turismo configura e consolida um importantíssimo gerador de riqueza. Segundo Naisbitt (1994), é o segundo setor globalizado após os serviços financeiros. Rodrigues, também afirma que:

> **"O turismo ocupa hoje papel relevante na economia mundial, situando-se entre os três maiores produtores geradores de riqueza – 6% do PIB global- só perdendo apenas para a indústria de armamento e de petróleo."** [6]

A abertura de mercados, os avanços tecnológicos, a expansão da economia de serviços, a disponibilidade de um maior tempo livre, até mesmo o progresso dos meios de transportes, encurtando distâncias, são fatores que efetivaram significativas mudanças para o turismo e seu papel na economia mundial.

O processo de globalização no qual o homem se vê hoje inserido, apresenta inúmeras possibilidades e formas de se fazer turismo, em diversas escalas, do nacional, regional ao local. Expandindo-se a nível planetário, nas zonas glaciais, nas regiões submarinas, na cidade; no campo; nos oceanos, nos mares, rios, praias; nas montanhas; florestas, campos, desertos e nos ares.

Pimentel (2001)[7], afirma que após a televisão o turismo é hoje, sem dúvida, a principal forma de ocupação dos tempos livres. Viajar tornou-se uma necessidade, sendo uma vertente fundamental da formação integral do homem.

[6] Rodrigues, 1999.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Só viajando se pode adquirir uma compreensão e experiência do Mundo na sua plenitude. Nesta perspectiva, o turismo contribui de forma decisiva para o conhecimento e compreensão mútua entre os povos. Noutras palavras, como se refere no artigo 1º do Código do Turista aprovado pela Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo – OMT, em fins de 1985, "o turismo constitui um fator de equilíbrio social e de aprofundamento da consciência nacional e universal". (OMT, 1985)

Durante o XII Congresso Internacional de Turismo; promovido pela OEA, em novembro de 1974, no Panamá, o Prof. José Xavier Martini apresentou este tema com as considerações que resumidamente, seguem abaixo:

> **"A contribuição do turismo na Balança de Pagamentos não é a única à economia nacional, nem mesmo a mais espetacular e nem a que mais interessa, na circunstância presente, a certos países americanos. Deve-se levar em conta os efeitos do turismo sobre a renda e o emprego com as conseqüências que, através da estrutura de insumos ao setor vai alcançar o resto da economia, bem como a sua contribuição à arrecadação fiscal." [8]**

Diz o professor Xavier Martini que a análise desses aspectos ainda é muito difícil face a precariedade de informações concretas e os problemas de coleta de dados, visto como – diferentemente de outras atividades de exportação – os serviços turísticos são produzidos por vários setores da economia e apenas uma parte da produção total de cada um desses ramos de atividades econômicas é vendida diretamente ao turista.

[7] PIMENTEL, Carlos Eduardo Pinto (2001). Turismo e desenvolvimento Sustentável: Subsídios para uma gestão ambiental do Centro Turístico de Guadalupe – Pernambuco.
[8] Prof. José Xavier Martini, 1974.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O balanço de pagamentos é o registro das transações realizadas por um país com outros países de todo o mundo. Ele é o resumo contábil das transações econômicas realizadas por um país com o resto do mundo, considerando um determinado período de tempo. Divide-se em duas partes: Balança de transações Correntes e Balança de Capitais. (Arendit, 1999, pg. 100)

1.2.1. No mundo

Sendo uma das principais formas de ocupação do tempo livre, o turismo não poderia deixar de vir a constituir uma das mais importantes atividades econômicas do tempo atual. O seu impacto direto e indireto ao nível do produto, do emprego, do investimento e das receitas públicas faz com que, também nesta perspectiva, seja um fator determinante da qualidade de vida nas sociedades contemporâneas.

Comparando o ano base de 1970, verifica-se que a receita do turismo internacional cresceu no período de (1970 a 1987), cerca de 8,4 vezes, enquanto que no mesmo período, a receita das exportações mundiais cresceu 8,1 vezes.

O turismo emissivo é composto por alguns poucos países, basicamente por países com alto nível de renda. Segunda dados da OMT – Organização Mundial do Turismo, mais de 80% do turismo emissivo internacional, medido pelo número de chegadas, é formado por treze países, sendo que quase 50% é composto por apenas quatro destes: Alemanha, Estado Unidos, França e Reino Unido.

Segundo o Banco Mundial, fatores como a distribuição de renda, o tamanho da população, condições de acesso e proximidade do mercado e a elevada expectativa de vida – superior a 73 anos, estabelecem relações entre outras variáveis selecionadas, conduz a constatação de que a prática do turismo,

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

nas condições atuais do mercado, está ligada às características socioeconômicas dos consumidores.

Tabela 1: Principais Países Receptores de Turistas

unidade:1.000 turistas

1998		
PAÍS	**Número de Turistas**	**RANK**
França	70.000	1
Espanha	47.743	2
Estados Unidos	47.127	3
Itália	34.829	4
Reino Unido	25.475	5
China	24.000	6
México	19.300	7
Polônia	18.820	8
Canadá	18.659	9
Áustria	17.282	10
Alemanha	16.504	11
Thecoslováquia	16.325	12
Rússia	15.810	13
Hungria	14.660	14
Portugal	11.800	15
Grécia	11.077	16
Suíça	11.025	17
Hong Kong	9.600	18
Turquia	9.200	19
Tailândia	7.720	20
Malásia	6.856	21
Holanda	6.170	22
Bélgica	6.152	23
Irlanda	6.073	24
África do Sul	5.981	25
Singapura	5.600	26
Indonésia	4.900	27
Argentina	4.859	28
Brasil	***4.818***	*29*
Tunísia	4.700	30
Korea	4.250	31

Fonte: Anuário Estatístico da Organização Mundial do Turismo – OMT /2000.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A expansão e consolidação da função turística está muito mais associada às alterações culturais, sociais e econômicas da segunda metade do século passado, do que à existência física, em si, de patrimônios naturais ou culturais.

Entre várias outras atividades econômicas desenvolvidas neste novo milênio, elevam-se as constatações de que as atividades turísticas geralmente trazem consigo fortes ameaças e agressões ao meio ambiente gerando sérios desequilíbrios ambientais e sociais nas populações locais.

A crescente subordinação desta atividade comercial e de várias outras ao mercado global, nos moldes de uma economia capitalista neo-liberal predominam cada vez mais com o avanço de redes transnacionais. Despertou a atenção de vários segmentos de nossa sociedade atual para a necessidade de se implementar políticas auto-sustentáveis na busca de minimizar os impactos e os contrastes sócioambientais gerados.

A competição entre países para se atrair capital e investimentos externos torna-se cada vez mais acirrada. Neste aspecto, analistas já observam que em geral esses países interessados em atrair capitais externos promovem algumas benesses fiscais, cortam alguns benefícios sociais e trabalhistas, afrouxam e criam mecanismos que enfraqueçam a legislação ambiental e a tornam mais flexível e menos eficaz.

Milton Santos, já sinalizou que a Ciência, a tecnologia e a informação iriam definir as novas desigualdades regionais, onde as regiões funcionam como meras peças de uma mesma engrenagem, compondo a maquina global. Período definido como “técnico-cientifico-informacional”, que terminam por fortalecer o setor terciário da economia que requer cada vez mais um sofisticado aparato tecnológico que produza bem-estar e satisfação com rapidez e segurança.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A disponibilidade de tempo livre pela classe trabalhadora em quase todo o globo, com a redução da jornada de trabalho é cada vez maior. Em geral este tempo é usufruído por novas formas de consumo. Os fortes impactos psicológicos da vida urbana, a falta do verde, o ambiente saturado e mórbido produzidos pelo aumento da urbanização e industrialização também servem de estímulos para a pratica do lazer e do turismo.

Sauer [9], constatava que as condições de vida vinham se deteriorando nos grandes centros urbanos, este fato levaria uma crescente parcela da população a buscar, durante as férias, fins de semana e feriados as regiões com belezas naturais – longe das cidades. Neste sentido as regiões costeiras, os campos, as montanhas, os lagos e rios, juntamente com o clima, constituem recursos naturais para a realização de atividades turísticas.

Nestas últimas décadas eclodiram a busca por consumo de novos espaços, entre eles os ambientes naturais estão sendo largamente consumidos pelo mercado ecoturístico.

1.2.2. No MERCOSUL

O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, foi formalizado em 1.º de janeiro de 1995 entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com o objetivo de uma crescente unificação entre seus países membros, tentando eliminar cada vez mais as barreiras alfandegárias e fiscais e regulamentações padronizadas entre eles. Apesar de lenta, sua evolução é constante, na medida em que os países membros têm tarefas complexas como estabilização democrática; reformas políticas, econômicas e sociais; luta contra a corrupção; projetos de desenvolvimento e diminuição dos índices de miséria e injustiça social.

[9] Sauer, 1975, p.364

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Para os países latino-americanos, em especial os do Cone Sul, o turismo tem uma importância relativa, dependendo das peculiaridades e características individuais de suas economias. Esses traços particulares se referem a uma série de variáveis: população, PIB, exportações e importações, dentre outras, inserindo-se aí o turismo como:

"... parte integrante de um sistema maior".[10]

O processo de integração do turismo no Cone Sul, teve origem antes do próprio MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, quando, por iniciativa da Comissão Latino-Americana de Integração (ALADI), e diante da necessidade de impulsionar o turismo nos países da América do Sul, decidiu-se criar a primeira sub-comissão experimental, denominada Comissão de Turismo da América do Sul (COTASUL), integrada pelos órgãos de turismo dos dez países sul-americanos para começar a forjar uma imagem de integração.

Em julho de 1993, de acordo com Schluter & Winter, os órgãos oficiais de turismo da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em reunião realizada em Montevidéu, Uruguai, decidiram formalizar um acordo para realizar ações conjuntas na área do turismo, se dispondo a [11]:

- instruir uma entidade comum para o desenvolvimento das ações futuras no plano turístico sob a denominação de Mercado Comum do Turismo (MERCOTUR);

- instituir um passe aéreo promocional entre e para os quatro países;

[10] Lage, 1993.
[11] Silva, 1995, pg. 96

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- desenvolver ações conjuntas para promover a sub-região como um único destino turístico, participando de feiras e exposições internacionais;

- solicitar a inclusão do capítulo *turismo* como uma das comissões do MERCOSUL;

- assumir o compromisso de levar às suas respectivas chancelarias o acordo, com o propósito de dar a conhecer este projeto aos ministros de relações exteriores e solicitar que seja transmitido aos respectivos mandatários, a fim de que , no futuro, nos encontros presidências, figure na agenda o tema *turismo* como elemento de integração e fonte de importantes recursos econômicos para cada um dos países;

- convidar e incentivar o setor privado: operadores turísticos, agentes de viagens, hoteleiros, transportadoras, companhias aéreas, restaurantes, e ou prestadoras de serviços ligados à indústria do turismo, a participar ativamente da execução do plano promocional, contribuindo para o desenvolvimento do setor.

Nos aspectos institucionais e legais, o MERCOSUL está bem articulado apesar das dificuldades de percurso (heterogeneidade das economias e sociedades dos países-membros, dificuldade de harmonização das políticas macroeconômicas). Desde 1995 o MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul, passou a assumir personalidade jurídica de direito internacional e de direito interno, podendo assim realizar negociação de acordos com terceiros países ou organismos internacionais.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Tabela 2: Participação das Chegadas de Turistas no Brasil na América do Sul, da América do Sul no mundo, do Brasil no Total Mundial - 1992/2001

Ano	Brasil na América do Sul (%)	América do Sul no Mundo (%)	Brasil no Mundo (%)
1992	16,35	2,07	0,34
1993	16,91	2,22	0,31
1994	17,59	1,96	0,34
1995	16,95	2,09	0,35
1996	20,93	2,17	0,46
1997	20,74	2,21	0,47
1998	30,97	2,47	0,77
1999	33,77	2,32	0,78
2000	34,19	2,22	0,76
2001	33,14	2,09	0,69

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT, 2002

1.2.3. No Brasil

Foi no ano de 1964, que o turismo recebeu organização nacional, quando a extinta Divisão de Turismo e Certames do MIC editou o Guia Turístico, reunindo uma série de informações sobre a história do Brasil, facilidades aduaneiras para turistas, estadas e quilometragens principais, estâncias hidro-minerais, parques nacionais, climas, temperaturas médias, endereços de embaixadas e consulados do Brasil e exterior e linhas aéreas, além de um mapa turístico elaborado pela divisão de geografia do IBGE [12]. Desde 1932, o Decreto (n.º 3.816 de 23/03/32) já fixava a temporada de turismo do Distrito Federal e em 1937 era promulgada a

[12] (Bonald, 1987, pg.41)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Lei n.º 25 de 30/11/37 que buscava proteger os monumentos de interesse histórico e artístico nacional. Em 1953, as prefeituras de Belo Horizonte, Recife e Salvador criavam seus órgãos Municipais de turismo e em 1958, instituía-se a Comissão Brasileira de Turismo pelo Dec. N.º 44.863 de 21/11/58.

O Governo Federal reconheceu a importância dessa atividade em 1966, pois não exigia volumosos investimentos e oferecia o retorno do capital empregado a curto prazo, nasce assim a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e o Conselho Nacional de Turismo com o decreto-lei n.º55. Esse acontecimento, congregava órgãos federais, estaduais e municipais, em conjunto com a iniciativa privada. Além disto, um amplo entendimento interministerial foi preconizado, com a participação de representantes dos diferentes setores responsáveis pela política de turismo, reunidos assim no Conselho Nacional do Turismo.

O Brasil é o quinto país do globo, possui 8.547.403 km^2 de extensão, abrange 47,9% da América do Sul.

> **"por possuir as maiores áreas contínuas de florestas intocadas, nas quais vive o maior número de espécies de fauna e flora do planeta e, apesar dos graves casos de destruição das florestas, ainda é considerado o alicerce para o equilíbrio ecológico e climático da terra."[13]**

Divide-se em 26 Estados, sendo 17 litorâneos e 9 interioranos, além do Distrito Federal (Brasília, localizada no Brasil central). Possui um forte patrimônio sócio-cultural-ambiental, 34 Parques nacionais, estaduais e 23 reservas biológicas, 31 estações ecológicas, entre outros pode-se destacar a floresta amazônica, a mata atlântica, 8.500 km de costa atlântica, cerrado, pantanal, a

[13] Ruschmann, 1993, p. 57

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

caatinga, os campos. São 70 cidades históricas e 148 rodovias federais. (Trigo, 1998, pg21). Destas, as regiões da Amazônia e do Pantanal se destacam neste contexto pelo seu tamanho (ambas correspondem a quase 50% do território nacional).[14] Possui um clima, predominantemente tropical, que abriga florestas equatoriais e tropicais, manquezais e o pantanal Mato-grossense. O Brasil é hoje a maior economia da América Latina. Possui 178.762.227 habitantes (IBGE-2004). Dentre as demais alternativas, os atrativos mais preferenciados foram: *Praia,* com 28,4%; *Campo* (6,3%); *Montanha* (4,8%); *Locais de Caça e Pesca* (3,7%); *Reservas Ecológicas* (2,8%); entre outros. O lazer ainda continua sendo o carro-chefe das motivações para se fazer turismo no Brasil, chegando a atingir 76,1% no ano de 2001. O restante subdivide-se em: *Negócios* é a razão mais determinante, seguida de *Tratamento de Saúde.* Merecendo destaque a participação de motivos *Religiosos* (EMPETUR-2001). Seguem-se as motivações: *Fuga da Rotina* e *Descanso*, *Atrativos Turísticos, Veranismo, Atrativos Culturais,* entre outras.

Não bastasse esses dados, o World Travel and Tourism Council – WTTC (1995, p. 30) e a Organização Mundial do Turismo – OMT (1997, p.52), afirmam que o turismo no Brasil gerou cinco milhões de empregos ao faturar, direta e indiretamente, US$ 31,9 bilhões, o que redundou em uma exação da ordem de US$ 7 bilhões. Esse novo ambiente em que vive a indústria brasileira do turismo, caracterizado pelo planejamento a longo prazo, possibilitou a captação, em 1998, de 4.8 milhões de turistas estrangeiros (turismo internacional), total que em 1994 era inferior a 2 milhões e possui atualmente a perspectiva de aumentar para 5.3 milhões para 2001, que representa um aumento superior a 10%., assim como movimentará, no mesmo ano, 32.2 milhões de turistas domésticos (entre estados, regiões e municípios do Brasil) que conseqüentemente gerarão US$ 13,2 bilhões de receitas diretas. [15]

[14] Ruschmann, 1992, pg. 59

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Com uma receita de US$ 3.678 bilhões de divisas para o país e atuando sobre 52 segmentos diferentes da economia, a indústria do turismo, hoje, vem crescendo de maneira extremamente veloz em todo o mundo, garantindo um avanço econômico-social das mais diversas regiões e possibilitando, assim, a expansão do mercado de trabalho.

Comparado a outros itens importantes de pauta de exportações brasileiras, o crescimento da receita gerada com o turismo é impressionante. Apenas entre 1997 e 1998, este aumento foi de 41%, quer dizer, 28 pontos percentuais acima do crescimento da receita do minérios de ferro exportado no mesmo período e 30 pontos percentuais acima do valor com a exportação de açúcar, perdendo apenas para a soja em volume de divisas. [16]

Muito embora o Brasil tenha proporções bem favoráveis e maior potencial a ser explorado comercialmente pela atividade turística, seu aproveitamento turístico ainda é muito modesto e tímido dentro da dinâmica internacional.

Existem dois níveis mais expressivos na análise da situação do turismo no Brasil: o estrutural e o nível conjuntural.

- **A estrutura**

Neste nível a análise refere-se aos problemas econômicos do Brasil, principalmente no que se refere a má distribuição de riquezas e injustiça social, causados historicamente pela queda do poder aquisitivo dos assalariados, inflação que prejudica os menos favorecidos, gera violência e criminalidade.

[15] EMBRATUR, http://www.embratur.gov.br, 17/08/2001).
[16] Ibid

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Segundo o IBGE, IPEA e Ministério da Fazenda, 10% dos mais ricos no Brasil detém cerca de 75,4% de toda a riqueza nacional, com uma renda correspondente a 45,3% do PIB brasileiro. O Brasil possui cerca de 4,1 milhões de pessoas sem renda monetária.

- **A conjuntura**

A problemática econômica acentuou-se ainda mais pelas crises políticas (dificuldades no pagamento da dívida externa), ambientais (o devastamento da Floresta Amazônica) e sociais (aumento da criminalidade, especialmente no Rio de janeiro); explodiu no final da década de 1980, refletindo diretamente na imagem internacional do país.

A problemática de origem ambiental foi atenuada em 1992, mediante a proposição para criação de uma nova legislação ambiental. Também na década dos anos 90 houve alguns sensíveis reflexos de melhoria seja no âmbito da criminalidade, com o isolamento destas frentes em algumas áreas urbanas do país. No campo político, o *impeachment* do presidente Collor, em setembro de 1992, bem como a descoberta de várias fraudes e corrupções no sistema político brasileiro e a forma como foram conduzidas as soluções de tais questões, transmitia ao mundo a idéia de uma estabilidade institucional e democrática.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, significou para uma grande parte da população, a promessa de estabilidade e abertura para o comércio e investimentos internacionais.

Logo, todos estes fatos convergem para um quadro político-econômico e social delicado, o Brasil sofre prejuízos em sua imagem perante a comunidade internacional, pois o turismo desenvolve-se melhor onde existe estabilidade.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Em 2001, o Brasil direcionou uma considerada soma de investimentos no apoio e melhoria de infra-estrutura no turismo. Cresceu cerca de 95,88 % em relação ao ano de 1996, totalizando R$ 73.044,72, com cerca de 300 projetos apoiados e subsidiados.

No Nordeste do Brasil, o turismo cresce vertiginosamente, aumentam a procura e volume de investimentos na área do turismo de sol e mar (Modelo turístico proposto pela PRODETUR – NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste,1990), (sendo esse modelo ainda o predominante e o mais explorado em nossa região), devido entre outros fatores, à larga, diversificada e rica faixa litorânea e à criação do projeto Costa Dourada. Como também, a prática do turismo verde e do turismo rural, onde são exploradas largamente não só a riqueza da fauna e flora local, mas também as raízes históricas locais (vilarejos, engenhos, casas de farinha, artesanato e cultura local, vem ganhando força e espaço na dinâmica regional).

Em outubro de 2002, foi assinado o contrato relativo ao PRODETUR II em Washington, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à primeira etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, correspondendo a um montante de recursos na ordem de US$ 400 milhões, dos quais US$ 240 milhões aportados pelo BID e o restante, US$ 160 milhões, representando a contrapartida nacional.

A assinatura do contrato, de relevância econômica e social para o Nordeste, resumiu o longo processo de preparação técnica e de entendimento institucional, envolvendo as duas agências de desenvolvimento regional, o Governo Federal e os estados brasileiros beneficiários do PRODETUR II.

A nova fase do PRODETUR/NE se insere na estratégia de busca conjunta de ações para viabilizar o produto turístico regional e sua comercialização nos

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

mercados interno e externo, garantindo mais renda e ocupação a milhares de pessoas.

Na primeira fase do Programa, iniciada em 1995, foram investidos na região cerca de US$ 670 milhões que permitiram, entre outros projetos, a construção e ampliação de oito aeroportos, a recuperação do patrimônio histórico, a construção de estradas, a urbanização de vastas áreas nas cidades turísticas e preservação do meio ambiente.

A par disso, o PRODETUR/NE assegurou também a execução de um programa de saneamento básico ao longo da costa nordestina, beneficiando 1 (um) milhão de pessoas, a preservação de áreas ambientais e capacitação institucional de 146 órgãos estaduais. Estima-se que, a partir das ações realizadas, houve um incremento de investimentos privados da ordem de US$ 6,6 bilhões, elevando a arrecadação tributária nos estados, o crescimento de empregos e o fluxo turístico para a Região.

Com a segunda fase do PRODETUR/NE pretende se investir na melhoria da infra-estrutura de apoio ao turismo, foco principal da primeira fase do Programa, estendendo a ação também aos municípios, para reforçar a base já existente e municipalizar o turismo regional. A ênfase principal nessa nova etapa é a melhoria das condições de vida da população localizada nos pólos turísticos, através do apoio a ações destinadas a gerar renda turística e assegurar que os governos municipais possam receber parte desta renda para gerirem eficazmente os investimentos e fluxos de turismo em benefício da comunidade.

“O turismo no Nordeste cresce em rítmo acelerado e em todos os sentidos: na quantidade de turistas que visita a região e consequentemente, no volume de capital gerado pela atividade, nas

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

> **inversões para a implantação de infra-estrutura e, também, nas intensidades e qualidade dos impactos possíveis de serem deflagrados pela atividade." [17]**

Logo, destaca-se a região litorânea sul nordestina, em detrimento do interior, esta região foi eleita como a grande mola propulsora do turismo no Estado de Pernambuco, seja por ser detentora de um clima agradável, seja por suas praias e coqueirais que compõem um ambiente saudável e de beleza paisagística incomparável.

1.3. Mercado turístico: necessidade de equilíbrio

O mercado direciona e sanciona os desenvolvimentos compatíveis com a lógica de acumulação e de expansão capitalista. A eficiência produtiva, mesmo que às custas de uma ineficiência social ou ambiental (as externalidades negativas para os economistas), é uma necessidade de sobrevivência no quadro de um capitalismo de mercado. [18]

Hoje, são latentes os desequilíbrios sociais e econômicos refletidos no desemprego e marginalização social, na desagregação social, na concentração do poder econômico, enfim, nos resultados de um sistema orientado pelas necessidades da produção em detrimento das necessidades do produtor cidadão.

A sociedade industrial, que teve um funcionamento perfeito durante um bom período, ameaça degenerar num ciclo vicioso. O chamado círculo mágico: mais produção proporciona mais trabalho, mais trabalho proporciona receita, mais

[17] Cruz, 1996, pg.263.

[18] Cavalcanti, 1995:107.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

receita permite mais consumo, mais consumo necessita de mais produção. Um ciclo sem fim, simples, claro e convincente. Entretanto, este critério é equivocado a partir da não uniformidade de suas variáveis, como exemplo observa-se que o avanço da tecnologia nos meios de produção tem suprimido as oportunidades de emprego e consequentemente um menor volume de receitas e de consumo.

A criação de novas tecnologias permitiriam minimizar os efeitos negativos sobre a ecologia. Contudo, para dispor dos meios necessários, seria mais do que nunca indispensável que a economia continuasse com o crescimento, pois seria este crescimento que forneceria subsídios para pagar os seus custos. Uma evolução mais positiva e equilibrada do quadro atual só se fará acontecer quando se buscar uma harmonia em que a sociedade, a economia, o ambiente e o Estado se completem de uma maneira mais coesa e eficaz. Onde a economia volte a se inserir nas relações sociais, e que esta se coloque a serviço do homem e da sociedade; que a preservação do ambiente intacto constitua uma obrigação e não uma sugestão ou opção daqueles que dela se utilizam; onde o Estado, seja o criador das condições gerais indispensáveis ao afloramento de uma nova harmonia.

Os modelos econômicos tradicionais partem do princípio de que o objeto da economia é a produção de bens materiais e serviços para as atividades humanas, sem se preocupar com as questões ambientais, por entender que os recursos naturais são bens gratuitos não escassos. Logo, os impactos do processo de produção sobre o meio ambiente são considerados efeitos externos não contemplados na contabilidade econômica.

Como conseqüência, a diminuição do patrimônio natural não é considerado como perda (destruição de ecossistemas, habitats e belezas naturais) nem os custos resultantes da recuperação e/ou indenização de danos ambientais (tratamento de água, reflorestamento, entre outros).

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A atual crise ecológica é um reflexo do caráter insustentável do próprio mercado produtivo. Sendo assim, discutir questões ecológicas sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade, resulta em um discurso vazio. Para se falar em sustentabilidade se faz necessário que se coloque a busca pelo equilíbrio qualitativo, vital no centro das nossas preocupações e do funcionamento do nosso sistema, isso levaria a uma re-inversão do próprio sistema capitalista.

É necessário que a economia se descentralize novamente: que o sistema de valores do homem e da sociedade volte a acentuar mais o "ser" do que o "ter", que se reconsidere a inesgotabilidade dos recursos naturais e seu modo de exploração. A participação e intervenção popular se faz importantíssima na concretização de novas formas de exploração e preservação do ambiente natural.

Logo, os recursos ambientais (ecológicos e sociais) são intimamente relacionados e interdependentes. Tanto a pobreza quanto o crescimento acelerado da população, a destruição e a degradação do meio ambiente estão sempre conectados.

1.4. As relações entre turismo e desenvolvimento

Pode-se definir desenvolvimento como sendo:

> **"O processo através do qual uma sociedade utiliza crescente, cumulativa e auto-sustentada a sua capacidade produtiva – expressa na sua ampla dotação de fatores de produção – no sentido de canalizar essa capacidade para aumentar em quantidade e em**

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

> **qualidade os bens e serviços disponíveis."[19]**

Este processo envolve vários setores produtivos de vários ramos de atividade, nas suas inter-relações e interdependências, onde a elevação da produtividade é fruto de inovações tecnológicas e organizacionais como elemento de extrema relevância.

Na economia pode existir uma interdependência nas atividades turísticas com seus demais ramos e setores produtivos. Essa possibilidade está nas condições de realização de uma planificação do turismo.

> **"...planificação integrada do turismo [que] consiste em enquadrar os projetos no contexto da planificação geral, definindo-os não somente em suas relações com critérios de rentabilidade de mercado, mas levando-se em consideração os aspectos naturais, sociais e culturais. A planificação não deve restringir-se a um só setor, de maneira compartimentada, mas integrar-se à estratégia global." [20]**

O turismo vem revalorizar as manifestações de cultura pré-industrial como: o artesanato, o folclore e os fundamentos psíquicos dos agrupamentos humanos nos meios rurais, mesmo antes que nos centros urbanos.

O contato com outras culturas, paisagens novas, os diferente hábitos, impõe-se a valorização do autêntico. Onde a busca pela preservação ambiental e a luta contra a "poluição ambiental" estimulam a criação de órgãos oficiais para a

[19] Benevides, 1998, p. 20

[20] Rodrigues, 1997, p.101.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

preservação dos patrimônios turísticos, fundamentais para a consolidação de uma consciência nacional, de uma cultura, autônoma, própria até nos processos e sistemas de raciocínio. A busca pela não descaracterização das suas especificidades locais e posterior preservação, é a meta a ser atingida.

Existe também os fatores racionais e irracionais, também responsáveis pelo fluxo turístico em determinada localidade, ou centro turístico.

Historicamente o crescimento dos fluxos turísticos em todo o globo, o aumento da urbanização, a falta do verde advindas da industrialização, ocasionou fortes impactos psicológicos no homem urbano que propiciou a realização de viagens nas férias e fins de semana como fuga do caos e do cotidiano.

Para melhor entendimento divide-se a oferta turística em duas categorias, são elas: A oferta natural: clima, configurações física e da paisagem, fauna e flora, fontes naturais de saúde (fontes térmicas, fontes naturais de água mineral); oferta turística artificial: história, cultura e seus recursos disponíveis, realizações técnicas e científicas, acontecimentos e eventos programados, infra-estrutura.

A atividade turística por ser uma atividade por excelência de serviços é composta por uma gama de equipamentos e serviços turísticos (parques, clubes, boates, cinemas, agência de viagens, transportes, de informações, lojas, bancos, etc.). As edificações e instalações (hotéis, motéis, pousadas, restaurantes, bares, cafés), (hospitais, sistemas de comunicação, postos de segurança, etc.- infra-estrutura de apoio turístico), que também são necessárias para sua sobrevivência.

François Perroux, em 1971 já começará a formulação de uma teoria regional de crescimento sustentável através dos “pólos de crescimento”, na busca da obtenção de uma melhor, mais justa e eficiente distribuição dos recursos e

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

atividades econômicas. Perroux acreditava que através da instalação artificial destes pólos de crescimento, era possível obter-se um desenvolvimento entre regiões mais equilibrado.

O setor turístico possui a particularidade de transferir benefícios de uma região mais rica para uma menos favorecida, contribuindo assim para a manutenção de um melhor equilíbrio entre regiões, melhorando as condições de vida das populações mais carentes – pelos benefícios e avanços em infra-estrutura e serviço propiciado pelo turismo, estimulando o surgimento e crescimento de outras atividades, graças aos investimentos iniciais do setor turístico.

Quando mal planejado e desorganizado o turismo também pode provocar uma série de efeitos e externalidades negativas nas regiões receptoras. Danos ao meio ambiente, destruição do patrimônio cultural, interferência nas culturas locais, elevação dos preços, aumento da violência, instabilidade no mercado de trabalho, saturação do ambiente.

> **"Externalidades – é um efeito colateral ou adverso (ou benéfico), relacionado com o consumo ou a produção, em troca de que não se dá ou recebe qualquer pagamento".[21]**

1.4.1. Turismo Fordista

A eclosão do turismo de massa na década dos anos 50 e 60 esteve amparada por um modelo de crescimento claramente fordista. É neste período

[21] WONNACOTT, 1994, p. 83

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

que iniciam-se a produção em massa de destinos turísticos estandardizados, com baixos preços e uma notável rigidez na oferta. A ocupação verticaliza-se rapidamente nas linhas de costa. A exemplo deste modelo turístico fordista, a Costa Brava, na Espanha palco de uma forte expansão urbanística associada a meros planejamentos especulativos, uma forte demanda e uma concentração espacial em torno de sua linha costeira. [22]

Faz-se necessário destacar que a implantação do turismo neste período origina núcleos urbanos em áreas regionais singulares, que diferem do espaço convencional, produtivo. As transformações ocorridas nas relações sociais entre moradores e hóspedes, das paisagens em mercadoria, e a apropriação de novas formas de uso dos espaços, são alguns dos traços singulares do espaço turístico.

No início dos anos 80, o modelo de crescimento fordista demonstra seus primeiros sintomas de esgotamento. É neste período que surgem as principais tensões que derivam do turismo tradicional e das debilidades estruturais do sistema. Vera (1994) identifica cinco desequilíbrios básicos deste modelo turístico:

- Desequilíbrios setoriais: Sua oferta se caracteriza pela homogeneização. O turismo fordista girava em torno de poucos recursos naturais (praia, montanha), geralmente lugares extremamente sensíveis e vulneráveis, que tinham como base de desenvolvimento uma só oferta turística. A demanda por novos bens e serviços, iniciava um processo de diferenciação e segmentação que se traduzia em novas necessidades e exigências. Em contradição a uma oferta rígida e homogênea e uma demanda cambiante é um dos primeiros sintomas da crise do turismo fordista.
- Desequilíbrios tecnológicos: A rápida consolidação do turismo fordista se deu graças ao avanço tecnológico nos transportes e nas comunicações.

[22] Donaire, Fraguell y Mundet:1997

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Com tudo, a oferta turística fordista não foi capaz de incorporar tais avanços tecnológicos que permitissem uma inovação nos processos de produção e uma maior capacidade de adaptação às necessidades da demanda. O baixo nível de profissionalização do setor turístico, a escassa intervenção na investigação e no desenvolvimento no campo do turismo. Inclusive a própria fragilidade nos estudos turísticos contrastavam com o crescimento e dinamismo do setor agravando ainda mais a ineficiência do setor.

Logo, não é de se estranhar que a progressiva implantação de novas formas de se fazer turismo (pós-fordistas) coincidam com uma massiva incorporação de novas tecnologias, especialmente no âmbito das tecnologias da informação e de uma maior profissionalização do setor turístico.

- Desequilíbrios ambientais: A maximização no número de visitantes ao locais receptores era o principal objetivo do turismo fordista. Este fim supremo superava toda e qualquer lógica de preservação e era o principal responsável pelo processo de degradação ambiental da maioria dos destinos turísticos. O desrespeito à capacidade de carga do local, a gestão ineficiente dos recursos, o crescimento dos resíduos sólidos, e principalmente a degradação paisagística pela verticalização da linha de praia, a urbanização imediata das áreas litorâneas mais a dentro, são alguns dos impactos mais freqüentes nas áreas de recreação nos litorais. A crescente sensibilização acerca dos problemas e danos ambientais e a progressiva implantação de uma ética ecológica começam a entrar em contradição com a lógica fordista que gerava fortes impactos ambientais nos locais mais freqüentados, geralmente dotados de uma exuberante beleza cênica e riqueza ambiental.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- Desequilíbrios espaciais: Falando em termos geográficos, o modelo fordista se caracteriza por uma extrema concentração da oferta turística em um ambiente reduzido, geralmente em torno do centro de atração turística (linha de costa, estação de esqui, etc.). Suas atividades se caracterizavam pela saturação em torno do espaço de atração e sua debilidade em adentrar em seu entorno. Geralmente este desequilíbrio territorial no solo gera tensões no espaço receptivo, como também empobrece a oferta turística.

- Desequilíbrios socioculturais: Este modelo gerou sérias tensões culturais entre os visitantes e nativos. McCannell [23], sociólogo americano constatava que o conflito entre a intromissão do turista e a população nativa pela preservação do ambiente local desaguariam na banalização da cultura e da identidade local.

Logo, nos anos 80 começava a ficar claro que este modelo turístico fordista tão hegemônico nos anos 50 mostrara claros sintomas de esgotamento. Estes desequilíbrios estruturais do modelo turístico fordista desaguaram em uma crise de identidade que favorecerá ao surgimento de um novo modelo.

1.4.2. Turismo Pós-fordista

Esta mudança do modelo tradicional fordista para um novo modelo pós-fordista ocorre em meio a muitas resistências, por isso, esta mudança não aconteceu rapidamente, este modelo pós-fordista foi gerado e formado por um novo contexto de reestruturação e instabilidade, seguido por alguns pontos chaves como: a crise da padronização, da homogeneização que foram substituídos por critérios de singularidade e especificidade, da penetração do

[23] 1976

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

turismo em novos esferas sociais, a redefinição do turismo autêntico, a renovação tecnológica, principalmente na tecnologia da informação, a segmentação do mercado com a criação de produtos específicos e a universalização do turismo.

Existe a hipótese central que o turismo contemporâneo conheceu uma notável transformação desde a década de 80, e se acentuou na década dos anos 90. Sabe-se também que a mudança do modelo de organização fordista para um modelo de acumulação flexível pós-fordista nos anos 70, tem cedido lugar às mutações do modernismo, da revolução espacial das atividades produtivas e da nova geopolitica que tem afetado igualmente a lógica e o conceito do turismo de massa.

Enquanto o modelo turístico fordista tinha como característica a concentração da oferta turística em torno de uma reduzida periferia de prazer, o turismo contemporâneo vinha surgindo junto ao processo de globalização no consumo de espaços turísticos. Inserido e permeado pela reestruturação e instabilidade, o modelo fordista de se fazer turismo foi lentamente substituído, por um novo modelo pós-fordista de difícil transição.

1.4.3. A segmentação da demanda

Entre tantos outros efeitos de transformações econômicas, demográfica e espacial da pequena cidade do século XIX foi produzir comunidades da classe trabalhadora, que se auto-regulavam, as quais mantinham relativa autonomia em relação às novas ou antigas instituições da sociedade mais ampla. Foram essas comunidades que tiveram suma importância para o desenvolvimento de formas de lazer da classe trabalhadora e que eram relativamente segregadas, especializadas e institucionalizadas. [24]

[24] Clarke e Critcher, 1985.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Um conjunto de condições favoreceu o rápido crescimento de novas formas de lazer, trazendo em si uma concentração de serviços relativamente especializados e únicos, em determinados centros urbanos, destinados a propiciar inusitados objetos para o olhar do turista que naquela época eram absolutamente surpreendentes.

> **"houve um considerável aumento do bem-estar econômico de parcelas substanciais da população industrial"** [25]

O que possibilitou o acúmulo de poupança por certas parcelas trabalhadoras entre as férias, visto que, naquela época, havia pouca procura por férias remuneradas [26]. Neste período, também houve uma larga e rápida expansão urbana em muitas pequenas cidades. Esse fato ocasionou elevados níveis de pobreza e excesso populacional, com uma total carência de espaços públicos destinados ao lazer e ao descanso (praças, parques, etc.) (Lash e Urry, 1987, cap.3)

A gradual redução da jornada de trabalho, a obtenção de intervalos mais prolongados, férias semanais regulares a partir de meados do século XIX, resultou em viagens para ambientes litorâneos, entre outros, longe dos lugares normais de residência. (Walton e Poole, 1982)

Uma grande pré-condição para o estímulo do turismo foi a grande melhoria dos meios de transporte. A fabricação de carros de passeio, a utilização de trens em larga escala pela classe trabalhadora e burguesa, a abertura de estradas, e a aviação fizeram parte do avanço que segue o consumo dos espaços pela atividade turística.

---

[25] Urry, 1996:36.
[26] Walton, 1981: 252

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Este crescimento na demanda turística gerou uma competição entre facções capitalistas: o capital local, de grande porte, sobretudo os proprietários de hotéis, lojas, etc; o capital local pequeno, sobretudo os donos de pensões, de parques de diversões etc; grandes empresas, altamente capitalizadas, pertencentes a forasteiros voltados para o mercado de massa, barato. (Perkin, 1976: 182)

O acesso a novas tecnologias também foram largamente apropriadas, alavancadas por diversos problemas envolvendo o setor de informação e da comunicação. A engenharia militar trouxe significativos avanços durante a Segunda Guerra Mundial para a engenharia aeronáutica, naval e de transportes terrestres comerciais. A computação permitiu a informatização das reservas nos meios de hospedagem, administração, controle financeiro, além das redes de telecomunicações. Estas foram interligando uma série de serviços e operações. Todas estas facilidades geraram uma malha de serviços que poderiam ser agora acessados através de simples comandos executáveis em seus terminais.

> **"Além deste suporte tecnológico e das mudanças econômicas, o que contribuiu para o aumento das viagens e do turismo foi a valorização que as pessoas começaram a fazer das atividades ligadas ao lazer, às artes, à cultura e aos contatos internacionais"** [27]

Viajar tornou-se então mais fácil, um hábito, uma prática social ou profissional comum ou necessária para os mais variados segmentos sociais (esportes, religioso, negócios, acadêmicos, etc.).

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

1.4.4. Produção contínua de inovações

O espaço turístico fordista se caracteriza, por uma reprodução de um modelo espacial mais ou menos convencional e as formas territoriais do turismo pós-fordista resultam de heterogeneidades.

> ***"Las respuetas locales a los cambios globales en la demanda y las formas de production turísticas abarcan desde la creacíon ex nihilo de nuevos complejos turísticos com una lógica claramente alternativa a la resistencia de los destinos maduros que procuram mantener su hegemonía en el contexto internacional, desde los espaços turísticos definnidos por la valorización des patrimonio a la creacion de espacios resueltamente inauténticos, desde las estrategias de reconversión a las formas de resistencia."*** [28]

Novos cenários como a estética funcional da Disney World, as cidades analógicas, a região portuária de New York, a crescente demanda de estratégias turísticas sustentáveis, ilustram algumas das tensões espaciais derivadas da consolidação do pós-fordismo.

A leitura geográfica do turismo atual revela que os principais destinos turísticos atuais coincidem com os espaços tradicionais, enquanto que os destinos clássicos mantêm sua cota de mercado. [29]

De qualquer forma, seria errôneo afirmar que o modelo turístico tradicional tenha se mantido inalterado nestas duas últimas décadas. Seja porque a maior

[27] Trigo, 1998, p. 67.
[28] Peres, 1998,, p. 60

[29] Aguiló:1996

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

parte destes espaços explorados já se encontram em seu último estágio do ciclo de vida do produto como define Butler (1980) – descobrimento, início, desenvolvimento e consolidação dos destinos clássicos que entraram numa fase crítica de estagnação e apresentam sintomas de saturação. Seja porque, segundo Butler, existe um novo contexto em que a demanda tende a priorizar os produtos singulares frente a oferta estandarizada dos destinos clássicos (Marchena:1995). Desta forma, estes destinos encontram o novo desafio de se adaptar às novas exigências desta demanda pós-fordista.

1.5. Turismo e espaço geográfico

No início dos anos 70, Umberto Eco, realizou uma viagem pela "outra América". Dava-se os primeiros passos para a publicação de uma obra jamais realizada na literatura geográfica, onde boa parte de suas reflexões foram publicadas na França. Michael Sorkin também foi um grande colaborador para o enriquecimento deste que seria o primeiro guia turístico da Geografia pós-modernista. Estes novos cenários ilustravam as tensões espaciais derivadas da consolidação do pós-fordismo. E não foi por um acaso que a maior parte destes cenários seriam espaços recreativos e complexos turísticos. A leitura espacial deste processo não acontece de maneira uniforme. A Ciência Geográfica busca as respostas para as crises do Fordismo, delineadas por uma nova forma de leitura do objeto ora exposto em que se busca colocar em evidência o valor do patrimônio, a reconversão dos destinos turísticos tradicionais, a implantação de novos complexos, a progressiva consolidação de formas de turismo sustentável, inclusive a sobrevivência de formas turísticas fordistas nos espaços periféricos.

A Geografia teve suas primeiras relações com o turismo a partir das práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento do novos lugares. Na Geografia Clássica, as viagens são práticas fundamentais nos estudos das

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

diferenças espaciais existentes na superfície terrestre. Os viajantes foram os principais precursores dessa ciência através dos seus relatos, compêndios e curiosidades sobre lugares exóticos levaram os Estados a incentivarem as expedições científicas para a catalogação sistemática de dados e informações sobre os continentes e países descobertos.

O pensamento geográfico contemporâneo se identifica através de cinco idéias metodológicas centrais:

- as relações assentamentos urbanos/meio ambiente, percursor “Paul Vidal de La Blace que considerava como campo da Geografia o estudo das estreitas relações entre os elementos na superfície da terra (clima, vegetação, relevo do solo, etc.) e o homem (populações) este inserido e coabitando no meio, ou seja, o estudo das relações homem-meio.”
- as diferenças regionais ou das paisagens; “Richard Hartshorne, em seu trabalho *Propósitos e Natureza da Geografia,* argumenta que o estudo das diferenças existentes no espaço terrestre é que é propriamente a grande tarefa reservada à Geografia e entendida portanto esta disciplina como o “estudo da diferenciação de áreas.”
- as distribuições, as distâncias e os padrões espaciais; ”W. Christaller (1966) enfatizava a ação dos fatores econômicos na definição da ordem das distribuições dos centros urbanos no espaço.”
- as difusões culturais e espaciais dos fenômenos; “Este conceito encontra-se no centro da consideração da dinâmica dos paisagens, esta abordagem, dá a idéia de que as paisagens geográficas se vão transformando, mudando, por conta da difusão sobre elas de objetos, pessoas, praticas econômicas e culturais, novas formas de uso da terra, etc.” [30]

[30] Barros, 1989

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- e paisagem como substância, texto e representação; É a forma *substantiva* que corresponde à clássica definição de Wagner & Mikessel, que definem paisagem como sendo o produto de muitas eras de evolução natural e de sucessivos esforços de gerações. [31]

Na paisagem vista como *texto* ela seria como um manuscrito onde a sociedade escreveria suas maneiras de viver, suas crenças, etc.

A difusão da turistificação dos espaços, trouxe consigo grandes transformações as paisagens geográficas, adaptando-as de acordo com fluxo corrente desta expansão turística. Várias regiões e localidades sofreram modificações e diferenciações de outras devido à proliferação de atividades turísticas em seu meio. Muitas paisagens foram reformuladas ao receberem novas representações que buscassem torná-las um bom produto turístico.

> **"Assim sendo, cabe à Geografia do Turismo estudar as relações entre os assentamentos turísticos e o meio ambiente; as formas, as dinâmicas e as diferenciações das paisagens que se criam pela difusão e desenvolvimento da função turística, assim como as representações que se fazem das paisagens turísticas"[32]**

Em 1905, J. Stradner utilizava pela primeira vez a expressão Geografia do Turismo, designando o ramo da Geografia que se ocupa da análise do fenômeno do ócio do espaço (Rodrigues, 1997,p 40). Os primeiros trabalhos científicos sobre o turismo, dataram do início da década de 1870. (Rejowski, 1998, p.15)

[31] Ibde
[32] Barros, 1998, p 7.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Segundo Milton Santos (1978), pode-se afirmar que a geografia pode ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Onde os elementos fixos, permitem ações que modificam o próprio lugar, os fluxos redefinem o lugar a partir da recriação das condições ambientais e sociais, esses, são o resultado direto ou não das ações sob os fixos, alterando assim sua significação e seu valor, quando ao mesmo tempo se modificam. Nesta interação entre fixos e fluxos se apresenta como um objeto para a geografia. Onde hoje os fixos estão sendo cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo, já os fluxos são cada vez mais amplos numerosos e rápidos.

O espaço reúne a materialidade e a vida que anima (Santos,1997:51), ele é formado por um conjunto de sistemas cada vez mais artificiais e tendentes a fins desassociados do lugar e a seus habitantes, de objetos que não se permitem conhecer, não possuem realidade filosófica, fabricados, objetos técnicos, mecanizados, transformam o funcionamento da natureza artificial como uma máquina. A. Moles (1969 e 1971, p.14 e 222) afirmava que um objeto é “um elemento do mundo exterior, fabricado pelo homem e que deve este assumir ou manipular” e de ações ou alteram, modificam a situação na qual estão inseridas.

Durante um bom período de tempo questões como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização e uso do solo, entre outros, tomavam ponto de destaque no cenário das discussões urbanísticas em torno das cidades. Hoje, a problemática gira em torno da necessidade de se buscar uma cidade mais competitiva, eficiente, capaz de mitigar os resíduos de sua produção e gerar maiores benefícios sociais.

Hoje, uma grande parcela das grandes metrópoles no mundo são cidades de trabalho, apáticas às necessidades de lazer e descanso de seus habitantes.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Embora ainda se fale em tornar as cidades mais habitáveis, o processo de urbanização continua transbordando fronteiras.

Tão logo uma região se articula à economia global, faz-se necessária a criação de uma malha de apoio urbano voltado para estes investidores internacionais, criam-se espaços voltados para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, comunicação, gestão de serviços, hospedagem de luxo e segurança.... (Borja & Forn, 1997, p.34)

Este cenário atual demonstra facilmente porque umas cidades se pareçam tanto umas com as outras, porque tantos locais perdem sua originalidade em função do mercado externo, onde nem sempre a população local tem participação no plano de gestão estratégica em sua cidade. Cresce a crise entre o real e o imaginário. Várias ações de marketing são realizadas na busca de promoção local, em sua maioria, as cidades são projetadas e promovidas sob uma imagem de justiça e democracia social, tornando-as assim mais atrativa.

Ascher (1994), cita que nunca é demais lembrar que a oferta de uma imagem de cidade segura não necessariamente depende de que a cidade seja, de fato, segura para os que nela habitam; sempre que possível criar cordões de isolamento e áreas de segurança para os habitantes. Todos estes ajustes, são feitos em função de um grupo de potencial compradores usuários detentores do capital internacional, logo a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também sobretudo, uma mercadoria de luxo exposta sobre uma prateleira. Este pensamento nem sempre respeita os limites da ética e do bom senso, espaços de uso público podem ser facilmente usurpados, direitos, discretamente ocultados e valores sufocados para se buscar atender às expectativas de seu público consumidor.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

As cidades-objeto, mercadoria, competem entre si buscando todos os meios possíveis para aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão. (Borja &Forn, 1996, p.33)

Assim, ver a cidade como uma empresa, significa para os liberais antes de mais nada concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua estrategicamente no contexto de um mercado. Mas, estas não são apenas as obrigações e tarefas do governo local, a promoção interna à cidade buscando a participação popular nas formulações e discussão dos problemas existentes, acerca da melhoria dos espaços públicos e o bem-estar da população se também fazem parte da concretização da prática democrática instaurada.

A uniformização dos espaços, acaba negando o local, sendo assim, um não-lugar. Neste contexto o turista pode viajar com a falsa idéia de sair do seu lugar, pois quase nada é acrescentado à sua experiência pessoal. O inverso também poderá ocorrer. Alguns fragmentos do espaço global podem tornar-se lugares, sem que a pessoa viaje concretamente.[33] O lugar, não se trata de uma construção objetiva, mas sim, a partir da experiência pessoal de cada indivíduo. O lugar é o referencial de uma experiência vivida; enquanto que o espaço global se refere a algo distante, algo que se tem notícia, uma abstração.

Para a geografia, os objetos são tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. (Santos, 1997:59)

No mundo contemporâneo os objetos (produtos elaborados pela ação humana) tomam o lugar das coisas. No passado as coisas (bens naturais) permeavam o nosso meio, hoje existe uma larga tendência para que tudo isso se torne objeto, já que a própria natureza, quando utilizada pelo homem a partir de

[33] Rodrigues, 1999

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

um conjunto de intenções sociais, passam também a ser objetos. Neste contexto, as atividades de turismo se enquadram perfeitamente nesta dinâmica transformadora de espaços naturais em espaços produzidos para fins especulativo-financeiro muitas vezes totalmente desvinculados da realidade e da cultura local. O ambiente natural não passa de um mero produto a ser modificado, trabalhado, manipulado para atender às necessidades do mercado consumidor, "ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor. (Santos, 1997: 53)

Kubler, afirmar que:

> **"toda criação de objetos responde às condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece às condições sociais".** [34]

Paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Já o espaço são essas formas mais a vida que as anima (Santos, 1982). A paisagem é um conjunto de objetos reais-concretos, é transtemporal, juntando assim objetos passados e presentes para sua construção, caracterizada por uma distribuição de formas-objetos, um sistema material, relativamente imutável. Esta, existe através de suas formas, criadas em determinados momentos históricos distintos, porém coexistindo no momento atual C. Reboratti, define que:

> **"a paisagem humana é uma combinação de vários tempos presentes"** [35]

[34] Kubler 1973, p. 99.
[35] C. Reboratti 1993, p.17.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. Assim, pode-se falar, com toda legitimidade, de um funcionamento de paisagem, como diz Whitehead:

> **"nada mais é que a análise do funcionamento dos funcionamentos"** [36]

O conhecimento da paisagem supõe a inclusão de seu funcionamento no funcionamento global da sociedade.

> **"a paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado"** [37]

Na atividade turística a paisagem congelada ou transformada imbuídas de seus valores sociais e culturais (muito embora nem sempre respeitados) se torna alvo da dinâmica deste mercado cada vez mais globalizado e consumista.

[36] Whitehead ,1938, p. 225.

[37] Santos1997, p. 86,87

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Capitulo II

TURISMO E MEIO AMBIENTE

2.1. Desenvolvimento turístico Sustentável

A sociedade mundial ou globalizada, abrange uma variedade de sociedades contemporâneas, pobres e ricas, centrais ou periféricas, desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Apesar das visíveis diferenças existentes entre elas, formam-se estruturas, relações e processos bem semelhantes. Em sua maioria as sociedades estão em vias de uma transnacionalização das instituições políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas.

A ocidentalização do mundo em certas sociedades, vem ocorrendo em escala vertiginosa. A desterritorialização e o declínio das metrópoles ocorre não apenas na esfera econômica, também atinge a política e a cultura. Relações desconexas e contraditórias permeiam os movimentos globais da sociedade contemporânea e influenciam o indivíduo.

Os Estados-nações perdem espaço e cedem lugar ao fortalecimento das empresas, corporações transnacionais, entidades multinacionais como FMI – Fundo Monetário Nacional, ONU – Organização das Nações Unidas, UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, ciência e Cultura, GATT – General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comercio), OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

A questão ambiental no mundo globalizado, não é nova. Embora esteja atualmente ligada a uma sensibilização ecológica, está intimamente ligada ao

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

surgimento da ciência moderna. A ciência tem por objetivo o estudo da natureza. A ciência observa, inventa, modifica, conclui-se nos movimentos internos das culturas, sociedades, grupos, classes e etnias.

A atual crise ecológica é um reflexo do caráter insustentável do próprio capitalismo. Logo, discutir questões ecológicas sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade, resulta em um discurso vazio. Para se falar em sustentabilidade se faz necessário que se coloque a busca pelo equilíbrio qualitativo vital no centro das nossas preocupações e do funcionamento do nosso sistema, o que levaria a uma re-inversão do próprio sistema capitalista.

O turismo como outra atividade econômica qualquer, também gera impactos, ambientais, sociais ou culturais, que, infelizmente, fazem parte do processo de produção e comercialização dos espaços turísticos.

A indústria do turismo depende da apropriação e exploração do ambiente natural e sócio-cultural das sociedades locais para se desenvolver, assim como em qualquer outro setor industrial ou agropecuário: a má utilização dos recursos ambientais de modo ineficiente e insustentável produz o esgotamento de suas fontes de matéria-prima e transferência para outros locais de exploração.

Falar de turismo, em sua maioria é falar também de exploração e degradação sócioambiental. Este fato expressa o distanciamento e o descompromisso do homem moderno em relação à natureza.

Atualmente, no Brasil:

“as dificuldades socioeconômicas conduzem o país à carência de recursos para estudos da planificação ambiental, e

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

> **à falta de fiscalização e controle da devastação das florestas. Geralmente, essa situação ocorre como objetivos econômicos, para o desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura ou à pecuária".[38]**

Apesar de existir uma legislação atualizada, a implantação de equipamentos e de programas voltados para o turismo são desenvolvidos no Brasil sem o necessário controle e fiscalização. Logo, alguns deles causam sérios danos e impactos ambientais; comprometendo a sobrevivência dos ecossistemas e consequentemente, a atratividade e especificidade dos locais visitados e explorados.

Define-se impacto ambiental como sendo todas as alterações que ocorrem nas propriedades físicas químicas e biológicas do meio ambiente natural, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante da atividade humana.(Pillmann, 1992, pg 553)

De acordo com Bartelmus[39], a sustentabilidade tem origem no conceito ecológico do "comportamento prudente", que faz com que um predador evite explorar sua presa em demasia para assegurar uma "produção ótima sustentável". Assim sendo, o desenvolvimento sustentável tem como finalidade básica a integração de preocupações ambientais ao bojo das políticas socioeconômicas, fazendo estas políticas responsáveis por seus impactos ambientais.

Segundo a CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,[40] o desenvolvimento sustentável se caracteriza não como um

[38] Ruschmann, 1993, p.57
[39] Bartelmus, 1994, pg.157
[40] A CMMAD foi criada ao fim de 1983 pelo programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, em resposta a preocupação sobre o crescente impacto da atividade antrópica sobre os recursos naturais da terra.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

estado fixo em harmonia, mas sim, como um processo de mudança, no qual a exploração de recursos, o gerenciamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais são compatíveis com o futuro, bem como com as necessidades do presente.

A Carta Magna brasileira promulgada em 1988 no seu capítulo VI, Art. 225 determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Para PEARCE & TURNER (1990, pg. 24), desenvolver o turismo de modo sustentável vem sendo aquele que pretende maximizar e otimizar a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico, baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais se manterão os serviços turísticos, a fim de que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados dentro de um futuro previsível.

Atualmente o turismo vem sofrendo um período caracterizado por uma nova sensibilidade, onde se discute a necessidade de um maior controle do turismo massificado, bem como o desenvolvimento de outras formas mais amenas e auto-sustentáveis de se fazer turismo.

No centro das discussões a respeito da sustentabilidade está o conceito da qualidade de vida, ao qual pode ser definido como sendo o grau de prazer, satisfação e realizações alcançadas por um indivíduo no seu processo de vida.

A possibilidade de um desenvolvimento sustentável deve conter alguns princípios advindos dos recentes avanços nos paradigmas e teorias científicas,

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

pois a insustentabilidade do mundo atual nasceu em grande parte, do conhecimento – superado – anterior, inadequado, de convivência com o meio ambiente. Estes princípios são extraídos de novas teorias do conhecimento e dos novos paradigmas científicos e portanto, constituem parte do aparato conceitual disciplinar para uma abordagem sustentável. Princípios éticos, sociais (por exemplo, ver Ely, 1992: 199-200) e econômicos deverão igualmente entrar na formação das novas propostas de desenvolvimento social. São os seguintes:

1.º Princípio da contingência: aponta para a possibilidade ontológica do novo não necessário, do diferente contraditório.

2.º Princípio da complexidade: Atualmente ele opõe-se ao reducionismo praticado pelas ciências, buscando fornecer as bases para uma razão aberta contra uma complexidade que necessita associar o objeto ao seu ambiente, de ligar objeto ao seu observador e a desintegração do elemento simples, contra o irracionalismo, a incerteza e ambigüidade.

3.º Principio de sistêmica: Engloba a perspectiva cibernética, aborda a holística, inclui aspectos sobre autonomia e integração. A sistêmica tem relação com a complexidade, com a recursividade e com a energia (Cavalcanti, 1995:49)

4.º Principio da recursividade: Baseia-se no paradigma “re”, está presente nas ciências, na auto-organização, no novo método, no holismo, na energia.

5.º Princípio da conjunção: É a articulação dos campos do conhecimento, dos saberes e das abordagens, permeando todos os novos paradigmas científicos novos.

6.º Princípio da interdisciplinaridade: É sobretudo nas questões, sistêmica, da complexidade e ambiental que este princípio possui maior relevância. Muitos pesquisadores chegam a enfocar a interdisciplinaridade como espécie de

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

correção para o estilhaçamento da razão nas diversas racionalidades hoje existentes e, no mínimo, como uma tentativa de minimizar a patologia do saber. (Japiassu, 1976)

Cavalcanti (1995), define desenvolvimento como a criação de condições tendentes a produção do ser humano em sua integridade. É sim um processo, incorpora objetivos, possui algumas finalidades específicas. Onde o desenvolvimento econômico e material é visto como um elemento importante, mas em si insuficiente, para a promoção do desenvolvimento humano.

O homem se articula com o ambiente que o cerca. Falar em ambiente, não se restringe apenas ao meio natural, este precede, condiciona e sucede ao homem como fruto das relações que ele desenvolve com seu entorno e consigo mesmo. A utopia do desenvolvimento sustentável é fruto das descobertas de meios e modos capazes de evitar o desordenado encontro entre sentimentos e movimentos, que percorrem paralelos quase que infinitamente desencontrados. Mas que isso: tem a ver com invenção de meios e modos capazes de permitir que as resultantes do uso e da usura do *oikos* caminhem harmoniosamente, evitando catástrofes.

Alphandéry , Dupont e Bitoun, afirmam claramente que a busca de uma civilização sustentável passa pela discussão e redefinição do conceito de necessidades humanas (Alphandéry et al., 1992:105).

> **"O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades".** [41]

[41] CMMA, 1988,p.46.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Esta definição contém, o duplo comprometimento com os seres humanos e seu ambiente. Além disso contem o reconhecimento das condições a que os processos estão submetidos, portanto das restrições impostas ao seu sucesso. Utilizando-se da própria terminação do texto oficial, a definição envolve dois conceitos-chave: O conceito de necessidade “sobretudo no que se diz respeito às necessidades inquestionáveis à existência dos pobres e miseráveis deste mundo”, e das limitações, impostas pela tecnologia e pela organização social atuais. (CMNA, 1988:46)

No ano de 1972, em Estocolmo (Suécia), pela primeira vez de uma maneira globalizada, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a questão ambiental foi abordada com a finalidade de se buscar respostas para os problemas existentes e na tentativa de definir futuras linhas de ação. E dessa conferência resultaram:

- Declaração de Estocolmo, constituída por 26 princípios, refletindo as principais preocupações e concepções ambientais daquela época, onde destacam-se o 5.º princípio (Os recursos naturais não renováveis devem ser utilizados de maneira a evitar o perigo de seu esgotamento e assegurar que os benefícios de seu aproveitamento sejam compartilhados por toda a humanidade) e o 8.º princípio (O desenvolvimento sócio-econômico é imprescindível para garantir ao homem um ambiente propício à vida e ao trabalho e para criar as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida);
- Plano de Ação de Estocolmo, constituído por 109 recomendações, formando assim as bases para a adoção de medidas voltadas para o aumento do conhecimento do meio ambiente, a melhoria de sua qualidade e sua preservação.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Como resultados práticos mais significativos e não menos importantes desta Conferência, pode-se relatar:

- o desenvolvimento de uma legislação ambiental internacional;
- a busca pela melhoria da qualidade do ar nos grandes centros urbanos do mundo;
- a criação do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, integrando o sistema da Organização das Nações Unidas – ONU, com o objetivo de tratar as questões ambientais;
- a questão ambiental concretiza-se como tema de preocupação global, passando a ser objeto de negociação entre países.

A Assembléia Geral da ONU, no ano de 1983, encarregou o PNUMA a missão de estabelecer estratégias ambientais a partir do ano 2000. Para esse fim, foi constituída a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, buscando ao reexame da questão ambiental de forma inter-relacionada com o desenvolvimento e a formulação de estratégias de ação com vistas a uma Agenda Global para posteriores mudanças. A criação do Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, por esta comissão buscava apresentar idéias de “desenvolvimento sustentável”, no sentido de que as questões ambientais também deveriam ser inclusas no processo de tomada de decisões econômicas, buscando o desenvolvimento, constituindo assim um documento básico para a organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro.

A Conferência de Cúpula do Rio em 1992 – Declaração do Rio sobre o meio ambiente, resultou na conhecida como a Carta da Terra, que contém 27 princípios sobre os direitos e obrigações dos Estados, entre os quais o de desenvolvimento sustentável; a Agenda 21 que constitui um programa de ação global, estabelecendo os temas, projetos, objetivos, metas e planos de ação,

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

refletindo este consenso mundial acerca das temáticas ambientais abordadas nos seus capítulos;

Entre os vários princípios estabelecidos na Declaração do Rio 92 – Carta da Terra, em que a expressão “desenvolvimento sustentável”, destacam-se:

3.º Princípio – O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de forma que responde eqüitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras

4.º Princípio – A fim de alcançar o desenvolvimento sustentado, a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá considerar-se de forma isolada.

8.º Princípio – Com o fim de conseguir-se um desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos os povos, os Estados devem reduzir e eliminar os modos de produção e de consumo não viáveis e promover políticas demográficas apropriadas.

A Conferência do Rio 92 também aprovou a reestruturação do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environmetntal Facility – GEF), instituído por iniciativa de alguns países desenvolvidos em 1990 e gerido pelo Banco Mundial e PNUMA. (Setti, 1996)

A Conferência do World Bank – United Nations, realizada em Paris em 17 de fevereiro de 1998, identificou as principais metas e indicadores para serem monitorados pelas comunidades em desenvolvimento, como parte da nova estratégia internacional de desenvolvimento para o século XXI adotada pelo BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento .

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Tabela 3 – Principais Metas e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

BANCO MUNDIAL – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL **PRINCIPAIS METAS E INDICADORES**	
Metas	**Indicadores**
Sociais	
Redução da pobreza pela metade	- Indicadores - Lacuna da pobreza - Distribuição de renda desigual - Desnutrição infantil
Melhorar a educação primária	- Taxa de matrícula escolar - Grau de conclusão do 1º grau - Taxa de analfabetismo, idade entre 15-21 anos
Melhorar distribuição educacional por gênero	- Diferenças do gênero na educação e analfabetismo
Redução da mortalidade infantil	- Taxa de mortalidade infantil - Taxa de mortalidade abaixo de 5 anos
Redução da taxa de mortalidade maternal	- Proporção da mortalidade maternal - Atendimento aos partos por agentes de saúde
Divulgar métodos de controle da natalidade	- Taxa de métodos contraceptivos mais utilizado - Taxa de fertilidade total - Casos freqüentes de AIDS em grávidas entre 15 e 24 anos de idade
Econômicos (bem estar)	
Redução da pobreza extrema	- Incidência da pobreza total: população abaixo de 1$ por dia - Proporção da lacuna de pobreza: tempo de incidência e profundidade da pobreza - Desigualdade: cinqüenta por cento da quota do consumo nacional - Desnutrição infantil: peso abaixo da média (5s)
Ambientais	
Compromissos das Instituições e do governo	- Nações com estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável
Recursos hídricos	- População com acesso a água tratada - Intensidade do uso da água potável: percentual da média anual de uso.
Biodiversidade	- Áreas de proteção nacional com um percentual do total da terra
Uso da energia	- GDP por unidade do uso da energia - Emissão de dióxido de carbono total e per capta

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Qualidade do ar Uso do solo Meio ambiente marinho Desertificação	- Qualidade do ar nos centros urbanos - Concentração de material particulado - Áreas florestais - Áreas de mangue - % nacional de áreas sujeitas a desertificação
Indicadores Gerais	
Para referência: População Produto interno bruto	- PIB per capta - Taxa de alfabetização em adulto - Taxa total de fertilidade - Expectativa de nascimento e de vida - % de ajuda em PIB - Dívida externa com % em PIB - Investimento em % do GDP - Comércio em % de GDP

Fonte: The Wordl Bank Group, 2000 (várias homepages do Banco Mundial – BIRD).

Muito embora este novo conceito de desenvolvimento tenha ganho um amplo espaço nas plenárias de discussão internacional, não se pode deixar aqui de considerar também as opiniões do campo da chamada direita que considera o Desenvolvimento Sustentável como uma “fraude para impedir o desenvolvimento do Terceiro Mundo” ou ainda, uma ameaça à soberania nacional. (Carvalho, S., op.cit.,p.11)

Em meados dos anos 60 o reconhecimento dos impactos gerados pela explosão do turismo de massa e a proliferação dos impactos negativos nos grandes centros turísticos começavam a gerar uma onda de criticas e debates sobre a necessidade de se ampliar o conceito de gestão turística devido ao eminente crescimento do tempo livre, das atividades de lazer, dos avanços da tecnologia e das facilidades de locomoção. Esse quadro degenerativo das atividades turísticas levou a criação de alguns relatórios que em muito contribuíram e influenciaram as novas estratégias de tomadas de decisão sobre como se fazer turismo. Entre outros relatórios podemos citar o relatório de Michael Dowers, “Fourth Wave – The Chalenge of Leisure”, 1965. Em 1982, Matheison e Wall escreveram uma obra que buscava detalhar os impactos

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

mundiais do turismo, esta obra intitulada Tourism: Economic, Physical, and Social Impacts, também exerceu influência sobre este mercado.

A medida que os impactos negativos do turismo foram se tornando mais explícitos e expressivos, seu reconhecimento começou a gerar várias iniciativas e mobilizações mais expressivas pela sociedade civil, Organizações Não-Governamentais, empresas turísticas e pelos diversos órgãos públicos envolvidos direta ou indiretamente com atividades turísticas. No campo administrativo do setor foram criadas algumas iniciativas para minimizar os excessos que provocavam danos ao ambiente explorado, geralmente estas iniciativas eram de pequena escala e não chegavam a propor uma mudança na forma de se fazer turismo.

A expressão turismo sustentável começará a reconhecer e englobar a comunidade local como parte indissolúvel e integrante do ambiente turístico a ser explorado, de forma tal que o respeito à identidade local, suas culturas e valores fossem respeitadas, como também a busca pela maximização dos benefícios econômicos a serem distribuídos fossem mais eqüitativos e justos. Em 1995 a União Européia reconheceu este conceito, publicando o Green Paper on tourism. (Swarbrooke, John 2000)

2.2. Tendências para o desenvolvimento do turismo sustentável

As inúmeras iniciativas dos produtores do turismo que surgiram a partir dos grandes fluxos de turistas aos núcleos receptivos, veio acompanhado de uma aguda negligência sobre a utilização e conservação dos recursos, por isso foram estabelecidas poucas restrições à sua forma de uso e exploração. A observância mais detalhada sob o ambiente explorado e seu comportamento frente ao seu constante uso, levou os responsáveis e alguns especialistas a rever a forma de se

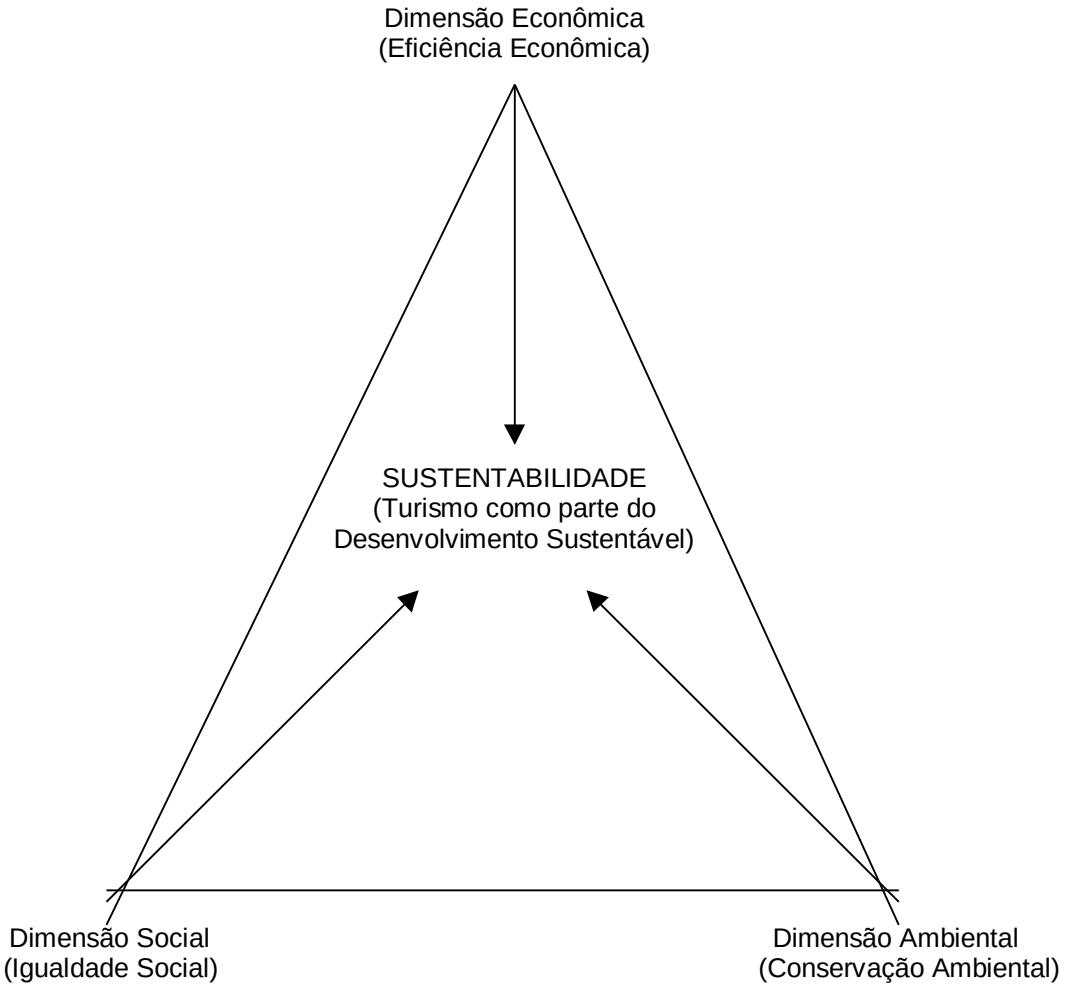
PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

desenvolver o turismo e a necessidade de se considerar a capacidade de suporte dos ambientes, não apenas o meio natural, mas também, o social e o econômico, ainda que estes últimos em menor grau, e assim criar mecanismos capazes de ordenar tais atividades através de um planejamento mais eficiente e adequado à realidade de cada local.

Neste cenário, as ações governamentais são de fundamental importância, para manutenção e conservação do ambiente social, cultural e ambiental através da criação de políticas mais democráticas e justas capazes de administrar os conflitos.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Figura 1 – Relação do Turismo Sustentável e as suas três Dimensões: Ambiental, Econômica e Social



Fonte: SWARBROOKE. John. *Turismo sustentável:* conceitos e impacto ambiental. 2. ed. São Paulo : Aleph, 2000. P.129

Juntamente com a preservação dos recursos, é preciso também prover condições mínimas capazes de atender às necessidades dos turistas relacionadas à hospedagem, à alimentação, ao descanso, entretenimento, à saúde, à higiene e ao conforto. (Huschman, Doris,1997:156) Essas necessidades só serão satisfatoriamente atendidas através de um planejamento que busque o desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura local (rodovias, saneamento, energia, comunicação, etc.). Quando referido à política do desenvolvimento físico,

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

esta ação envolve o zoneamento do território, a delimitação das atividades, a determinação das densidades máximas dos recursos, o controle urbano no que se refere ao estilo e dimensão dos equipamentos, como também envolve políticas de controle e monitoramento da qualidade do ar, da água e da saúde pública.

A promoção da política de contenção e preservação de áreas ambientais e culturais extremamentes sensíveis, também faz parte das responsabilidades públicas.

O reconhecimento, definição e inventário dos recursos explorados, é o ponto de partida para qualquer tomada de decisão para preservação dos recursos turísticos, a fim de melhor protegê-los e administrá-los, buscando manter suas características originais e preservar sua identidade.

As políticas voltadas para ações econômicas corretivas e desenvolvimentistas, além da determinação de taxas, multas, autorizações, regulamentações, buscam o equilíbrio e a equidade social. Neste contexto, políticas culturais e educativas estão intimamente relacionadas e ligadas ao conhecimento e entendimento dos meios urbanos e natural e sua herança cultural. Como é impossível dissociar os impactos ambientais e suas consequências, sobre as comunidades locais e circunvizinhas, dos equipamentos de hospedagem cita-se aqui os impactos causados no ambiente explorado:

a) Impactos positivos nos ambientes naturais e socioculturais

Nos ambientes naturais:

- Criação de áreas e programas de proteção;
- Criação de entidades governamentais e não-governamentais de proteção da fauna e flora;

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Nos ambientes socioculturais:

- Campanhas e programas de educação ambiental para crianças, adultos, turistas e moradores das localidades turísticas;
- Desenvolvimento do "orgulho étnico". A participação popular nas campanhas de preservação, fiscalização floresce o orgulho pela originalidade dos recursos locais e de suas características culturais.
- A possibilidade de ingresso no trabalho local;
- Promove um maior engajamento de ambientalistas nos programas de um turismo mais saudável, atuando como guias e instrutores na orientação e educação ambiental das comunidades locais e dos turistas;

b) impactos negativos nos ambientes naturais e socioculturais

Nos ambientes naturais

- acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, praias, montanhas, rios e lagos;
- A falta de saneamento pode causar a contaminação de rios, lagos e lençois d'água comprometendo sua pureza e a vida aquática;
- Contaminação das fontes e mananciais de água doce e do mar, em localidades próximas dos alojamentos, provocado pelo lançamento de esgoto e lixo *in natura* em rios e oceano;
- Poluição sonora provocada por motores, bombas e geradores;
- Coleta e quebra de corais no mar e das cavernas (estalactites e estagmites) para serem utilizados como souvenirs;
- Poluição visual com o acúmulo de pinturas em muros, patrimônios culturais e históricos, nos locais visitados sem prévia autorização;
- O acúmulo de lixo nos locais visitados atraem insetos, pragas e provocam mau cheiro;

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- Caça e pesca em locais indevidos e proibidos;
- Desmatamento para construção de equipamentos e residências;
- Descaracterização da paisagem local pela construção de equipamentos cuja arquitetura, material e estilo contrastam com o meio natural;

nos ambientes socioculturais

- Descaracterização das tradições e costumes das comunidades receptoras;
- Efeito demonstração – sentimento de inveja e ressentimento frente aos hábitos e comportamentos diferentes dos turistas e à ostentação de tempo livre e dinheiro;
- Aumento dos preços das mercadorias;
- Especulação imobiliária dos terrenos mais próximos ao centro turístico;
- Migração de pessoas para estes centros turísticos mais procurados, causando um excedente na oferta de mão-de-obra e escassez de moradias, baixando o nível de qualidade de vida local;

Embora os impactos causados pelo turismo no ambiente natural, social e artificial já tenham sido reconhecido há muito tempo, as ações demoraram a chegar. Boa parte do problema pode ter se dado pela falta de coordenação entre a política de desenvolvimento econômico e comercial com a ambiental.

A política ambiental também sofreu muitas mudanças e fragmentações, entre elas a administrativa que incorporava abordagens integradas à gestão ambiental, que lida com ecossistemas totais e não apenas com aspectos qualitativos do meio ambiente. A conservação ambiental era vista agora como algo que estava contra as políticas de desenvolvimento; assim sendo a política ambiental ficou sendo algo dissociado ao desenvolvimento econômico e social.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Só a pouco é que uma visão mais ampla, e integrada da política de desenvolvimento, ligando-a à proteção ambiental. O surgimento do conceito de *desenvolvimento sustentado* (World Commission..., 1987) marca assim essa mudança de perspectiva.

Na gestão ambiental, situações em que a atividade turística é considerada “Leve”, são aceitáveis como complementares e não perturbadoras ao meio ambiente.

Baseada na perspectiva econômica, a questão do desenvolvimento sustentável do turismo pode ser visto como a necessidade de assegurar a viabilidade a longo prazo da atividade do turismo.

Há perspectiva, de que conservar o meio ambiente deve ser uma meta importantíssima igual à eficiência econômica e à justiça social buscando a geração de empregos, a distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida.

O respeito pela natureza e pelo meio ambiente, se bem planejados e geridos podem evoluir paralelamente sem maiores conflitos, principalmente nas zonas costeiras e de montanhas, pode fazer do turismo uma atividade lucrativa e duradoura. (Beni, 1999 pg.7-17)

Muito mais do que os necessários investimentos para a otimização da atividade turística, o que deve ser praticado sem reservas é a manutenção de um equilíbrio sustentável entre essa atividade e o desenvolvimento, conservação dos valores naturais e culturais, prioridade plena para todas as autoridades e órgãos envolvidos, não apenas por aqueles voltados para a demanda e oferta turística.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

2.3. Alternativas para o relacionamento harmonioso entre turismo e meio ambiente

A especificidade local, o exotismo e a diversidade dos recursos naturais ainda são os fatores que mais atraem uma demanda interna e externa significativa e estimulam a instalação de uma infra-estrutura hoteleira e de programas capazes de minimizar os impactos sócioambientais que, muitas vezes, comprometem, irremediavelmente, os recursos naturais que promovem a sua criação.

A busca do equilíbrio necessário para o desenvolvimento da atividade que beneficie a conservação ambiental, as comunidades receptoras e os turistas envolve, necessariamente, um planejamento multisetorial. Este planejamento deverá considerar que a conservação dos recursos naturais de valor notável deve atentar para o fato de que o meio é considerado patrimônio público e o aspecto de sua conservação ecológica deverá estar equilibrado com o uso comum pelo povo, possibilitando a todos os cidadãos o contato com a natureza. (Ruschmann, 1993, pg. 64)

Para se obter uma gestão ambiental sustentável, deve-se atrelar a esta, instrumentos capazes de assegurar seu desenvolvimento e implantação gerando resultados eficientes e equitativos. Muito embora, buscar assegurar o direito dos cidadãos civis, do meio empreendedor e do poder público ao uso destes recursos não lhes assegura o direito de depredá-los, agredi-los ou destruí-los, colocando em risco a beleza paisagística e os exemplares da fauna e flora. Surge então a necessidade de se implementar políticas mitigadoras de impactos e conciliadoras de interesse.

Logo, o equilíbrio entre a natureza (matéria-prima) e o turismo necessita ser regulado e disciplinado. Dentre as ações destinadas a promoção do

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

relacionamento mais harmonioso entre o turismo e o meio ambiente, não pode ser negligenciado a necessidade de se implantar:

- Planejamento

Falar em planejamento do turismo significa a fundamentação de um conceito fundamental:

> **"é um sistema inter-relacionado de fatores de oferta e da demanda. Os fatores da demanda são os mercado de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos."** [42]

A oferta compreende os atrativos (os aspectos característicos e seus diferenciais turísticos, bem como todas as atividades desenvolvidas em função deles) e atividades turísticas, alojamentos, outros equipamentos e serviços ou seja, o produto turístico.

As metas e os objetivos específicos vinculados aos padrões de desenvolvimento de um determinado futuro são denominados de planos a longo prazo. Geralmente tem um período de duração entre dez a quinze anos, dependendo das previsões de eventos futuros no país ou na região. Esse período é o tempo necessário para a implementação de políticas e estruturação dos planos. Porém, dependendo do tipo do projeto a ser implantado, como grandes "resorts" ou parques nacionais, pode requerer um período de tempo maior.

Por outro lado, existe o planejamento estratégico que é um pouco diferente; este está mais direcionado para a definição e solução de questões mais imediatas, cuja finalidade é transformar ou mudar rapidamente situações futuras.

[42] Beni, 1999, p. 8

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

São ações orientadas para a ação a curto prazo e para o encaminhamento rápido de soluções e acontecimentos inesperados.

> **"Política é um curso de ação calculado para alcançar objetivos específicos. Objetivos são direções gerais para o planejamento e gestão do turismo, e baseiam-se em necessidades identificadas dentro de restrições de mercados e de recursos."**
>
> **"Pode-se definir políticas como orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade."** [43]

Planejamento Regional do turismo é um conjunto de pólos de desenvolvimento turísticos hierarquizados por uma infra-estrutura comum que, em sua totalidade, contribui para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional.

Segundo Bissoli[44] há vários benefícios específicos e importantes na elaboração do planejamento, e no caso do turismo, essas vantagens incluem:

- ü definição de objetivos para o desenvolvimento do turismo e como alcançá-los;
- ü formas de desenvolver os recursos naturais e culturais e mantê-los indefinidamente conservados para o futuro, e no presente;
- ü integração do turismo nas políticas de desenvolvimento globais e nos padrões do país ou região e estabelecimento de relações entre turismo e outros setores econômicos;

[43] Beni, 1999, p. 10

[44] Bissoli, 2000, p.33-34

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- ü fornecimento de uma base racional para tomada de decisão para os setores público e privado em relação ao desenvolvimento turístico;
- ü esforços para o desenvolvimento coordenado de todos os muitos elementos do setor do turismo;
- ü otimização e equilíbrio dos benefícios econômicos, ambientais e sociais do turismo, com distribuição eqüitativa desses benefícios para a sociedade, minimizando possíveis problemas no setor;
- ü provisão de uma estrutura física que oriente o desenvolvimento da atividade turística;
- ü estabelecimento de diretrizes e padrões para planos detalhados de áreas de desenvolvimento de turismo;
- ü implementação efetiva da política de desenvolvimento do turismo e do plano de administração contínua do setor de turismo;
- ü esforços de setores público e privado para investimento no desenvolvimento do turismo;
- ü oferta de um monitoramento contínuo do desenvolvimento do turismo.

- Licenciamento ambiental

Em 31 de agosto de 1981, foi criada a Lei n.º 6.938 que conceitua o licenciamento como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (artigo 9.º, inciso IV), dispondo em seu artigo 10.º, que “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A Vila de Porto de Galinhas – Ipojuca (PE) está sob a competência estadual para o seu licenciamento restritamente voltado para a CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hidrícos.

O Decreto Federal n.º 99.274 de 06 de junho de 1990, estabelece em seu artigo 1.º inciso I, a competência do Poder Público, em seus diferentes níveis de governo, para manter fiscalização permanente dos recursos ambientais, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Este decreto manteve na íntegra o texto do Decreto Federal n.º 88.351/83, que constitui parte da competência do controle exercida pelo Poder Público a expedição das licenças abaixo:

- Licença Prévia (LP) – É necessária na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo nela os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;
- Licença de Instalação (LI) – Autoriza o início da implantação e acordo com as especificações constantes do Projeto aprovado;
- Licença de Operação (LO) – autoriza, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto na Licença Prévia e de Instalação.

O CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, em sua Resolução n.º 001 de 23 de janeiro de 1986, estabeleceu em seu artigo 4.º que os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidas pela própria

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Resolução e tendo por base a natureza, o porte e as peculiaridades de cada atividade.

- Capacidade de carga

A busca pela determinação da capacidade de carga (o número máximo de pessoas que um recurso turístico pode suportar, antes que ocorram impactos negativos no ambiente físico natural e social), constitui a base para o planejamento do turismo nas áreas com recursos naturais muito frágeis. (Lozato-Giotart, 1992, pg.141) entende que sua determinação é fundamental para o desenvolvimento de um turismo restrito e capaz de "salvar" os recursos naturais ameaçados.

O clima, o território, a paisagem como também os recursos hídricos e as características socioeconômicas dos turistas como das comunidades receptoras são extremamente relevantes na fixação da capacidade de carga de determinado recurso natural.

- Zoneamento – Lei de Uso do Solo

O detalhamento dos recursos naturais através de um *zoneamento,* identificando e classificando as diferentes áreas, de acordo com a fragilidade dos ecossistemas permitirá o estabelecimento de critérios, que irão liberar ou proibir a sua utilização para o turismo. Utiliza-se na América Latina o sistema de classificação de terras que dividem as áreas em sete zonas de manejo (ROA et al., 1986, pg.191): intangível, primitiva, de uso extensivo, de uso intensivo, histórico-cultural, de recuperação natural e de uso especial. Além disto, é preciso estudar e delimitar as áreas de acordo com suas características especificas, tais como as sugeridas pela extinta SEMA – Secretária de Estado do Meio Ambiente: áreas de ocorrência de fauna, de nidificação e pouso de aves de arribação, áreas

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

de formações vegetais nativas associadas à fauna, áreas de ocorrência de mamíferos.

A Lei Federal n.º 6.766 de 19 de dezembro de 1979 dispõe sobre o parcelamento do solo urbano a nível federal, podendo os Estados, Distrito Federal e Municípios estabelecerem normas complementares de adequação às peculiaridades regionais e locais, no âmbito de suas competências.

São formas de parcelamento urbano o loteamento e o desmembramento, sendo o critério distintivo entre ambas o fato de haver ou não a abertura de novas vias de circulação de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. Onde, o loteamento pressupõe a abertura de novas vias; o desmembramento pressupõe o aproveitamento daquelas já existentes.

- Criação de Unidades de Conservação

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81), o art. 5.º do Código Florestal (Lei n.º 477/65) estabelecem a criação de espaços territoriais especialmente protegidos por parte do poder público: Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de proteger atributos particulares e excepcionais da natureza, promovendo a proteção integral da flora e das belezas naturais, utilizando programas educacionais, recreativos e científicos.

- Educação Ambiental

A Constituição Federal brasileira, tráz em seu Capitulo VI, Art. 225, Inciso VI, a promoção da educação ambiental na busca da conscientização da população para a preservação ambiental: “promover a educação ambiental em

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. ”

A busca pela preservação ambiental vem tomando um largo espaço na jurisdição brasileira, em 1999 foi criada a Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999, dispondo sobre a educação ambiental e instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. No seu Capítulo I, Art. 1.º institui: “Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Capacitar recursos humanos especialmente treinados para operar equipamentos e programas ecológicos em muito contribuirá para a conservação dos recursos naturais utilizados no turismo. A criação de *guias ecológicos* e do treinamento das comunidades locais em muito contribuirá para uma maior manutenção dos ativos ambientais explorados.

Embora o turismo de massa ainda seja o grande gerador de recursos e considerado a tábua de salvação para muitos países do terceiro mundo, caracterizado pelo elevado número de visitantes e dos gigantescos equipamentos receptivos, tem-se o desafio de criar formas alternativas de minimizar impactos e ordenar suas ações em busca do bem comum. Neste sentido os empreendimentos de pequena escala (rurais, ecológicos) tendem a se apresentar como os mais viáveis para muitos países da América Latina.

Neste cenário, a criatividade, o espírito inovador e de cooperação entre grandes, pequenos e médios empresários, bem como a busca por parceiras entre a localidade e o empresariado apresentam-se como alternativas promissoras para

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

o desenvolvimento de um turismo ecologicamente equilibrado, tornando-se economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sadio e sustentável.

Logo, promover educação ambiental para os turistas e para as comunidades receptoras, hoje mas que nunca, se torna fundamental para a conservação ambiental das áreas onde ocorre a exploração turística dos ativos. Krippendorf, 1997; Wheller, 1992 se mostraram céticos e não acreditaram que os turistas (em massa) passem a sentir-se responsáveis pelos danos causados nos recursos naturais.

É inquestionável a necessidade de que os turistas desenvolvam comportamentos sociais mais responsáveis e preservacionistas durante as suas viagens.

A conscientização das comunidades receptoras acerca da importância da atividade em si e da conservação da autenticidade dos recursos locais deverão ser incentivados, pois deles depende o futuro turístico da localidade.

- A criação dos EIA (Estudo de Impacto Ambiental)/RIMA (Relatório de Impacto Ambiental)

Estudos de impacto ambiental e seus respectivos relatórios são de primordial importância para a conservação da autenticidade dos recursos naturais de interesse turístico. Estes estudos são implementados quando os equipamentos a serem instalados ainda estão na fase de projetos, em sua maioria estes estudos são constituídos por equipes interdisciplinares e buscam determinar diretrizes necessárias para o equilíbrio com o meio ambiente aonde ira ser instalado, de acordo com as peculiaridades dos projetos e de suas características.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A legislação exige a elaboração de EIA/RIMA para áreas de marinas, loteamentos rurais e urbanos, estradas e equipamentos de turismo e lazer. De acordo com o resultado obtido na conclusão dos estudos, os projetos poderão ser aprovados integralmente, ou sofrerem mudanças, alterações até chegar a recusa na sua implantação. Este relatório de Impacto ambiental deverá ser apresentado de maneira objetiva e de fácil compreensão perante a opinião pública, onde a sua publicidade é requisito fundamental para sua validade, afim de que os órgãos públicos e a sociedade possam se manifestar. (Resolução CONAMA 001/86, artigo 9.º parágrafo único e artigo 11.º)

As audiências públicas também estão previstas na Resolução CONAMA n.º 009 de 03 de dezembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 05 de julho de 1990. Obrigando o responsável pela obra a realizar tais audiências sempre que órgão competente julgar necessário, seja por solicitação de uma entidade civil, Ministério Público ou um grupo de cidadãos comuns em número mínimo de 50 (cinquenta). No prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data em que o órgão ambiental receber o RIMA.

No Brasil, a responsabilidade oficial pela fiscalização dos empreendimentos e programas turísticos é de responsabilidade da EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo – que atua em conjunto com o IBAMA – Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (EMBRATUR, 1991). Os Estados e municípios também possuem seu órgãos fiscalizadores.

Em Pernambuco, sua constituição traz no artigo 215 (PERNAMBUCO, 1990) ao dispor que “para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, será exigido estudo prévio de impacto ambiental, à que dará publicidade, na forma da lei, submetido à audiência pública”.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo:

A municipalização é um processo de desenvolvimento turístico por meio da conscientização da população beneficiária das ações realizadas no próprio Município. Despertando a sensibilidade dos residentes para o fato de que possuir atrativos, ou potencial turístico, não é suficiente para o desenvolvimento da atividade turística.

No Brasil e em alguns poucos países do nosso continente a criação e participação das comunidades locais e associações de classe nas tomadas de decisão por políticas e práticas do turismo nas suas localidades residentes tem trazido expressivos avanços para a manutenção e preservação de espaços detentores de grande valor paisagístico, ambiental, cultural e econômico.

A prática e adesão ao PNMT – Plano Nacional de Municipialização do Turismo – EMBRATUR , 1999, tem como base o planejamento das ações turísticas com a participação popular, através da criação dos Conselhos Municipais de Turismo, vem sendo aderida por um número crescente de municípios, com isso surgem vários avanços sociais na prática da democracia e participação popular no exercício da cidadania.

A participação da comunidade local no processo de desenvolvimento e ordenação destas atividades turísticas cria um clima de conscientização, sensibilização e estímulo no despertar de uma nova forma de planejar, tendo como meta principal a preservação e manutenção dos patrimônios ambientais e geração de emprego e renda em harmonia com o crescimento econômico.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, tem como objetivo o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, conscientizando

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

e sensibilizando a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico e geração de emprego.

Além do que, busca motivar a participação popular na formulação e co-gestão de um planejamento sustentável da atividade turística, estimulando as relações do Poder Público com a iniciativa privada, buscando a consolidação de parcerias junto à comunidade local na resolução dos problemas e desafios a serem enfrentados em benefício da atividade turística.

Tabela 4: PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO – PNMT

(Municípios engajados, Oficinas realizadas, Agentes treinados e Pessoas envolvidas no PNMT - 1995/2001)

Ano	Municípios Engajados	Número de Oficinas Realizadas	Agentes Treinados	Pessoas Envolvidas
1995	495	33	970	48.500
1996	657	77	1.540	77.000
1997	850	93	2.325	116.250
1998	935	141	3.525	176.250
1999	1.211	228	5.700	285.000
2000	1.416	236	5.900	295.000
2001	1.801	301	7.523	376.150

Fonte: EMBRATUR - 2001.

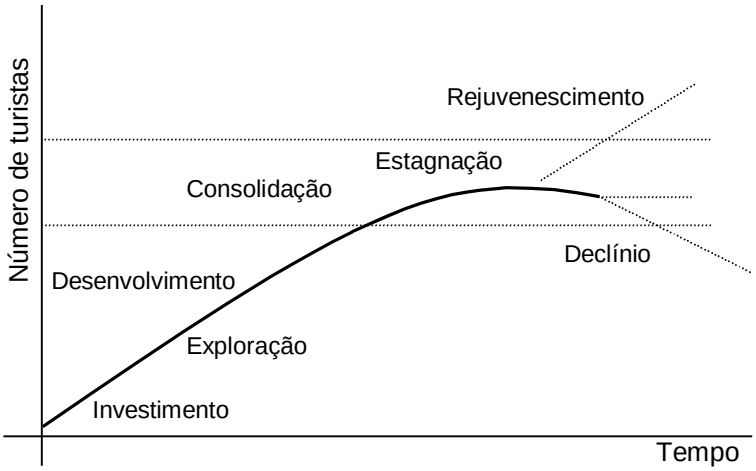
Muito embora a efetivação do PNMT não tenha sido implementado de forma plena e direta em Porto de Galinhas, este modo de planejar estratégias e organizar ações se encontra muito presente nas diversas autoridades públicas do município de Ipojuca, na iniciativa privada e inserido na comunidade local como mecanismo de gestão.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A criação das Agendas 21 nos municípios, é um grande aliado na busca pela implementação de estratégias capazes de organizar ações e otimizar seus resultados pela preservação do equilíbrio ambiental, social e econômico local. Logo, deve seguir alguns critérios básicos para sua plena eficácia, entre outros, destaca-se que:

> **"Deve ser um plano obtido através de consenso, ou seja, com todos os atores e grupos sociais opinando e se comprometendo com ele. Em resumo, a Agenda 21 estabelece uma verdadeira parceria entre governos e sociedades. É um programa estratégico, universal, para alcançarmos o desenvolvimento sustentável no século XXI"** [45]

Figura 2 – Ciclo de vida das destinações turísticas



Fonte: Ruschmann,2000

[45] www.agenda21_org_br_arquivos\oqe21.htm.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Capítulo III

PORTO DE GALINHAS NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE PERNAMBUCO

3.1. O Estado de Pernambuco

O Estado de Pernambuco, possui aproximadamente uma área de 98.526,60 km^2 (IBGE – 2000). Em relação ao Brasil possui 1,2% de área, e em relação à Região Nordeste tem 6,4%. Possui uma zona costeira com 187 km de extensão e está localizado entre os estados da Paraíba, ao Norte e das Alagoas, ao Sul. Também segundo o IBGE-2000, possui 7.918.344 habitantes, uma densidade demográfica de 80,37 entre os anos de 1996 a 2000.

Pernambuco possui 185 municípios, 381 Distritos, 195 Vilas, dos quais, 15 compõem a região metropolitana, tem como cidade núcleo Recife, também chamada turisticamente como “Veneza Brasileira”, possui uma área de 218,7 km^2, uma população de 1.422.905 habitantes (Censo 2000). Fundada em 1535, a cidade de Recife também é o coração econômico de Pernambuco. Possui o maior aeroporto internacional do Nordeste e um dos mais modernos do Brasil, atualmente em fase de expansão. Pernambuco possui dois Portos, entre eles se destaca o Complexo Industrial e Portuário de SUAPE como sendo um dos portos mais estratégicos do Brasil, possui também um dos maiores terminais integrados de passageiros do Nordeste (TIP), tem um eficiente sistema de trens elétricos servindo a região metropolitana, o maior do Nordeste, possui uma malha rodoviária de mais de 5.549 km de extensão (GEIPOT; MI; PNUD/SIG-2000), um riquíssimo acervo arquitetônico religioso com dezenas de igrejas, mosteiros, monumentos, mercados, museus, fortes, teatros, vários sítios históricos,

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

engenhos, entre outros patrimônios que podem se tornar um potencial mercado turístico a ser explorado.

Mapa 1 – Brasil e Nordeste

Fonte – ANDRADE, M.C. de O. (coord.). Atlas escolar de Pernambuco: espaço.... João Pessoa, 1999. P. 48

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Tabela 5: Produto Interno Bruto[46] de Pernambuco, Nordeste e Brasil – 1999.

Discriminação	PE	NE	BR
PIB Global (R$-1.000.000)	25.756	126.365	963.868
PIB per Capita (R$-1,00)	3.279	2.671	5.740
Composição Setorial (%)			
Agropecuária	7,73	8,78	7,86
Indústria	33,26	35,74	38,04
Serviços	59,01	55,48	54,10
PIB PE/PIB NE (%)	20,38	-	-
PIB PE/PIB BR(%)	2,67	-	-

Fonte: IBGE-CONDEPE-1999

3.2. Aspectos gerais do desenvolvimento turístico em Pernambuco

Alguns relatam que o turismo possa ter se iniciado no século XVI, por Vicente Yanez Pinzón, que nos descobriu (vide Cabral e João) *o rosto hermoso da terra de mais luz da terra,* cantada por vários poetas, desde Bento Texeira Pinto a Marcus Accioly.

Em Pernambuco o turismo começou em 1967, com a criação da EMPETUR, no Governo de Nilo Coelho.

[46] Produto Interno Bruto. É o valor de todos os bens e serviços produzidos em um país, durante em determinado período.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Foi a consolidação da EMPETUR, que se dera os passos para uma maior consolidação de Pernambuco como um novo pólo turístico, de grande apelo para o mercado interno e, potencialmente, para o mercado turístico internacional.

Pernambuco é uma das principais rotas para todos aqueles que advém da Europa. Além do mais é um dos pontos centrais da costa nordestina e brasileira. Tem seu potencial turístico voltado para a multiplicidade de atrações num relativamente restrito espaço territorial. (Bonald,1978, pg. 27)

As atividades turísticas em nosso estado nunca se detiveram nas periferias litorâneas, nas costas do Recife e Olinda, mesmo quando é dado uma maior ênfase às praias e às igrejas – ações voltadas para a interiorização do turismo foram aflorando gradativamente com a inserção de Pernambuco no roteiro turístico nacional e internacional. Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Petrolina, Brejo da Madre de Deus, Fazenda Nova, Tracunhaém, Triunfo, Taquaritinga – foram dentre outros, superando as chamadas “resistências de toda ordem”, alguns nomes enfatizados no mapa turístico de Pernambuco.

Pernambuco é uma espécie de feira de Caruaru: “tem tudo pra gente ver”. É um Estado, em que o mar de águas mornas e mansas, a história de ondas inquietas e o sertão, a arte e o folclore – criaram uma síntese cultural cujas cores diferenciais definem nitidamente uma grande destinação para o turismo (Bonald, 1978, pg. 29).

Durante todo o ano o Governo do Estado busca dinamizar a região através de um vasto calendário de eventos turísticos que movimentam e incrementam a economia local, tais como: Carnaval, Festa da Pitomba/Festa de Nossa Senhora dos Prazeres, Pernambuco das paixões, Abril pro Rock**,** Festival Nacional de Jericos, São João, FENNEART – Feira Nacional de Negócios do Artesanato, Missa do Vaqueiro, Circuito do Frio, Festa de N. Sra. do Carmo, Festival da

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Seresta**,** Abertura oficial do verão na Ilha de Itamaracá, Festa da Uva e do Vinho do Nordeste.

3.3. A opção pelo litoral

Tanto no desbravamento como no desenvolvimento dos mais variados países do globo, a zona costeira tem sido objeto de muitos interesses e conflitos. No Brasil, mais especificamente no litoral pernambucano, esta área também se tornou palco de grandes e permanentes interesses.

> **"…. a presença do mar, que torna os terrenos costeiros estruturalmente mais escassos (logo, em geral mais valiosos) que os da hinterlândia. Na costa brasileira, os usos urbano, industrial, portuário e turístico predominam como vetores básicos de ocupação."** [47]

O Brasil possui 8.500 km de costa litorânea, o Estado de Pernambuco 187 km de extensão, abrange vinte e um municípios, constituindo assim o mais importante aglomerado populacional do Estado, onde concentra cerca de 44% de sua população (CPRH, 1999), resultando em uma grande e variada forma de exploração e ocupação. A zona costeira de Pernambuco é recortada por ambientes naturais de grande beleza. Quinze rios deságuam suas águas no Atlântico. A Grande Recife possui quatorze praias, representando mais de 30 km de litoral.

Pernambuco possui uma faixa litorânea que se estende de Goiana ao Norte, no limite com o Estado da Paraíba, até o município de São José da Coroa Grande, ao Sul, na divisa com o Estado das Alagoas. Foi dividido por setores: Norte, Centro e Sul. Essa região é caracterizada por mais de 30 praias, dentre

[47] MMA, 1998;12

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

elas, destaca-se a praia de Boa Viagem, portão de entrada do nosso Estado, como também as praias de Candeias e Piedade em Jaboatão dos Guararapes, as praias do Farol e Casa Caiada em Olinda, também as praias de Maria Farinha, a Ilha de Itamaracá e a de Fernando de Noronha. No Cabo de Santo Agostinho, destacam-se as praias de Gaibu e Calhetas, em Ipojuca, destacam-se as praias de Porto de Galinhas e Maracaípe, em Sirinhaém, as praias de Guadalupe, Tamandaré e Dos Carneiros, como também na divisa com Alagoas a Praia de São José da Coroa Grande.

FOTO1: Litoral de Pernambuco

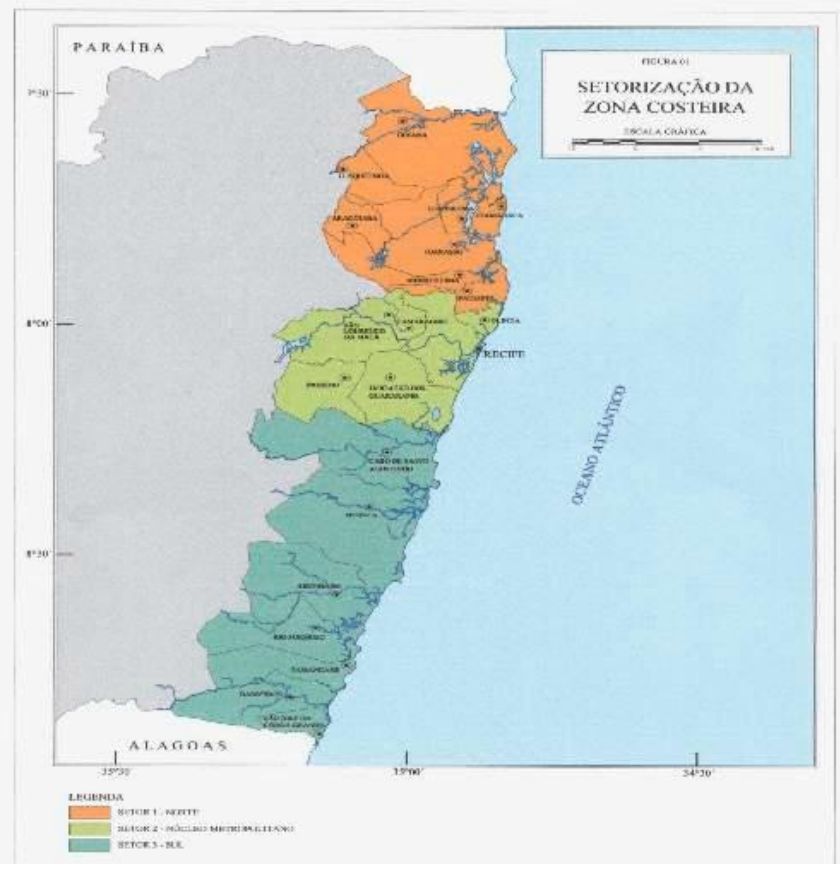
Fonte: www.fidem.pe.gov.br, julho/2003

A região litorânea de Pernambuco está inserida na Zona da Mata e aborda segmentos de planícies recobertas por coqueiros que se intercalam com as praias, pontais e estuários de rios de margens largas e extensos manguezais forte atrativo turístico de nossa região. Este conjunto de elementos evidenciam a qualidade do lugar, conferindo-lhe assim uma particular vocação para a prática do lazer e turismo. Suas águas são calmas e de pouca profundidade, face à proximidade dos estuários dos rios, intercalando-se segmentos de mar aberto e praias protegidas por arrecifes e coroas.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Os estuários, predominantes neste trecho do litoral nordestino, constituem um ambiente que funciona como um mecanismo biológico impulsionado por agentes com características que se modificam a cada dia – correntes, ventos, marés, temperatura – que nutrem uma vasta fauna marinha. A destruição dos manguezais ocasiona sempre uma diminuição acentuada dos cardumes, com prejuízos evidentes para a indústria da pesca. A abundância de peixes nos mares se deve, em grande parte, à existência de uma costa recortada de enseadas e estuários. Considerando os manguezais e estuários como reservas biológicas permanentes, a preservação dos manguezais viria a construir uma atração turística de inigualável beleza de efeitos paisagísticos.

Mapa 2: Setorização Costeira



Fonte: CPRH-GERCO,2001.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O litoral pernambucano foi dividido pela CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco e pela SEPLANDES – Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Social (1999), em três segmentos: 1.º Setor - Litoral Norte, abrange os municípios de Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá e Goiana; o setor 2.º - Núcleo Metropolitano, Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes constituem o Litoral Centro, enquanto o litoral Sul, 3° Setor - está formado por Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Rio Formoso, Sirinhaém, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande.

Esta divisão foi feita no intuito de facilitar os estudos inerentes a cada área, como também configuram as diversas formas de ocupação, produção e legado patrimonial.

Nestes últimos anos o litoral de Pernambuco vem consolidando-se como um promissor pólo de desenvolvimento competitivo, através de ações voltadas à valorização de seu ambiente natural e construído e de suas manifestações culturais, materiais e imateriais; ou, mais especificamente, a criação de condições e atrativos para os moradores e incrementando a visitação e um maior tempo de permanência dos visitantes no Estado. (FIDEM, 1999)

O Governo Federal, lançou em 1990 o projeto Costa Dourada, fruto de uma inserção mais significativa e promissora do turismo brasileiro na rota internacional. Compreende também uma intervenção no espaço territorial nordestino, através de um desenvolvimento integrado, voltado para a dinamização e consolidação da atividade turística. Tem como objetivo a criação de uma região de exploração intensiva do turismo, apropriando-se de suas potencialidades naturais existentes desde o litoral sul de Pernambuco até a porção norte das Alagoas.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O projeto Costa Dourada repousa sua estrutura básica na formulação de um plano de zoneamento que estabeleça uma ordenação espacial do território para possíveis intervenções. Foram assim explicitadas diretrizes gerais para a compatibilização e integração de linhas de atuação, variando em diversos níveis de intervenção, sua natureza e localidade dos projetos.

A busca pela preservação e valorização dos recursos e bens naturais, a ordenação e controle da ocupação urbana, a promoção das comunidades litorâneas e da população local, como também a promoção do desenvolvimento, do planejamento e implantação de empreendimentos e atividades turísticas também fazem parte de suas linhas de atuação.

Impulsionado pela Lei 6.523/77, o Governo do Estado de Pernambuco, por sugestão do seu órgão oficial de turismo, preparou uma legislação adequada para a preservação do seu *Patrimônio Turístico,* sob responsabilidade dos Poderes Executivos Estadual e Municipal. Para os efeitos dessa lei, foi declarado "Patrimônio Turístico de Pernambuco":

I – as ilhas litorâneas, assim como a faixa paralela à orla marítima de todo o litoral pernambucano;

II – os parques ou reservas estaduais e federais;

III – as faixas ao longo das rodovias estaduais e federais, mesmo que estejam fora da jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, bem como as estradas que venham a ser mencionadas no regulamento desta Lei;

IV – as faixas ao longo das ferrovias;

V – as margens dos canais e rios navegáveis, assim como as respectivas ilhas;

VI – as margens e ilhas de represas públicas;

VII – as áreas em torno de monumentos ou sítios tombados;

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

VIII – outras áreas, pontos, centros e rotas que, por características especiais ou peculiares sejam ou venham a ser declaradas de interesse turístico pelo órgão competente.

3.4. Ipojuca: sua vocação turística

A origem da freguesia de São Miguel de Ipojuca permanece escondida no passado, uma vez que não se encontraram dados exatos acerca da fundação da localidade, que deve ter surgido da doação de sesmarias.

A Lei provincial n.º 152, de 30 de março de 1846, criou o município de Ipojuca com sede na povoação de São Miguel de Ipojuca em razão da de n.º 236, de 22 de maio de 1849. Durante quase meio século, oscilou a sede do município entre as duas povoações citadas: ora figurava numa, ora noutra povoação.

A comarca de Ipojuca tornou-se autônoma, isto é, emancipou-se politicamente em 28.03.1890, tendo como sede restabelecida em Nossa Senhora do Ó, de acordo com a Lei n.º 52, de 03.08.1857. A sede municipal; foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 173, de 6 de junho de 1896. Seu primeiro Prefeito foi o Tenente Coronel Antonio Luiz de Melo Marques. Em 1994, o município de Ipojuca é integrado a Região metropolitana do Recife (R.M.R.), sendo contemplado como “área de vocação natural” destinada ao lazer e ao turismo da população da R.M.R. (FIDEM,1995)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 2: Município de Ipojuca (PE), 1980

Fonte: FIPE, 1991.

Nos anos noventa, prossegue nos núcleos urbanos dependentes economicamente da cultura canavieira, expande-se as áreas ocupadas por população egressa do campo e dos problemas sociais inerentes a tais ocupações. Agravando nestes últimos quatro anos com o fechamento de várias usinas na região, formando assim verdadeiros adensamentos desordenados por uma população de baixa renda, como pela "invasão" de áreas inteiramente impróprias à ocupação. Em paralelo o adensamento populacional em núcleos urbanos, surgem e se agravam com a criação de novos loteamentos de ocupação espacial do contigente urbano de renda alta, média ou média baixa.

FOTO 3 : Centro de Ipojuca

Fonte: FIDEM/CONDERME, 2001.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

De acordo com o GERCO/PE – CPRH,1999 a aceleração expansionista urbana da área em estudo, se deu a partir dos anos setenta, e têm como fatores principais a expulsão em massa da população da zona rural canavieira em decorrência do PRÓALCOOL (1975) e a descoberta das praias do litoral Sul como opção de veraneio e lazer de fim de semana, da classe média alta do núcleo metropolitano e dos centros urbanos do grande Recife em fuga das praias do Recife, naquela década, submetidas a acelerado processo de adensamento populacional por loteamentos de veraneio, dentre os quais destacam-se: Marinas do Aquirá, Enseada de Serrambi, Ponta de Serrambi e Merepe, no município de Ipojuca.

FOTO 4: Praia de Porto de Galinhas

Fonte: Aércio José, fev.2003.

O nome Porto de Galinhas é oriundo de 1850, quando a praia de Porto Rico, foi batizada como Praia de Porto de Galinhas devido ao alto tráfico negreiro existente no local. “Tem galinha nova no porto” era esta a senha usada para avisar a chegada de mais um navio negreiro, que vinha com seus porões lotados de escravos, cobertos por engradados de galinhas-d’angola.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 5: Praia de Maracaipe, 1970

Fonte: WWW.portodegalinhas.com.br/arnaudo. fotos.htm

FOTO 6: Praia de Porto de Galinhas, 1970

Fonte:WWW.portodegalinhas.com.br/arnaudo. fotos.htm

3.4.1. Aspectos Físico-Naturais

O município de Ipojuca está situado na mesorregião da Mata pernambucana, mais precisamente na micro-região da Mata Úmida. Sua sede está a 10 m de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude Sul: 8.º 24'00"
Longitute W.Gr.: 35.º 03'45"

A superfície territorial do município é de 507 km^2 . Limitando-se ao Norte-Nordeste – o município do Cabo, ao Sul-Sudoeste – o município de Sirinhaém, ao Leste-Sudeste – o oceano Atlântico, ao Oeste-Noroeste – o município de Escada. A Sede municipal dista da capital do Estado 52 km através da PE 60 e BR 101. (FIPE, 1991)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O município repousa, em sua faixa litorânea, sobre unidade geomorfológica sedimentar costeira e, na área restante, sobre a unidade representada pelos níveis cristalinos que antecedem a Borborema e se apresentam recobertos por materiais residuais terciários pouco espessos, no topo das elevações. O relevo varia de plano a ondulado, em uma estreita faixa litorânea de sentido Nordeste/Sudeste, e de ondulado a fortemente ondulado no resto do território. (FIPE, 1991)

O litoral sul totaliza 2.097 km^2 o equivalente a 2,13% da superfície estadual (CPRH, 1999), seu relevo tem predominância de morros e colinas onde ocorrem planícies fluviais formadas por várzeas e terraços dos rios que cortam e área. O litoral ipojucano possui uma orla de 44 km de extensão com mais de onze praias e duas ilhas.

FOTO 7: Praia do Cupe- Ipojuca(PE)

Fonte: www.maragogi.com.br, 2005

O clima predominante nesta faixa litorânea é tropical úmido, com chuvas de inverno antecipadas no outono – CLIMA AS'/pseudo tropical da classificação de Koeppen. Com chuvas relativamente bem distribuídas ao longo do ano, são provocadas, sobretudo pelos ciclones da frente polar atlântica, que atingem o litoral nordestino com maior vigor no período outono-inverno, sendo os meses de

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

maio, junho e julho os mais chuvosos e outubro, novembro e dezembro os mais secos. Sua planície é constituída em sua maioria por sedimentos marinhos e fluvio-marinha, caracterizado por um conjunto de feições fisiográficas dentre as quais destacam-se: zona costeira, costa, linha praial, estuários, restingas e manguezais, observando que são os estuários e sua vegetações de mangues que constituem as sementeiras dos mares.

a) A zona costeira – ZC: É um espaço dinâmico no qual ambientes terrestres influenciam ambientes marinhos (ou lacustres) e vice-versa. Uma área de transição entre a terra e mar. (Figura 3).

Em Ipojuca, esta área vem se tornando palco de conflitos e críticas por parte da sociedade local representada por associações de bairro, de comerciantes, de pousadas e vários órgãos de defesa do meio ambiente como FIDEM, IBGE,CPRH, devido ao descontrole urbano nesta área e posterior privatização destes espaços.

No Brasil, a Constituição Federal de 1998, no capítulo VI do meio ambiente, artigo 225, parágrafo 4°, afirma que a zona costeira é um patrimônio nacional e sua utilização será feita dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente e dos recursos marinhos.

A zona costeira possui um grande valor econômico, ambiental e paisagístico, todos estes decorrentes do potencial de sua estrutura ecológica.

b) Costa: Faixa de terra de largura variável (metros a dezena de km), que se estende da linha costeira para o interior do continente até as primeiras mudanças significativas nas feições fisiográficas (vegetação, dunas, etc.). pode ser Costa Rasa (com praia) ou Costão (com falésias). No balneário de Porto de Galinhas esta área é detentora de uma forte beleza cênica e paisagística de

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ondulação leve. É também altamente explorada pelo comércio imobiliário e pelo comércio informal (ambulantes, barraqueiros, bugueiros).

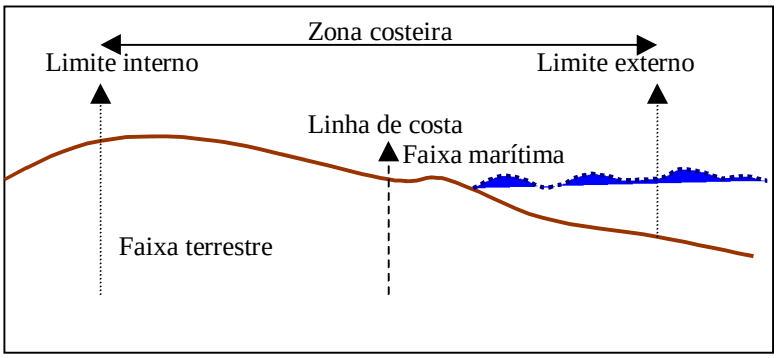
c) Linha de praia: Tecnicamente, é considerada como linha que forma o limite entre a costa e a praia. Geralmente é usado para indicar a linha que forma o limite entre a terra e a água em uma região costeira. Neste caso, é quase sinônimo da linha costeira. Se estende 33 m a partir da linha máxima da pré-amar média para o continente, esta área também é considerada patrimônio da União, público “NON AEDIFICANDI”, de uso comum do povo desde da promulgação da Lei de Terra de 1850 que remetia-se ao nível de maré média de 1831.

Entre outros, tem-se atualmente o município como o maior responsável pelo uso e controle destes espaços, embora esta faixa seja patrimônio da união e considerada terreno de marinha. Nesta área delimita-se o plano de ação desta pesquisa. É nela que a pressão imobiliária, do comércio (formal e informal: barraqueiros, jangadeiros e ambulantes e a hoteleira) usurpa o espaço destinado a livre circulação, recreação e descanso da sociedade, visto ser esta área a de maior valor econômico, paisagístico e destino final de todos os seus freqüentadores.

d) Praia: A área perimetral de um corpo aquoso (lago, mar, oceano, etc.) formada por material não consolidado (areia, cascalho, fragmentos de conchas, etc.) que se estende desde a linha de baixa-mar média (profundidade de interação ondas/fundo=y/20) até a linha de vegetação permanente (limite de ondas de tempestade) ou até mudanças fisiográficas (dunas, falésia, etc.). Quando o material presente não é consolidado, denomina-se terraço de abrasão.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Figura 3: Zona costeira



Fonte: Aércio José, janeiro 2001.(adaptado)

3.4.2. Seu patrimônio ambiental

O litoral nordestino é rico em praias recortadas por corais, de águas limpas e ambientes paradisíacos. Em Pernambuco, mais precisamente no litoral sul da capital pernambucana, na cidade de Recife, concentra-se um dos maiores parques aquáticos litorâneos detentor de uma notável e singular riqueza histórica e ambiental da região nordeste. As praias do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande, formam o carro chefe e o maior cartão postal do nosso turismo. Dentre outros fatores existe o fato de estar mais próximo da “porta” sul do Estado, acesso importante para toda a região sul do país através da BR 101, PE- 060. Seu corredor secundário é composto pela PE-96, PE-76, PE-73, PE-61, PE-64. Acesso Sul a Porto de Galinhas e Serrambi, PE-38, PE-09, PE-042, PE-28.

Sua hidrografia é constituída por rios litorâneos, nascem e deságuam na zona litorânea, em sua maioria perenes, de dimensão reduzida, que desempenham importante papel na manutenção dos ecossistemas e das comunidades do espaço referido.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A porção litorânea Sul estende-se desde o município do Cabo se Santo Agostinho ao Norte, até São José da Coroa Grande na divisa com o Estado das Alagoas. Sua economia gira basicamente em torno da indústria da cana-de-açúcar, da zona portuária do complexo de SUAPE e do turismo. Destacam-se as praias de Gaibú, Enseada dos Corais, Suape, Porto de Galinhas, Muro Alto, Maracaipe, Serrambi, Tamandaré e São José da Coroa Grande, as ilhas de: Tatuoca localizada ao Norte do município de Cabo de Santo Agostinho, junto à foz dos rios Massangana e Tatuoca – Praias de Paraíso ou Suape; Ilha do Francês, localizada ao Norte de Cabo de Santo Agostinho, marcada pelo estuário dos rios Tatuoca e Massangana, sua praia tem uma extensão de aproximadamente 2 km.

O município também possui um parque estadual que envolve os Engenhos de Pinderama, Tabatinga, Arandepe e Pirajá; No Cabo de Santo Agostinho, Utinga de Cima e de Baixo. Foi tombado como Parque estadual com o decreto 6.727 de 22.09.80. Possui uma área de 1.608 ha (EMPETUR-1998). É formada por resquícios de Mata Atlântica. Sua fauna predomina aves e répteis.

Ipojuca possui uma trilha de 2,5 km na Mata do Outeiro. O mirante do Outeiro é natural, tem uma altitude de aproximadamente 90 m, e também é largamente visitado em épocas de alta-estação.

Suas praias e ilhas ainda são o carro chefe da econômica local, voltada para o turismo, formam um balneário com praias famosas no Brasil e no exterior, como:

- A Praia de Maracaípe, localizada entre a Praia de Porto de Galinhas e o Pontal de Maracaípe ficou consagrada no mundo inteiro como referência na prática do surfe, integrando o calendário de campeonatos nacionais e internacionais, com uma extensão de pouco mais de 2,5 km, de praia de morfologia ondulada;

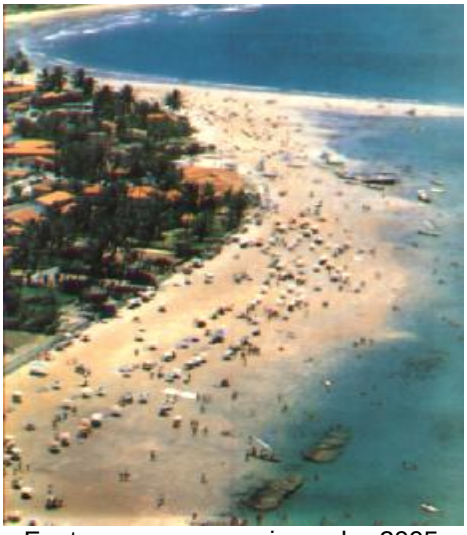
PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 8: Praia de Maracaipe – Ipojuca (PE)

Fonte: www.maragogi.com.br, 2005

- Praia de Porto de Galinhas, localizada entre as praias de Maracaípe e Cupe, possui aproximadamente 6,3 km de praia ondulada, marcada por trechos de mar aberto e outros protegidos por arrecifes que na maré baixa formam varias piscinas naturais o que a torna a “menina dos olhos de Pernambuco”, sendo assim consagrada como o maior pólo turístico do Estado;

FOTO 9 : Praia de Porto de Galinhas – Ipojuca (PE)



Fonte:www.maragogi.com.br, 2005.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- Praia de Muro Alto, entre as praias de Camboa e do Cupe, possui aproximadamente 2,5 km, sua paisagem é dominada por terraços que chegam até a praia, daí origina-se seu nome, devido a existência de dois extensos e retilíneos cordões de arrecifes que se estendem por mais de um quilometro, formando assim uma grande piscina natural;

- A praia do Pontal de Maracaípe tem uma extensão de 800m, se forma na foz do Rio Maracaípe, composta de mangue, coqueiros e o Pontal de Serrambi.

FOTO 10: Pontal de Maracaipe – Ipojuca (PE)

Fonte: www.portodegalinhas.com.br, 2005

- A Ilha do Francês se destaca por aportar as edificações do Blue Tree, um dos mais requintados e luxuosos do estado, localizada na foz do Rio Tatuoca, com uma extensão de aproximadamente 2 km;

- Ilha de Tatuoca, localizada na foz dos Rios Massangana e Tatuoca, possui um cordão de arrecifes com um pouco mais de 1 km de extensão, sua praia possui cerca de 400 m e rica em paisagem.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

3.4.3. Seu patrimônio histórico-cultural

É composto de várias Igrejas e Capelas como: Capela dos Santos Cosme e Damião, localizadas nas terras do Engenho Tapera; A Capela de Santa Luzia, localizada nas terras do Engenho Tabatinga; A Igreja de Nossa Senhora da Penha, localizada nas terras do Engenho Maranhão; A Igreja de São Miguel, localizada na parte alta da cidade, datada de 1919, possui estilo colonial; Igreja e Convento do Senhor Santo Cristo, localizada no bairro Centro, datam do século XVII. O Convento é de 1606, a Igreja Nossa Senhora do Outeiro, localizada na Praia de Serrambi, no Morro do Outeiro, em um mirante, datada provavelmente do inicio deste século, em estilo maneirista; Igreja de Nossa Senhora do Ó, localizada na Vila de Nossa Senhora do Ó, foi construída em 1906.

Ipojuca também possui os engenhos de Canoas, na vila de Nossa Senhora do Ó, fundado em 1786; e o Engenho Gaipió, localizado em terras da Usina Ipojuca, datado de 1863, caracterizando assim um importante monumento de traços neoclássicos.

A Casa de Farinha Engenho Maranhão, localiza-se nas terras do Engenho Maranhão as margens da PE – 42, no município de Ipojuca.

Duas usinas de açúcar movem a economia açucareira local, são elas: A Usina Ipojuca, localizada na PE - 42, na sede do município, fundada em 1952. A Usina Salgado, localizada na PE - 38, Ipojuca, no entroncamento da PE - 60 com a PE-38, foi construída em 1938.

O município possui várias praças, entre outras, destacam-se as Praças: Capitão Antônio Braz Pereira, localizada na Vila de Nossa Senhora do Ó, datada de 31/01/1977, e a Praça José Cláudio às margens da PE-60, cartão postal de entrada da cidade.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Seu calendário de festividades[48] é bastante diversificado e rico em manifestações culturais regionais, eventos esportivos e culturais, entre elas destaca-se: O Carnaval, as festas juninas, Festa de Nossa Senhora do Ó, Festa da emancipação política de Ipojuca, Festa de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro, Festa de Santo Antônio de Camela – Ipojuca, Festa de São Miguel, Festa de São Pedro, Festa de São Sebastião.

3.4.4. Sua importância na Região Metropolitana- litoral Sul

As atividades econômicas do município de Ipojuca são o cultivo da cana-de-açúcar, a pecuária, o comércio, a indústria de cerâmica e de bebidas, o Complexo Industrial Portuário Suape, o artesanato e sobretudo o turismo.

FOTO 11: Porto de SUAPE – Ipojuca(PE)

Fonte: www.portodegalinhas.com.br, 2005

Segundo o Censo Demográfico 2000, a população de Ipojuca é de 59.281 habitantes e uma densidade demográfica de 115,6 hab/km^2. Os serviços ligados à atividade turística localizam-se em sua maioria no balneário de Porto de Galinhas (praia de Muro Alto, Cupe, Porto de Galinhas e praia de Maracaipe), que juntas

[48] EMPETUR, 2000

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

formam o principal roteiro turístico do município e do Estado. A paisagem que compõe este roteiro é constituída em sua maioria pela zona urbana, cujo uso e ocupação do solo foi dirigida para atender a instalação de residências, estabelecimentos comerciais e equipamentos turísticos. Toda esta dinâmica urbana foi desenvolvida para atender às necessidades impostas pelo turismo, que intensificou o processo de ocupação nos últimos 20 anos.

Na sede de município de Ipojuca, centro, funcionam a maioria dos serviços de saúde, educação, abastecimento e o centro administrativo, o que revela uma carência de infra-estrutura urbana nas regiões circunvizinhas (Camela, N. Sra. do Ó, Rurópolis, Engenho Maranhão, Vila de Porto de Galinhas) .

FOTO 12: Centro comercial de Ipojuca

Fonte: FIDEM/CODERME, 2001.

Foi constatado que:

> **"Porto de Galinhas e as praias do seu entorno caracterizam bem o processo de crescimento urbano-regional, puxados pela indústria do turismo. Área consagrada como destino turístico internacional, e depara hoje com problemas graves no que se refere principalmente ao desordenamento dos seus espaços, carência de infra-estrutura básica e perspectiva de comprometer seus recursos**

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ambientais, pela falta de regulação e controle, associado a ausência de uma conscientização voltada para a proteção do meio ambiente".[49]

FOTO 13: Acesso principal a Praia de Porto de Galinhas (PE)

Fonte: Aércio José, fevereiro/2002

3.4.5. A dinâmica econômica de Porto de Galinhas

Porto de Galinhas possui uma boa infra-estrutura urbana de comércio e serviços no Município, considerando também os períodos de grande fluxo de visitantes nos fins de semana, feriados e férias anuais.

Na questão do abastecimento d'água, o balneário de Porto de Galinhas não possui água encanada, toda a captação é feita através de poços subterrâneos, que em sua maioria possuem um controle deficiente. Segundo o Censo 1991 o município de Ipojuca possui cerca de 41% de seu abastecimento d'água inadequado.

[49] Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Litoral de Ipojuca, 1997.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 14: Esgoto a céu aberto – centro do balneário de Porto de Galinhas

Fonte: Aércio José, fevereiro/2002.

O saneamento também é precário e requer uma atenção particular para tal questão. A Vila não possui rede de esgoto. Conforme o IBGE 1991, cerca de 98,1% da população possui um esgotamento sanitário inadequado, o que gera risco na contaminação dos mananciais de abastecimento d'água, córregos e praias.

O sistema de fornecimento de energia elétrica sofreu uma significativa melhora desde que foi inaugurada uma nova subestação, para suprir as deficiências e evitar os colapsos que eram freqüentes com o aumento sazonal da população, principalmente nas épocas de férias (janeiro, fevereiro), grandes feriados e finais de semana .

A malha rodoviária tem um forte volume em seu tráfego na maioria do ano devido ao acesso ao Complexo Industrial Portuário de Pernambuco – SUAPE, e principalmente nas épocas de feriados, fins de semana e férias anuais onde ocorre um incremento da população flutuante sobre a população fixa. A estrada

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

principal que liga Ipojuca à cidade satélite Recife é a BR-101 Sul , como também pela PE-60 que detém um grande fluxo de veículos pesados (caminhões, colheitadeiras, tratores) nas épocas de colheita da cana-de-açúcar, acarretando um maior perigo para os carros de passeio que trafegam nesta área, a PE-28, a PE- 38 que faz a ligação para N. Sra. do Ó, em Ipojuca e PE- 08, através do girador do Distrito de Nossa Senhora do Ó, pela PE-09 que constituem a principal via de escoamento do tráfego local para o balneário de Porto de Galinhas.

Estima-se que nos últimos anos o número de veículos que trafegam no local esteja se acentuando, principalmente, dos automóveis particulares que, na sua maioria, pertencem aos turistas de segunda residência (domicílios de uso ocasional).

Embora existam os loteamentos que formam a vila, em sua maioria eles não tiveram uma implantação e acompanhamento técnico adequados, este fato é notoriamente observado na região da praia com residências e equipamentos na faixa de praia, e na região interior da Vila, na área de mangues, o que agrava ainda mais o problema de infra-estrutura local.

O sistema de transporte público da Vila de Porto de Galinhas também apresenta deficiência, sendo servido por ônibus, com um número reduzido de transportes e viagens em regulares condições de uso (possui uma única transportadora no sentido Recife-Porto de Galinhas, Cruzeiro Ltda), fato este agravado nas épocas de alta estação.

Segundo a American Express – Uma das maiores administradoras de cartões de credito do mundo, o espaço litorâneo de Ipojuca é definido como destino oficial de turismo, título apenas reconhecido para as Ilhas do Caribe e Búzios.[50]

[50] Ibid

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Este título é reafirmado quando se analisa a rede de comércio e serviços da Vila que dispõe de uma boa infra-estrutura de equipamentos de serviços, lojas e grifes de renome nacional e internacional, restaurantes das mais diversas cozinhas internacionais e nacionais, boates, bares, lanchonetes, farmácias, cyber shop's e shoppings destinados ao abastecimento da população local e de regiões vizinhas, veranistas e turistas globais. A Vila de Porto de Galinhas também dispõe de delegacias, postos policiais, bancos, agência de correios, etc.

FOTO 15: Boate Village – Porto de Galinhas (PE)

Fonte: www.hotelvillage.com.br, janeiro/2005

FOTO 16: Surf Shop – Porto de Galinhas (PE)

Fonte: www.balisurfshop.com.br, janeiro/2005.

O balneário de Porto de Galinhas concentra em sua maioria os "serviços de interesse econômico" do município, basicamente os voltados para o setor de turismo (alojamento, gastronomia, entretenimentos, etc.), reproduzindo a lógica seletiva do mercado consumidor. Ao longo da PE-08, encontram-se inúmeros hotéis, pousadas, resort's , restaurantes, bares, boates, casas de material de construção etc.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 17: Restaurante Beijupirá – Porto de Galinhas (PE)

Fonte: www.protodegalinhas.com.br/restaurantes, janeiro 2005.

De acordo com o Inventário Turístico realizado pela EMPETUR em 1998, neste bairro estão localizados 12 hotéis, 3 chalés, 1 flat, 46 pousadas, 13 privês, 28 restaurantes, 2 casas noturnas, 9 bares, 4 lanchonetes. A concentração dos serviços turísticos neste bairro é impulsionada pela presença de atrativos como as praias de Muro Alto, Cupé, Porto de Galinhas e Maracaipe, esta última palco de grandes eventos nacionais e internacionais de surfe e body board, os manguezais e o mirante do outeiro.

FOTO 18: Pousada Pérola do Porto – Porto de Galinhas (PE)

Fonte: www.pousadaperoladoporto.com.br, janeiro 2005.

Segundo a Secretaria de Turismo do Município de Ipojuca, dezembro de 2003, Porto de Galinhas possui 81 pousadas, 46 privês e chalés, 14 hotéis, entre eles 2 resort's, 1 hotel cinco estrelas, 5 hotéis quatro estrelas, 2 hotéis três

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

estrelas e 3 hotéis não classificados, cerca de 62 bares e restaurantes, 18 lanchonetes, 4 cafés, 6 sorveterias, 98 lojas, 1 posto de combustível, 5 locadoras de veículos, 3 operadoras de mergulho, 4 agências e postos de serviço receptivo, 5 galerias de lojas, 12 atelier, 7 padarias, 5 supermercados, 4 operadoras de passeios turísticos e ecológicos, 3 peixarias, 3 frigoríficos, 5 farmácias, 3 armazéns de construção, 2 borracharias, 6 salões de beleza, 4 imobiliárias, 1 agência dos correios, 5 casas de shows, 5 escolas, 1 posto de saúde, 1 delegacia de polícia, 1 núcleo de segurança comunitária, 1 shopping. Todo este cenário vem reforçar a fase de ascensão do mercado empreendedor em Porto de Galinhas, hoje visto como ponto de referência turística para todo o Estado.

Durante a alta temporada, há também um aumento considerado do comércio informal ao longo das praias e da vila, muitos plantadores da cana-de-açúcar na região buscam completar seu sustento tentando vender seus produtos e serviços (caseiro, lavadeira, jardineiro, cozinheira) para os visitantes e veranista.

FOTO 19: Summerville Resort – Praia de Muro Alto (Ipojuca -PE)

Fonte: www.summervilleresort.com.br, janeiro/2005.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 20: Hotel Villlage Porto de Galinhas (PE)

Fonte: www.hotelvillage.com.br

O Balneário de Porto de Galinhas possui uma população fixa de 6.000 habitantes, e uma população flutuante na ordem de 9.000 pessoas. Com um fluxo de turistas no período de alta estação (novembro a março e mês de julho) de aproximadamente 65.000 pessoas. No período de baixa estação (abril a outubro – exceto o mês de julho) de aproximadamente 10.000 pessoas. Com 89% dos turistas brasileiros (São Paulo, Belo Horizonte, Vitória do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiânia, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Salvador, Natal, Recife, Maceió, São Luís do Maranhão, João Pessoa, Aracaju, Belém do Pará) e 11% de estrangeiros (Argentina, França, Estados Unidos, Suíça, Itália, Espanha, Portugal, México, Chile, Suécia, Alemanha). (P.M.I. Secretária de Turismo, 2003.)

3.5. As ameaças a sustentabilidade

3.5.1.Os impactos sobre a faixa de praia

Sendo assim, ao longo dos últimos anos, o Balneário de Porto de Galinhas tem-se configurado no contexto metropolitano como uma “zona periférica de lazer e turismo” que atrai os fluxos polarizados da área central (Recife) e das suas

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

adjacências. Sua singular insular bem como a proximidade do núcleo metropolitano tornaram-na um destino privilegiado para os mais diferentes tipos e classes sociais que se vinculam, principalmente, ao turismo de segunda residência, assim como o turismo adventício, ao pendular comercial e ao turismo de massa, dos excursionistas de finais de semana, pejorativamente conhecidos como “farofeiros” (Rodrigues, 1997,p.119)

Em maio de 2001, a UNIECO – Universidade Livre do Meio Ambiente do Nordeste, pioneira no desenvolvimento das Agendas 21 locais do Estado de Pernambuco, buscou contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento sustentável dos municípios litorâneos. Para tanto, afirmou em seu “Projeto para a implantação da agenda 21 locais no município de Ipojuca, PE”, que: “O município de Ipojuca, situado no litoral Sul de Pernambuco, atualmente é o principal destino turístico do Estado” e alertou também que “A área prioritária para a desejada extensão do projeto - litoral do Estado - está hoje submetida a um intenso processo de degradação por conta da ocupação desordenada e do uso abusivo”.

O Jornal Porto de Galinhas – maio de 2001, denuncia os poucos investimentos realizados no turismo local, bem como a depredação do ambiente natural e o desrespeito com a natureza.

Dentre outras denúncias, pode-se citar o Ofício MPF/PRPE/MC n.º252/2001, ref. PA n.º 1.26.000.000304/2001-02, do Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Pernambuco, que consta no IBAMA, doc. 02019.000745/01-96 em 22/05/01, o que se refere a: Procedimento administrativo em epígrafe, instaurado nesta procuradoria da República para apurar eventuais ocupações irregulares da faixa de praia no litoral do Município de Ipojuca. Em vistoria foram constatadas as seguintes irregularidades, quanto ao processo de ocupação e uso do solo na zona costeira:

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- Ocupação da praia úmida, área “non aedificandi”, através da construção fixa de várias, residências, bares e barracas, localizados na faixa de 33 m da linha de preamar máxima atual, da maré de sizigia, ao longo do litoral...

FOTO 21: Pousada Beira Mar – Porto de Galinhas (PE)
(avanço na faixa de praia)

Fonte: www.portodegalinhas.com.br, janeiro/2005.

- Aterros e construções irregulares em área de mangue e área alagável...
- Circulação de veículos automotores na faixa de praia úmida...
- Extração de areia, sem licenciamento ambiental

FOTO 22: Tráfego de veículos no Pontal de Maracaípe – Ipojuca (PE)

Fonte: www.portodegalinhas.com.br, janeiro/2005.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Na CPRH – Agencia Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em recente pesquisa, pode-se relatar vários autos de infração sobre o avanço imobiliário na faixa de praia em Porto de Galinhas:

- Quadra J – lote 6. ~17,00 m de avanço na praia
- Quadra J – lote 5 e 7 ~17,00 m de avanço na praia
- Hotel Solar, próximo a Quadra J, avanço com mais de 17,00 m na praia
- Loteamento Merepe I, quadra C1, lote 3 e 4, avanço de 13,00 m sobre Av. Beira mar projetada no loteamento aprovado

Em 2001, foi formada uma comissão técnica a pedido da Promotoria Pública de Ipojuca com a finalidade de detectar os problemas da orla do município e traçar metas para minimizar e regular os impactos nesta área de grande interesse econômico. Onde, entre outros trabalhos, foi formulado um “DOSSIÊ “ que retratou a incidência de ocorrência contra o meio ambiente no município, em especial sua área costeira. (conforme anexo)

Faz-se oportuno, neste momento, salientar que a descoberta do problema incide, principalmente, no avanço das atividades turísticas no litoral de formação extremamente sensível, bem público de livre acesso e patrimônio da união, área “non aedificandi”.

Entre outras leis e decretos, pode-se destacar:

- Lei n.º 7.661/88-PNGC – que afirma ser a praia “bem de uso comum do povo”;
- Medida provisória n.º 1.567/97 – Garantia de livre acesso às praias.

De acordo com o Decreto Estadual n.º 21.972/99 a faixa de praia como referência de zona de turismo , veraneio e lazer está definido que: “são proibidas as edificações definitivas ou qualquer forma de ocupação do solo que impeça ou

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

dificulte o acesso público às praias e ao mar, construções fixas e equipamentos permanentes na faixa de praia, medida a partir da linha de preamar máxima (33m em direção ao continente) e circulação de veículos automotores na faixa de praia, aterro de maceiós e manguezais" entre outras. (GERCO- CPRH-ZEEC)

FOTO 23: Construção irregular (avanço na faixa de praia 16,2m) Praia de Porto de Galinhas (PE)

Fonte: CPRH, 2001.

Logo, uma gestão sustentável dos seus recursos naturais e construídos, um ordenamento eficiente das atividades do comércio e da exploração imobiliária, são necessários para perpetuar a sobrevivência dos ativos ambientais costeiros e manter o nível ótimo de eficiência das atividades turísticas nesta região para gerações futuras sem degradar a qualidade ambiental. Caso contrário, esta atividade estará findada a sucumbir.

Isto significa objetivamente, influenciar ou interferir nas diversas formas de interação entre as relações sociais e o ambiente praial, de maneira tal que se busque um desenvolvimento moldado na capacidade de suporte do meio natural e na aspiração por uma melhor qualidade de vida da população local, veranistas e dos turistas.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A exploração imobiliária vem fortemente usurpando espaços públicos (áreas non aedificante) de uso comum do povo, expulsando a população nativa, estratificando espacialmente o uso do solo, alterando, degradando a qualidade paisagística do litoral, fazendo com que a praia se torne palco para a segregação e discriminação social em Porto de Galinhas.

Devido a seu diversificado litoral, rico em beleza cênica, de águas limpas e balneaves, atualmente o município de Ipojuca possui um dos maiores complexos hoteleiros do Estado. Esta gama de serviços traz consigo um legado popular de conselhos, sindicatos e associações voltados para a manutenção do ambiente local e organização das atividades sociais e comerciais, são assim representados:

- A.H.P.G. - Associação de Hotéis de Porto de Galinhas;
- A.P.C.B.I. - Associação de Proprietários e Condutores de Buggys de Ipojuca;
- APORTO - Associação de Pousadas e Privês de Porto de Galinhas;
- Associação dos artesãos;
- Associação dos Comerciantes de Porto de Galinhas;
- Associação dos Jangadeiros;
- Associação dos Moradores de Serrambi;
- Associação dos Moradores e Pescadores da Área de Mangue;
- Associação dos Moradores Salinas, Socó e Pantanal;
- Associação dos Moradores Z-12;
- Associação dos Pescadores;
- Associação Enseada de Serrambi;
- Associação pela Cidadania do Município de Ipojuca;
- Associação Praia Ponta de Serrambi;
- Fundação Massangana - Associação das Empresas de Consultoria e Planejamento de PE.;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Associação dos Moradores de Nossa Senhora do Ó.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Atualmente a participação popular tem sido uma ferramenta eficaz na busca do interesse comum e preservação ambiental e econômica local.

A ASSEMPE- Fundação Massangana, no transcorrer dos trabalhos da comissão técnica para a gerenciamento costeiro do município, apresentou algumas questões que necessitavam de uma abordagem e posicionamento, para o fortalecimento e adoção de uma política urbana voltada ao turismo e preservação de meio ambiente. (conforme anexo)

O IBAMA, em conjunto com a Prefeitura do Ipojuca – Secretaria de Infra-estrutura e GPU fizeram vistoria em 05/06/2001, visando subsidiar parecer sobre denúncia do Ministério Público Federal relacionado com: ocupação irregular de praia, aterro de mangues, circulação de veículos automotores na praia e extração de áreia sem licença ambiental, resultando no Relatório técnico N.º /2001-DITEC/IBAMA/PE que foi encaminhado ao Ministério Público (conforme anexo).

A Associação dos Oiteiros de Maracaípe e a Igreja Católica do município denunciou a pousada Chalé de Maracaípe, localizada na Praia de Maracaípe, em utilizar cavalos para passeios com seus hóspedes nos manguezais da área (conforme anexo).

3.5.2.Tentativas de planejamento e regulamentação

O Brasil é hoje, um interlocutor influente e decisivo em todos os foros e questões globais, em que se discutem mudanças climáticas, proteção da camada de ozônio, proteção e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos florestais, segurança química e resíduos perigosos.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A importância dada ao meio ambiente e ao litoral brasileiro vem sendo refletida em ações concretas a nível nacional. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecia como RIO-92, composta por mais de 170 países, onde foram assinados vários tratados remetidos a questão ambiental dentre os quais o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis de responsabilidade global. Pode-se destacar a chamada "Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento" e a "Agenda 21". O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal , 1995, formulou os "Planos de Gestão e programas de Monitoramento Costeiro: Diretrizes de Elaborações", buscando fundamentos teórico-metodológicos que orientam uma estrutura operacional que envolve ações/projetos articuladas entre a esfera federal, estadual e municipal. Operacionalizando instrumentos básicos de ação de zoneamento, gestão, monitoramento e um sistema de informações capazes de consolidar uma base técnica adequada para a preparação de propostas de Gerenciamento Costeiros - PNGC.

O Diagnóstico Sócio-ambiental & Zoneamento Ecológico-econômico costeiro também é outro projeto foi criado com o objetivo de avaliar e orientar o processo de ocupação e uso do solo na zona costeira de Pernambuco, foi implantado, em 1990, na CPRH – Companhia Pernambucana do Meio Ambiente.

A criação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, em 1966, atuante durante e após a crise econômica do início dos anos oitenta, e a criação do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico, no inicio da década de 1990, financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, levaram a atividade turística a tomar fôlego no Brasil, consequentemente o Nordeste, conquistando seu espaço como agente produtor de capitais e dinamizador de espaços, se revelando como uma nova saída para a crise econômica brasileira na época. E assim em 1992 a EMBRATUR cria o PNT (Política Nacional de Turismo) com a finalidade de ordenar as ações públicas e seus recursos perante os

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Estados. Em 1999, EMBRATUR também desenvolveu o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) que buscava despertar a consciência da população beneficiária das ações realizadas no próprio município, incentivando a população local participar nos projetos de planejamento e gestão municipal em pleno consenso. O PNMT tem como objetivo geral fomentar o desenvolvimento turístico nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

O Governo do Estado de Pernambuco, através da FIDEM, AD-DIPER, EMPETUR e CPRH em 1997, elaborou o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Litoral de Ipojuca e Ordenamento e requalificação urbana de Porto de Galinhas, programa este que tem como prioridade a necessidade de se estabelecer um processo de planejamento integrado para o desenvolvimento do turismo no seu litoral. “O presente Governo de Estado de Pernambuco, vem, desta forma, cumprir suas responsabilidades constitucionais como agente do planejamento e da regulação urbanistica e ambiental...”

Foi aprovado em 14 de novembro de 2001 o Plano de Regulamentação da Orla, através da Lei N.º 1.286/2001 cuja finalidade é definir normas para o uso e ocupação do solo na faixa litorânea. Buscando dotar o Poder Executivo Municipal de uma legislação urbanística ágil, moderna e eficiente que impulsione um crescimento ordenado e integrado ao meio ambiente natural da faixa litorânea do Município.

Em 1998, o Ministério do Meio Ambiente lançava o “Roteiro de Análise Econômica Para o Programa de Gerenciamento Costeiro”, que constituiria uma poderosa ferramenta para o planejamento e gestão ambiental moderna.

As crescentes e fortes agressões aos ambientes costeiros e marinhos, levou o Governo Brasileiro a buscar iniciativas capazes de promover o uso

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

sustentável dos seus recursos através do planejamento integrado visando o ordenamento de ocupação dos espaços litorâneos. Para tal objetivo, o Governo concebeu e implantou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, implementando um processo marcado pela experimentação e pelo aprimoramento constante.

O PNGC foi constituído pela Lei 7.661, de 16/05/88, cujos detalhamentos e operacionalização foram objeto da resolução n.º 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90, aprovada após audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

A nível Estadual e municipal, neste últimos anos foram promovidos vários planos, iniciativas de conscientização e mobilização social a respeito da necessidade de preservação e manutenção da natureza, de um modo bem particular das áreas litorâneas, palco de uma enorme massa consumidora de descanso e lazer nos fins de semana, feriados e férias. Campanhas como da Praia Limpa - CPRH, 2001, Ver de novo o verão, livros em quadrinhos, sobre a descoberta da importância do Meio Ambiente, CPRH 1999, fazendo educação ambiental, 1999 CPRH.

A Constituição Federal criou os instrumentos legais para a proteção do meio ambiente, constantes no Capítulo VI, Artigo 225 onde: Lei n.º 9.605/98 – Lei dos Crimes ambientais; Leis n.º 9.985/2000 – Institui o Sistema Nacional de Unidade de /conservação da Natureza (SNUC); Lei n.º 4.771/65 – Código Florestal; Lei n.º 5.197/67 – Lei de Proteção à Fauna; Lei n.º 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente; Lei n.º 9.4333/97 – Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei n.º 7.347/85 – Disciplina a ação pública de responsabilidade por causa e danos ao meio ambiente; Lei n.º 7.802/89 – Lei que regula o uso de agrotóxicos.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

É sabido que o litoral é um bem público, de livre acesso, patrimônio da união, área “NON AEDIFICANDI”, onde pode-se citar algumas leis e decretos que regularizam a exploração e uso desta área:

Lei federal n.º 7.661/88 – PNGC – No qual afirma ser a praia “bem uso comum do povo”;

Medida provisória n.º 1.567/97 – Garantia de livre acesso as praias;

Decreto estadual n.º 21.972/99 – que proíbe edificações definitivas ou qualquer forma de ocupação do solo que impeça ou dificulte o acesso público às praias e ao mar, construções fixas e equipamentos permanentes na faixa de praia, medida a partir da linha de preamar máxima de 33m em direção ao continente e circulação de veículos automotores na faixa de praia, aterro de maceiós e manguezais, entre outros. (GERCO,CPRH-ZEEC)

De acordo com o Relatório Técnico n.º 082/2001-DITEC/IBAMA/PE, referente à denúncia de irregularidades na orla marítima de Ipojuca, requisitado pelo Ministério Público Federal. Foi realizada vistoria em conjunto com técnicos da Gerência Regional do Patrimônio da União e da Secretaria de infra-estrutura da Prefeitura de Ipojuca, com base no Relatório Técnico do GERCO n.º 02/2001, ficou constatado diversas irregularidades na faixa de praia. (conforme anexo)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 24: Rio Maracaípe – Ipojuca(PE)

Fonte: www.portodegalinhas.com.br, janeiro/2005.

Segundo o IBAMA “esta é uma questão séria, onde existe um impacto ambiental e um grave problema social, as pessoas que nestas áreas estão inseridas, vivem em condições totalmente insalubres, não possuem endereço oficial e muitos não possuem sequer identificação pessoal.”

Diante do exposto, foi sugerido pela equipe, um trabalho de cadastramento destas comunidades e a relocação de famílias instaladas nos pontos mais críticos. Isto seria através de um projeto da Prefeitura de Ipojuca, com o objetivo a longo prazo, propiciar uma melhor qualidade de vida ao meio ambiente e ao ser humano nele inserido.

As crescentes preocupações com a necessidade de se buscar a preservação e manutenção dos espaços litorâneos de Pernambuco devido a ascensão de atividades usurpadoras de espaços costeiros, fez nascer em 29 de

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

dezembro de 1999 o Decreto Estadual n.º 21.972 - Diagnóstico sócio-ambiental & ZEEC – Zoneamento ecológico-econômico costeiro .

Para o litoral Sul de Pernambuco ficou definido que este projeto tem como um dos objetivos específicos elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro de sua região, e com base neste, estabelecer as normas de uso e ocupação do solo e manejo dos recursos naturais na zona costeira, visando promover o desenvolvimento sustentável da área e a melhoria da qualidade de vida das populações locais. (ZEEC, 1999)

Este mesmo relatório constata que o processo de urbanização das áreas litorâneas vem se intensificando devido ao aumento da especulação imobiliária nestas áreas e trazendo consigo algumas tendências e problemas, como:

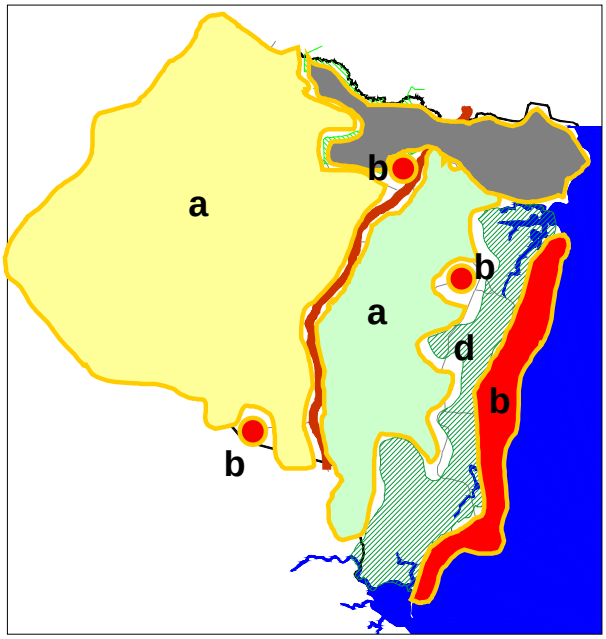
a) Abandono/ substituição da cultura de coco largamente utilizada como fonte de renda familiar assalariada e componente paisagístico natural;

b) Criação de loteamento da área ocupada com coqueiro (no litoral) para residências de veraneio e infra-estrutura de apoio ao turismo e ao lazer. (ZEEC-1999)

O Diagnóstico Sócio-ambiental do Setor Sul do litoral pernambucano, busca legitimar a discussão sobre a necessidade de intervenção e zoneamento da área para sua posterior sobrevivência e regulamentação:

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

MAPA 3 : Zoneamento – Ipojuca (PE)



a – Atividade Rural;

b – Concentrações Urbanas;

c– Complexo Portuário Industrial de Suape;

d - Proteção Ambiental Estuarina

Fonte: FIDEM/CODERME, 2001.

- Zonas e subzonas:

A – Zona Marítima. Que abrange a faixa de 12 milhas náuticas;
A1 – Subzona dos Recifes de arenito, algas e corais;
A2 - Subzona da plataforma marinha interna(até profundidade média de 20m);
A3 – Subzona da plataforma marinha média (da profundidade de 20 m até o limite das 12 milhas).

B – Zona de turismo, veraneio e lazer. Estende-se da desembocadura dos rios Pirapama - Jaboatão até a foz do Massangana e da foz do rio Ipojuca até a do Persinunga (divisa PE/AL), com uma breve interrupção (da foz da Ilheta - Mamucabas até o riacho Meireles). Abrange os núcleos urbanos litorâneos consolidados e os loteamentos de veraneio.

C – Zona Urbano-Industrial/Portuária;

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

C1 – Subzona urbano-industrial do Cabo de Santo Agostinho (abrange a cidade e o distrito industrial do Cabo e os núcleos urbanos de Ponte dos Carvalhos e Pontezinha);
C2 – Subzona industrial Portuária de Suape;
C3 – Subzona de proteção ecológica de Suape.

D –Zona rural diversificada. Abrange as áreas de policultura, cana-policultura, granjas, fazendas e chácaras de recreio e os núcleos urbanos localizados nessas áreas;
D1 – Subzona de policultura;
D2 – Subzona agrícola diversificada da APA de Guadalupe;
D3- Subzona do núcleo urbano de Rio Formoso;
D4- Subzona do núcleo urbano de Barreiros.

E- Zona agroindustrial. Compreende as áreas canavieiras pertencentes às usinas Bom Jesus, Ipojuca, Salgado, Cucaú e Trapiche ou a médios e grandes fornecedores dessas usinas;
E1- Subzona para incentivo à diversificação de usos;
E2- Subzona do Núcleo urbano de Ipojuca;
E3- Subzona do Núcleo urbano de Sirinhaém.

F- Zona de proteção ambiental estuarina e ecossistemas integrados;
F1- Subzona do Complexo Ambiental litorâneo do Cabo de Santo Agostinho. Abrange as matas de Zumbi, Duas lagoas, Camaçari e o estuário dos rios Pirapama – Jaboatão;
F2 – Subzona estuarinas dos rios Formoso, Sirinhaém - Maracaípe e Ipojuca – Merepe;
F3 – Subzona do complexo ambiental Ilhetas – Mamucabas;
F4 – Subzona do Complexo ambiental dos rios Una e Meireles.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

G – Zona de preservação/conservação da vida silvestre;
G1 – Subzona de preservação da vida silvestre da APA de Guadalupe (REBIO de Saltinho);
G2 – Subzona de conservação da vida silvestre da APA de Sirinhaém. Abrange a Ilha Grande e o manguezal da margem direita do rio Sirinhaém.

A comissão técnica instalada em abril de 2001, entre outras atribuições foi incumbida de produzir um relatório que pudesse compatibilizar as propostas da Planta Diretora (litoral) elaborada pela FIDEM e Prefeitura e as propostas do Plano de Regulamentação, desenvolvido pela Prefeitura e Consultoria contratada.

A Planta Diretora abrange o Município na sua totalidade enquanto o Plano de Regulamentação trata exclusivamente do litoral, promovendo maior detalhamento para o processo de ocupação da área.

"Entendemos que esses dois instrumentos Planta Diretora e Plano de regulamentação já elaborados, são segmentos que deverão compor o Plano Diretor cuja exigência foi reforçada pela Lei 10257/01 – Estatuto da Cidade, no que se refere a localização de atividades no território municipal, expansão da área urbana e a proteção do ambiente natural." FIDEM, 2001. (conforme anexo)

Foram então propostos índices urbanísticos por zonas do litoral listadas e seus objetivos em anexo.

A Prefeitura Municipal de Ipojuca, promove várias iniciativas populares, realizando ações públicas com uma gestão transparente voltada para a participação da comunidade local em parceria com a iniciativa privada e os órgão reguladores (CPRH, IBAMA, FIDEM, CIPOMA, SPU, etc.)[51].

[51] CPRH – Agencia Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; FIDEM - Fundação de Desenvolvimento Municipal (extinta pela Lei complementar 049/2003), atualmente: CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Em abril de 2001, realizou-se uma Audiência Pública, em Ipojuca, convocada pela Promotoria de Justiça da Comarca de Ipojuca, através da Portaria n.º PJCI-001/2001 de 26/03/2001, com a participação da FIDEM, CPRH, IBAMA, SPU, Prefeitura e Câmara Municipal de Ipojuca, Associações existentes no município e demais interessados, com o objetivo de encontrar soluções e apresentar propostas de legislação ao poder público local, a fim de se evitar o desordenamento urbano e o impedimento de qualquer pessoa ao livre acesso às praias ou qualquer outro logradouro público de uso comum do povo. (conforme anexo)

A UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) – Departamento de Engenharia de Pesca, apresentou um programa de Capacitação para a orla de Ipojuca, com os cursos de Guardiões dos ecossistemas costeiros; Manipuladores de alimentos; Culinária Marítima; Educação Ecológica Costeira; Educação para o consumo e administração da renda familiar. (Ibid.)

Também foi sugerida a inclusão de Capacitação e Educação Ambiental no Plano Plurianual – PPA/2002-2005 e Lei Orçamentária anual do município do Ipojuca. (Ibid.)

Em Ipojuca existe uma RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural, de Oiteiros, detentora de uma grande diversidade ambiental mas que atualmente não está aberta ao público, logo, está sendo implantado um plano de manejo com o apoio da Prefeitura de Ipojuca para depois então se abrir para a visitação, que é um requisito exigido pelo IBAMA para as RPPN.

Iniciativas como esta promovem o intercâmbio entres as diversas camadas da esfera social e buscam a manutenção dos espaços utilizados e das atividades

Planejamento e pesquisa do Estado de Pernambuco; CIPOMA – Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente; SPU – Secretaria do Patrimônio da União.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

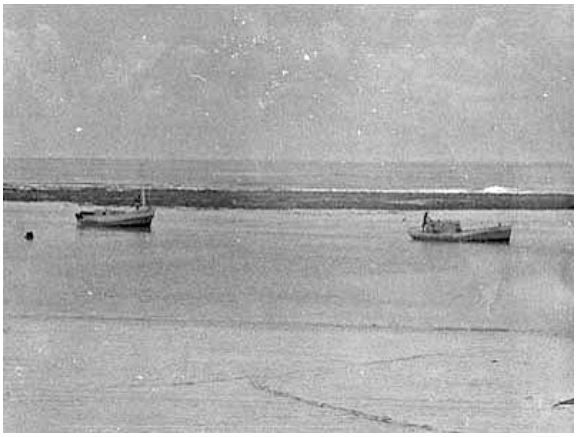
econômicas desenvolvidas, resultando assim em uma maior participação democrática e popular.

3.6. Gestão no cotidiano

3.6.1. A degradação dos recifes de corais na Praia de Porto de Galinhas

No Nordeste do Brasil, cerca de 18 (dezoito) milhões de pessoas vivem na região costeira. Os ecossistemas costeiros do Nordeste, incluindo os recifes de corais ao longo da Costa de Pernambuco e Alagoas, estão entre os mais utilizados no país. Em sua maioria a economia dos municípios costeiros se baseia na exploração destes recursos de forma direta, seja através da pesca e extrativismo, seja através da renda obtida sazonalmente durante a época turística. A maioria dos municípios surgiu a partir de vilas de pescadores, que se desenvolveram também devido ao aporte do turismo nestas últimas décadas. Atualmente, a população dos municípios costeiros aumenta até cinco vezes durante o verão, com a chegada dos veranistas procedentes das capitais, cidades do interior ou de outros estados.

FOTO 25: Praia de Porto de Galinhas - 1970



Fonte: WWW.portodegalinhas.com.br/arnaudo. fotos.htm./ 2003

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Levantamentos realizados no município do Ipojuca - Vila de Porto de Galinhas mais especificamente, mostraram que esse grande aumento da população durante os meses de verão aparece como um dos principais fatores de degradação pontuais dos recifes e ecossistemas adjacentes. Em Porto de Galinhas, por exemplo, durante os meses de verão se observa um aumento de até três vezes o número de residentes, eleva-se também o número de pequenas embarcações motorizada e jangadas trafegando sob e ao redor dos recifes próximos da costa.

Em sua maioria as jangadas são de propriedade de moradores locais que sobrevivem dos passeios aos recifes de coral.

FOTO 26: Passeio de jangada sobre os recifes de coral – Porto de Galinhas (PE)

Fonte: www.portodegalinhas.com.br, janeiro/2005.

O tráfego marinho na área costeira, a ancoragem dos barcos motorizados, a pesca, caça submarina e a falta de consciência sobre a importância desses ecossistemas são os principais fatores de degradação do ambiente e da poluição do meio marinho referenciado, que seria “a introdução pelo homem, direta ou

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

indiretamente, de substâncias ou de energia no meio marinho, incluindo os estuários, sempre que a mesma provoque ou possa vir a provocar efeitos nocivos, tais como danos aos recursos vivos e a vida marinha, riscos à saúde do homem, entrave às atividades marítimas, incluindo a pesca e as utilizações legítimas do mar, alteração e deterioração dos locais de recreio"[52]

FOTO 27: Visitação aos corais – Porto de Galinhas(PE)

Fonte: Aércio José, janeiro/2005.

Por sua vez, ao contrário do que possa aparentar, os recifes de corais não são pedras. Eles são sim formados por seres vivos, entre corais, algas calcárias e moluscos, que depositam em camadas no fundo do mar seus esqueletos de carbonato de cálcio. Esses ecossistemas abrigam cerca de um milhão de espécies de animais e plantas, a exemplo de peixes, lagostas e moluscos, atribuindo o Prof. Maida ao turismo desordenado uma das principais ameaças aos mesmos.[53]

A área de atuação em pesquisa, já citada, situa-se neste contexto. A continuidade de atividades tradicionais como a pesca, e o desenvolvimento sustentável do turismo depende da conservação dos ecossistemas costeiros

[52] BARRETO, 2000.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

através de medidas racionais de uso. Nessa realidade, o ordenamento do uso e a criação de áreas marinhas protegidas são uma estratégia eficiente na preservação da beleza paisagística, da biodiversidade, e manejo dos recursos pesqueiros.

Uma das principais ferramentas para o manejo de áreas marinhas que apresentam situações de uso é a elaboração de planos de regulamentação e zoneamento elaborados com embasamento técnico e científico, e através de consultas e da ampla participação das comunidades locais.

No Brasil, são poucas as experiências de regulamentação e zoneamento das poucas áreas marinhas protegidas de uso múltiplo (APA's), a reação e aceitação de tais medidas por parte dos usuários é desconhecida.

Se faz necessário que um sistema de manejo de uma área marinha brasileira que contemple mecanismos de regulamentação e zoneamento sejam realizados de forma progressiva, para que os métodos de trabalho possam ser adaptados à realidade local, e para que a aceitação desses métodos junto às comunidades seja avaliada e considerada antes da elaboração de um plano definitivo.

3.6.2. Projeto de Requalificação Urbana de Porto de Galinhas

> **"O Projeto de crescimento desordenado de Porto de Galinhas caracterizou-se pelo aumento acelerado das atividades turísticas, agravadas pelas limitações ambientais e de infra-estrutura da área. Para reverter esse processo faz-se necessário definir medidas que assegurem a viabilidade do**

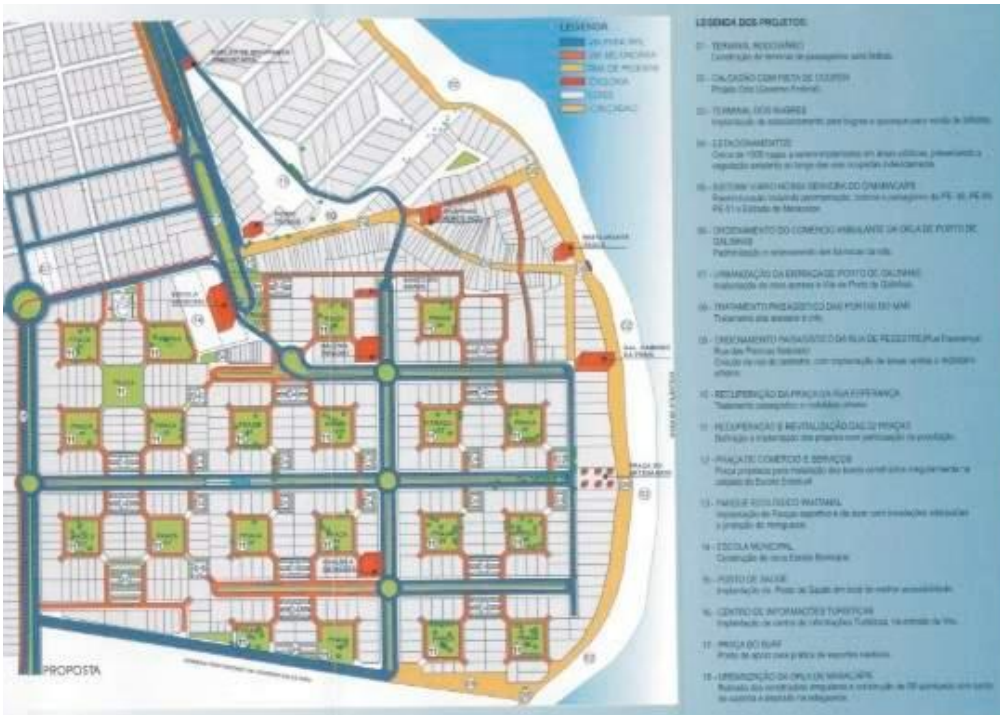
[53] Ibid.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

> **desenvolvimento sustentável, procurando potencializar os recursos ambientais e sócio-culturais, preservando o meio ambiente de Porto de Galinhas e, consequentemente, de áreas circunvizinhas.”** [54]

As obras do projeto Porto Melhor, realizado pela SEDUPE – Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco em parceria com a Prefeitura Municipal de Ipojuca – PMI, tem como objetivos a melhoria da infra-estrutura da Vila de Porto de Galinhas, a integração das potencialidades da área, a geração de desenvolvimento econômico e social, principalmente na promoção do turismo, a conservação do patrimônio, integração, estruturação urbana, e valorização paisagística.

FIGURA 4: Projeto Porto Melhor/2004



Fonte: Folheto informativo, SEDUPE – 2004.

[54] SEDUPE, Folheto informativo, julho 2004.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Em setembro, foi iniciada a primeira fase do projeto com ações de revitalização da Praça das Piscinas Naturais e da Rua Esperança, principal acesso ao balneário e que está sendo convertida numa via exclusiva de pedestres. A localidade também está sendo contemplada com serviços de drenagem, esgotamento sanitário, modernização da rede elétrica e novos projetos paisagístico e de iluminação.

FOTO 28: Obras de revitalização do centro comercial de Porto de Galinhas(PE)

Fonte: www.sedupe.pe.gov.br, janeiro/2005.

De acordo com a coordenadora do Porto Melhor, Sra. Luziana Carvalho, o projeto está orçado em R$ 30 milhões e inclui ainda, a revitalização de 22 praças, implantação de um novo posto de saúde e de um centro de informações turísticas, além da criação de um parque ecológico na área dos manguezais.

> **"Estamos trabalhando para melhorar a infra-estrutura de Porto e assim garantir mais conforto aos seus moradores e visitantes".[55]**

[55] SEDUPE – Via Urbana, n.º 17, Nov/Dez. 2004

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FOTO 29: Praça central de Porto de Galinhas recuperada (PE).

Fonte: www.sedupe.pe.gov.br, janeiro/2005.

Durante todo o ano, também foram realizadas ações de fiscalização da intensidade do som ambiente nas casas e estabelecimentos de Porto de Galinhas, com a ajuda da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).[56]

> **"Os comerciantes e moradores foram orientados sobre os limites sonoros permitidos".[57]**

- Trânsito e Transporte

Entre as ações do Porto Melhor estão previstas a reestruturação da malha viária do balneário com a construção de um binário na PE-09 e a criação de uma ciclovia de 12 km de extensão, ligando Nossa Senhora do Ó a Maracaípe.

A SEDUPE tinha afirmado que no segundo semestre, por meio da EMTU, passaria a disponibilizar novos microônibus, equipados com ar-condicionado, para facilitar o acesso dos turistas a Porto de Galinhas. Já para resolver o problema de estacionamento da localidade, seriam criadas novas vagas para veículos, no

[56] Ibid.
[57] Ibid.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

centro urbano do balneário. Mas, infelizmente até o presente momento nenhuma desta ações foram realizadas.

- Urbanização da Orla de Maracaípe e proteção ambiental

A praia de Maracaípe também estará sendo contemplada pela SEDUPE, que proibiu a entrada de veículos no Pontal de Maracaípe, devido a importância da área de manguezal. Neste ano, a fiscalização no local seria reforçada, para impedir o tráfego desordenado de veículos e garantir a preservação ambiental. O mesmo não vem ocorrendo, a circulação de veículos automotores e a permanência de barracas ainda são presentes.

Juntamente ao programa Porto Melhor, serão desenvolvidos outros projetos no balneário de Porto de Galinhas. Com isso, o Governo do Estado espera qualificar os espaços públicos desta região para melhor atender aos turistas e visitantes.

- Projeto Orla da Vila Porto de Galinhas

Propõe a padronização das 70 barracas móveis licenciadas para a venda de alimentos, objetivando o uso racional dos espaços, com conforto, higiene, harmonia arquitetônica e visual. Em cada box haverá um balcão com uma cuba, um ponto d'água fria, local do fogão, geladeira e botijão de gás. Com essas medidas, espera-se atender com maior higiene e qualidade a população.

- Projeto Praça de Comércio e Serviços

Remanejará as barracas que estão instaladas na calçada da Escola Estadual José Mário, além das que comercializam artesanatos na rua Esperança.

- Projeto do Posto de Saúde

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Um posto de saúde será construído na vila de Porto de Galinhas, em um terreno de fácil acesso. Atenderá todas as normas de regulamentação pela Secretária de Saúde.

- Projeto do Terminal de Informação Turística

Será destinado ao atendimento e orientação de turistas e visitantes. Os funcionários passarão por um curso de qualificação para dar qualidade no tratamento com os turistas.

- Projeto Parque Ecológico Pantanal

Será localizado às margens do mangue, numa área onde a preservação da natureza, aliada ao arrojado projeto da via de acesso à praia de Maracaípe, se completam. Este espaço será contemplado com equipamentos públicos destinados ao lazer e esporte. Juntamente, haverá a construção de uma pista de cooper, uma quadra de futebol e uma quadra polivalente.

- Lei do uso e ocupação do solo: Planta Diretora

Em Pernambuco, a área costeira é largamente explorada pelo mercado imobiliário, portos, edifícios, casas, aterros, espigões, bares, etc.. Na região metropolitana centro, esta faixa de terra é largamente explorada pelo mercado imobiliário residencial e empresarial, com a construção de grandes edifícios que acabam por extrapolar o limite de carga dos locais, seja nas suas condições de fornecimento de infra-estrutura básica, seja através da saturação, hipermebilização do solo e poluição dos lençóis freáticos.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Ao longo destas duas últimas décadas os manguezais do Recife foram altamente degradados, através de aterrados clandestinos oriundos do crescimento urbano, bem como a quantidade de dejetos sólidos despejados in-natura nas águas dos rios e canais da nossa cidade que deságuam suas águas no mar.

Nestes últimos anos, o governo vem tentando tornar realidade a Política Nacional de Meio Ambiente, o país tem buscado ser capaz de propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar, elaborar e acompanhar a implementação da Agenda 21; fortalecer as instituições estaduais e locais responsáveis pelas questões ambientais, por meio do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA; inserir a variável ambiental nas decisões das agências oficiais de desenvolvimento, por intermédio do Protocolo Verde; e avançar na cooperação internacional, a exemplo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais – PPG-7.

Sempre haverá muito a fazer. Recuperar e preservar o meio ambiente, mas sobretudo desenvolver o país sem comprometer as gerações futuras, são tarefas constantes e do cotidiano de toda a sociedade.

Porto de Galinhas e as praias de seu entorno caracterizam bem o processo de crescimento urbano-regional, induzidos pela indústria do turismo. Área consagrada como destino turístico internacional, se depara hoje com problemas graves no que se refere principalmente ao desordenamento dos seus espaços, carência de infra-estrutura básica e perspectiva de comprometer seus recursos ambientais, pela falta de regulação e controle, associado a ausência de uma conscientização voltada para a proteção do meio ambiente. (FIDEM,1997)

Foi com esse objetivo que no Governo de Miguel Arraes de Alencar/1994 foi priorizado o turismo, e em 1997 foi criado o Plano Diretor de Ipojuca,

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

possuindo termos de referência buscando estabelecer um processo de planejamento integrado para o desenvolvimento turístico no litoral ipojucano, onde destacam-se;

- as potencialidades dos recursos ambientais, naturais e construídos, seus aspectos climáticos e paisagísticos;
- a oferta de equipamentos hoteleiros e de lazer implantados, principalmente na faixa litorânea;
- o Centro Turístico de Guadalupe – parte estratégica do Projeto Costa Dourada foi concebido neste contexto, estando contemplando na 1.ª Etapa do Programa de Ação para o desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR/NE;
- o elevado impacto macro-social advindo da expansão do setor turístico para o desenvolvimento global da economia.

Dentre outros, ficou clara a ausência de práticas e instrumentos de regulação que busquem um planejamento para o uso e ocupação do solo, aliado à demanda crescente causada pelo fluxo intenso de turistas, bem como a precária oferta de infra-estrutura de suporte, que tem provocado uma série de problemas afetando a qualidade de vida da população, e no futuro próximo poderá comprometer o desenvolvimento não apenas do setor turístico, mas a qualidade de vida da população residente.

É visível a deterioração do ambiente natural e construído, bem como a descaracterização do sítio, provocada pelo uso e ocupação desordenada dos espaços públicos, pela apropriação de espaços para a prática de comércio fixo e flutuante, os congestionamento de veículos e a má circulação dos transportes. (FIDEM, 1997)

Este plano deve enfatizar a melhoria da qualidade fisico-ambiental da área, considerando a paisagem edificada e os elementos naturais, de forma a valorizar

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

as características típicas do sítio, que expressam a sua imagem, reforçando a sua identidade sócio-cultural. O plano contêm duas dimensões:

a) a primeira trata-se da normatização do uso e ocupação do solo, visando a regulamentação urbanística e o uso adequado dos recursos naturais, do litoral do Município de Ipojuca, considerando a implantação de uma legislação básica, que o município não dispõe. Em vigor estão a Lei orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990 e o Código de Obras, aprovado pela Lei n.º 9.846/84, de 21 de novembro de 1984; e

b) deverá compreender as intervenções urbanas e as propostas de melhoria da infra-estrutura básica, de modo a atender as necessidades locais e dos fluxos turísticos, considerando a valorização de Porto de Galinhas.

A urgência das práticas de regulação ficou bastante clara e evidente quando a Promotoria de Justiça de Ipojuca em março de 2001 solicitou ao Presidente da Câmara Municipal de Ipojuca, juntamente com representantes da FIDEM, CPRH, IBAMA, SPU, Capitanias dos Portos, Prefeitura, Cartório de Imóveis e dirigentes de associações existentes no município e demais pessoas interessadas comparecessem a uma audiência que seria criada com a finalidade

> **"de se evitar o desordenamento urbano e o impedimento de qualquer pessoa ao livre acesso às praias ou qualquer outro logradouro público de uso comum do povo."[58]**

[58] Promotoria de Justiça de Ipojuca em março de 2001

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

3.6.3. O exemplo da APA de Guadalupe

A praia e Município de Tamandaré fica localizado no Estado de Pernambuco, na porção Sul de seu litoral, próximo da divisa com o Estado das Alagoas, sendo que sua costa é formada por uma extensa bancada de recifes de corais de diversas naturezas e organismos vivos que exercem essencial função na vida aquática, formando assim um grande esteio de sustentação e sobrevivência para toda população marinha e seus organismos.

O Centro Turístico de Guadalupe possui 4 (quatro) grandes características ambientais:

- a vegetação é rica e variada, onde todo o litoral é ocupado por exótico coqueiral, notadamente na Ponta de Guadalupe e na praia dos Carneiros;

FOTO 30: Ponta de Guadalupe – CTG – Coqueiral

Fonte : Costa Dourada: Centro Turístico de Guadalupe. Folheto informativo.

- uma grande superfície aquática se estende por toda a parte posterior da orla, além de um rio manguezal e parte da Mata Atlântica;

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- o mar com piscinas naturais formadas por arrecifes, constituí-se como ótima opção para o banho e a prática de esportes náuticos;

- a água de cor esverdeada, tem temperatura média de 28.ºC, principalmente nos meses de verão – setembro a fevereiro [59]

Esta área vem sofrendo nos últimos anos um crescimento desordenado, decorrente do aumento excessivo no fluxo de turistas e veranistas, o que eleva também o número de embarcações motorizadas ou não nas águas rasas de sua praia, onde "observou-se que num determinado trecho da praia, no lado sul, bem em frente às instalações do IBAMA – Agencia Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, os recifes de corais estavam embranquecendo, ou seja, estariam morrendo por alguma razão." (BARRETO, Ricardo. UFPE, 2000)

Tanto estes como outros fatores externos estariam causando esta degradação, o que poderia levar ao desequilíbrio ambiental, com consequências totalmente imprevisíveis ao local. Por esta razão, o IBAMA isolou uma área de aproximadamente 400 hectares para estudos e proposição de soluções para o caso, cujos resultados têm sido bastante satisfatórios.

O elevado tráfego marinho na área de costa, ancoragem dos barcos, a pesca e a caça submarina desportiva e a falta de consciência sobre a importância desses ecosistemas são os principais fatores de degradação do ambiente costeiro. "a introdução pelo homem, direta ou indiretamente, de substâncias ou de energia no meio marinho, incluindo os estuários, sempre que a mesma provoque ou possa vir provocar efeitos nocivos, tais como danos aos recursos vivos e à vida marinha, riscos à saúde do homem, entrave às atividades marítimas,

[59] Pimentel, 2002.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

incluindo a pesca e as utilizações legítimas do mar, alteração e deterioração dos locais de recreio." [60]

Neste contexto, o ordenamento do uso e a criação de áreas marinhas protegidas são uma estratégia eficiente na preservação da beleza paisagística da biodiversidade e manejo dos recursos pesqueiros.

Entre outros mecanismos, uma forte ferramenta para o manejo de áreas marinhas que apresentam situações de uso múltiplo é a elaboração de planos de regulamentação e zoneamento com embasamento técnico e científico, através de consultas de ampla participação popular.

Todo este trabalho de fechamento das áreas para uso e acesso, manejo e preservação tem como objetivos:

- Promover a realização de experimentos de manejo recifal e demonstrar a necessidade de benefícios que tais medidas podem trazer para as comunidades costeiras e saúde ambiental;
- Realizar experimentos de recuperação de áreas recifais degradadas através de exclusão de alguns fatores impactantes sobre os ambientes recifais, tais como a pesca, caça submarina, e atividades turísticas;
- Promover a divulgação e conscientização da necessidade de um plano de regulamentação e zoneamento como parte da elaboração de uma estratégia de conservação e uso sustentável dos recifes de coral da região; e
- Promover a integração e participação dos vários segmentos da sociedade no manejo dos recursos da região.

Os primeiros experimentos de zoneamento para a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais foram realizados na região de Tamandaré e

[60] Barreto, 2000.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

em Paripueira onde o Projeto dispõe de base de campo, sendo que em Tamandaré, as áreas foram selecionadas para a exclusão total por um período de três anos de toda e qualquer tipo de exploração (pesca, visitação, atividades náuticas e turísticas) ,sendo permitido apenas os estudos e monitoramento científico por equipes licenciadas pelo IBAMA.

A expectativa do trabalho empreendido gira em torno da busca pela diminuição do impacto pontual das atividades pesqueiras e turísticas sobre os recifes escolhidos para o zoneamento; progressiva adaptação do sistema de zoneamento buscando o apoio das comunidades locais em conjunto com o conhecimento técnico e científico adquiridos durante o proposto exercício; através da participação das comunidades locais e turistas no processo de zoneamento, conscientização sobre os direitos e responsabilidades de cada um na preservação dos ecossistemas costeiros, e por último, a elaboração de um plano de zoneamento de maior escala.

Por ser detentora de grande diversidade biológica, e possuindo as premissas básicas (sol, mar, rios, fauna e flora) como atrativos principais para o desenvolvimento turístico de um balneário tropical e uma gama de atividades de lazer e entretenimento para todas as camadas sociais ali inseridas, esta área possui como problema central na preservação do equilíbrio e manutenção ambiental “a compactuação entre a exploração dessa gama de produtos e a conservação dos ecossistemas envolvidos e já bastantes alterados pela ação antrópica.” (Pimentel, 2002.)

Devido a sua potencialidade ambiental, proteger a natureza intacta passa a ser um argumento comercial importante para o desenvolvimento do turismo em seus espaços naturais, onde a motivação pelo contato com a natureza se torna cada vez mais intensa e, é acompanhada por uma busca maior por estes lugares, gerando crescimento nas atividades ligadas ao turismo, que por ser uma atividade

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

econômica relativamente nova em vários países, inclusive no Brasil, pode se tornar uma atividade complexa. Portanto a ausência de planejamento poderá provocar impactos inesperados e indesejados.

Para se evitar o declínio ambiental e posterior falência turística local está sendo implantado um Plano Diretor que buscou traduzir o ordenamento de seu território, possuindo três diretrizes básicas este Plano define o uso do solo, tendo como prioridade a valorização e preservação da natureza.

Neste sentido, o balneário de Porto de Galinhas detém muitas qualidades semelhantes as da APA de Guadalupe, tanto em sua natureza, qualidade ambiental e paisagística, como em sua economia que gira em torno do turismo.

O que torna este trabalho de manejo, acesso e preservação ambiental mais fácil de ser empregado devido às suas semelhanças, proximidades e realidades sociais e econômicas.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições, conflitos e desencontros entre os atores responsáveis pelo gerenciamento turístico e ambiental em Porto de Galinhas.

Mesmo sendo detentor de fortes qualidades para o desenvolvimento do turismo, dentro do estudado e observado no balneário de Porto de Galinhas pode-se perceber a necessidade de se aplicar a referida área uma prática gerencial sustentável devido a sua diversidade ambiental, valor paisagístico e importância para a promoção local e desenvolvimento da economia do Estado.

Porém, o gerenciamento efetivado na região não está sendo capaz de reverter os danos existentes, embora seja um desejo perseguido pelas autoridades e moradores locais que isto venha a acontecer, visto que hoje em Porto de Galinhas como na maioria do litoral brasileiro, ainda são adotadas práticas voltadas à promoção de um turismo sustentável.

Embora existam diversas iniciativas para a prática de uma gestão participativa e voltada para a promoção do turismo auto-sustentável, existem vários outros fatores entre os anteriormente citados que inibem o desenvolvimento desta prática, relatadas a seguir : (conforme anexo)

- denúncia do ministério Público Estadual – Promotoria de Justiça da Comarca de Ipojuca, Portaria n.º PJCI-001/2001: referido-se à obsolitude do Código municipal ante a legislação vigente, a nova realidade do município, e da necessidade de sua compatibilidade com o Plano Diretor Metropolitano. Como também, da imprescidibilidade de que o município adote uma política urbanística com base na legislação vigente (federal e estadual);

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

- A inobservância e desrespeito de alguns setores do comércio de Porto a acordos firmados, entre outros, o acordo entre bugreiros e Prefeitura com relação ao tráfego de veículos em locais pré-estabelecidos por trilhas fixadas;

- Da insatisfação da população de Porto de Galinhas quando as suas ações de regulação da orla pela Prefeitura possuem caráter discriminativo;

- A urgência na busca da definição da linha de preamar do Município para a efetivação do reordenamento dos espaços costeiros do município;

- As privatizações das praias, as edificações em áreas de preservação ambiental, a construção de loteamentos ou condomínios irregulares, afronta as normas técnicas e legais concernentes à habitação e urbanismo. A promoção de matéria televisionada pela imprensa local à respeito de embaraços do acesso público às praias e de construções irregulares ao longo da zona costeira do Município causou reclamos de diversos segmentos da sociedade civil organizada (Portaria n.º PJCI-001/2201), revelando mais uma vez a insatisfação da população local em relação ao gerenciamento municipal em suas praias;

- Na edição de 7 de fevereiro de 2002, o Diário de Pernambuco publicou uma matéria que denunciava o descaso e a morosidade do Executivo municipal de Ipojuca, devido à limitação técnica e política do Município e cobrava iniciativas concretas da Câmara dos Vereadores do Município na adoção de medidas que salvaguardassem as primícias de sua Planta Diretora proposta pela FIDEM;

- O jornal “Folha de Pernambuco”, em 08 de março de 2004 informava que devido à importância de Porto de Galinhas para o turismo e a economia de Pernambuco, o Governo do Estado, tomava para si a responsabilidade de

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

administrar o balneário e preparava um projeto de urbanização ousado contemplando desde Muro Alto até o Pontal de Maracaípe e cobrava da população do Ipojuca uma maior participação nas tomadas de decisão do seu município;

Dentro do exposto, pode-se afirmar que o desencontro entre os órgãos reguladores e de fomento responsáveis pela gestão do patrimônio público é hoje um dos maiores desafios a serem superados para a promoção da sustentabilidade local. Pois, não é a ausência de leis ou regulamentos, nem tão pouco de iniciativas, projetos ou recursos que configuram a realidade de Porto de Galinhas e sim a coordenação destas ações na busca por resultados.

O balneário atravessa hoje um sério e grave problema do uso e ocupação do solo, que pode ser contornado com a compatibilização da Planta Diretora (litoral) – FIDEM e do Plano de Regulamentação- PMI/Consultoria, na composição do Plano Diretor e sua posterior implementação, cuja existência foi reforçada pela Lei 10257/01 – Estatuto da Cidade, em concordância com o Projeto de Gerenciamento Costeiro de Pernambuco, elaborado pelo CPRH.

O Governo do Estado pode buscar conscientizar e capacitar o poder Público municipal através de seus representantes, bem como seus funcionários, promovendo fóruns, cursos, palestras, audiências públicas a respeito da importância da preservação ambiental, e do seu papel como gestor público e das leis e projetos que compõem a legislação ambiental, assim atualizando e trazendo subsídios para uma gestão mais precisa e eficiente sob a realidade local.

A falta de fiscalização e da aplicação das penalidades cabíveis àqueles que descumprem as leis municipais também agrava a situação. Se faz necessário um maior investimento nesta área em pessoal apto, capacitado e preparado para exercer o poder fiscalizador e de polícia coibindo tais excessos. A Prefeitura do

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Município de Ipojuca poderá rever o licenciamento das atividades efetivas e potencialmente poluidoras, coibindo assim as atividades ilícitas e comprometedoras da qualidade ambiental.

O processo contínuo pela promoção de cursos buscando a Capacitação e Educação Ambiental no Plano Plurianual – PPA e Lei Orçamentária do município, para a população local e o empresariado poderá trazer a médio-longo prazo um maior comprometimento de todos na preservação ambiental

A busca por parcerias entre o município e a iniciativa privada na qualificação e preservação ambiental também tende a ser um forte aliado na conscientização dos turistas na necessidade de se preservar os ambientes naturais. Patrocínios em projetos ambientais através de incentivos sociais e fiscais também poderá ser um meio eficaz para mitigar os impactos nas áreas mais frágeis e comprometer o empreendedor local.

O comprometimento popular no processo de gestão é imprescindível para o sucesso de qualquer política ambiental. A inserção da comunidade nativa no processo de desenvolvimento local fortifica a implementação de leis e ações reguladoras.

A parceria entre os poderes (municipal, estadual e federal) fortifica as ações e dá uma maior garantia aos resultados. Como por exemplo, o apoio técnico e jurídico do SPU na criação da linha de praia do município, pressuposto para a regularização do uso do solo na costa do município, a criação do Projeto de Requalificação Urbana de Porto de Galinhas proposto pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura Municipal de Ipojuca fortalece a implementação de ações planejadas, corretivas e reguladoras que se aproxime mais da realidade local, tanto para a melhoria das condições de vida da população como no produto turístico a ser vendido.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

A promoção do turismo sustentável em Porto de Galinhas tende a ser uma via de contenção de impactos ambientais e promoção do equilíbrio entre o lazer (direito) e a responsabilidade de preservar o meio ambiente (dever).

A inspeção, atualização e gerenciamento de informações, buscando-se construir um banco de dados, a nível nacional e internacional, objetivando a obtenção de indicadores que tragam uma maior segurança para os pretensos investidores que buscam implantar novos empreendimentos e equipamentos turísticos.

Um maior controle na qualidade dos produtos turísticos ofertados, através de uma metodologia específica que envolva o setor público e o privado.

A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, tendo a APA de Guadalupe como um exemplo a ser seguido.

Esta reflexão para a busca de uma gestão ambiental sustentável, ressalta a importância do papel indutor do governo do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil como agente promotor e fiscalizador das medidas a serem implementadas e as já efetivadas por benefícios para todos. Salientando que estas propostas não tem a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, mas sim iniciar um aprofundamento maior e análise sobre o mesmo.

Espera-se que os aspectos abordados nesta dissertação, possam contribuir, para a perpetuação e desenvolvimento turístico do balneário de Porto de Galinhas, tornando-se um exemplo para outros pólos turísticos e afirmando que é possível desenvolver o turismo preservando o meio ambiente com responsabilidade social.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA, Portal 21- O que é Agenda 21. Disponível em <http://www.agenda21.org.br> acessado em 04/02/2005.

AGRA, Filho, SEVERINO Soares. *Planos de gestão e programa de monitoramento costeiro: diretrizes de elaboração*. Brasília. MMA, 1995.

ARAUJO, Tânia Bacelar de. , et al, *Planejando o desenvolvimento sustentável: a experiência recente do Nordeste do Brasil*. Recife: IICA, 1998.

_____. Tânia Bacelar e Guimarães Neto, Leonardo. *Poder local governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil*. 1998 (no prelo).

_____. Tânia Bacelar de. *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro, Revan: fase 2000.

ARENDIT, Edilson José. *Introdução à economia do turismo*. Campinas, editora Alinea, 1999.

ASSIS, Lenilton Francisco de Assis. *A Difusão do Turismo de Segunda Residência nas Paisagens Insulares: Um estudo sobre o litoral Sul da Ilha de Itamaracá*. UFPE, 2001.

BALE, John and David Drakakis-Smith. "*Tourism and Development in the third Word"*. 1988.

BARROS, Nilson Cortez Crocia. *Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens*. Recife, Editora Universitária/UFPE, 1998.

BARRETO, Margarita. *Manual de Iniciação do Turismo*. 7. ª edição, Edt. Papirus – 1997.

BARRETO, Ricardo de Oliveira Paes. *Direito Ambiental (Monografia)*. CCJ. UFPE, 2000. Recife

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

BENEVIDES. Ireleno Porto. *Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria*, Fortaleza: EUFC,1998.

BENI, M.C. *Análise estrutural do turismo.* São Paulo: SENAC, 1998.

BISSOLI. M.A.M.A. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*, São Paulo, 2000.

BOULLON, Roberto C. *um nuevo tiempo libre: tres enfoques teoricopráticos*. Trillas, 1991. México.

BRAILOVSKY, Arana. *Medio ambiente y turismo. Buenos Aires, IDES. Impresión*. 1983.

BRAGA, Maria do Carmo de Albuquerque. *A Gestão do Patrimônio do Estado em Áreas de Interesse Turístico: Os casos de Porto de Galinhas e Itamaracá*. UFPE, 2000.

CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.): *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Clovís. *Desenvolvimento e natureza - estudos para uma sociedade sustentável*. Fundação Joaquim Nabuco, 1998. Recife.

CAVALCANTI, Keila; Paiva, Maria, - *Turismo em análise v.4*. no. 1,USP 1993.

CAVALCANTI, Rosita Oliveira. Porto de Galinhas: *"O turismo e a questão ambiental".* (monografia de especialização), departamento de Ciências Geográficas. UFPE, 1999. Recife.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. "*Nosso futuro comum."* Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

COMMERCIO, Jornal do. – Economia – Jarbas põe a venda a residência oficial em Porto de Galinhas. Disponível em <http://www.2uol.com.br/jc> acessado em 04/02/2005.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. Editora Ática, Série Princípios, 3.ª edição, 1990. São Paulo.

CRUZ, R. de C.a. da. *Política de turismo e construção do espaço turísitico-litorâneo no Nordeste do Brasil.* In: LEMOS, A.I.G. de *Turismo: impactos socioambientas*. São Paulo:HUCITEC, 1996.

DONAIRE, José Antônio. La Geografia del turismo: depués del Fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales. Revista Sociedade e Território, Lisboa, n.º 28,p. 55-68, ago. 1998.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Perspectiva, 1991. São Paulo.

ECONOMICS 12 th edition, Samuelson/Nordhaus. Portugal, McGraw-hill,1988.

EMBRATUR - Estatísticas – Indústria do Turismo. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>, acessado em 17/12/2001.

EMBRATUR - Economia – Perfil da demanda turística internacional para o Brasil 1999. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>, acessado em 26/08/2002.

_____. Projeto verão alto astral. Recife,1999.

_____. Inventário do potencial turístico de Pernambuco – Ipojuca. Recife,1998.

EMEPTUR. Projeto verão alto astral. Recife, 1999.

_____. Inventário do potencial turístico de Pernambuco – Ipojuca. Recife, 1998.

FIDEM. Litoral de Pernambuco: um estudo propositivo - versão preliminar. Recife, 1999.

_____. Planta diretora - Ipojuca. Minuta de concepção do Prodetur-II. Fortaleza. Recife, 2001-09-21

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

_____. Mercado Imobiliário - Mercado Imobiliário Informal: a inclusão social do morador de loteamentos clandestinos e irregulares. Disponível em <http://www.fidem.pe.gov/> , acessado em 13/02/2004.

FUNASA – Ministério da Saúde – Projeto Alvorada. Disponível em <http://wwwpresidencia.gov.br/projetoalvorada> acessado em 03/08/2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PERNAMBUCO, Ipojuca, Recife, 1991. (Monografia Municipais, 32).

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas, 1989. São Paulo.

GOLDEBERG (coord) *Ecologia, ciência e política – Coletânea de textos* – REVAN. RJ. , 1992.

GOMES, Enoque. *Valor ético, um dos pressupostos da sustentabilidade: novo paradigma do desenvolvimento*. V.I, n.º3. Recife/ UFPE, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Plano Diretor de Desenvolvimento turístico do litoral de Ipojuca e ordenamento e requalificação urbana de Porto de Galinhas - Termos de referencia. FIDEM. Litoral de Pernambuco: um estudo propositivo – versão preliminar. Recife, 1999.

IBGE. Censo demográfico – Pernambuco. Rio de Janeiro, 1980, 1991, 2000.

_____ Sinopse preliminar do censo demográfico 2000 – Brasil. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br. > acessado em: 21/04/2001.

IPOJUCA: Prefeitura Municipal de Ipojuca - Plano de regulamentação da orla – normas de uso e ocupação do solo. Ipojuca, 2001.

_____: Fundação de Desenvolvimento Municipal - Relatório de Comissão Técnica visando a solução dos problemas ambientais na orla do Ipojuca. Novembro 2001.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

KRIPPENDORF, Jost. Les Vacances, et Après? – *Pour une mouvelle compréhension des loisirs et des voyages*. Editions L'Harmattan, 1987. Paris.

LAKATOS, Eva Maria et al. *Metodologia do trabalho científico*. Editora Atlas, 1979. São Paulo.

LEA, John. *Tourism and development in the third word*. Routlegde, 1988. New york.

LIMA, João Policarpo Rodrigues de. *Economia e região, nordeste e economia regional: ensaios*. Edt. Universitária/UFPE, 1999. Recife.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *"Políticas Públicas Setoriais de Lazer"*. Edt. Autores associados, 1996.

MMA. Gestão dos recursos naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000.

MMA/Consorcio Parceria 21. Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21brasileira. Brasília, 2000.

MMA/PNMA. Caracterização dos ativos ambientais em áreas selecionadas da zona costeira brasileira. Brasília, 1998.

_____. Avaliação das normas legais aplicáveis ao gerenciamento costeiro - aspectos ambientais: subsídios à tomada de decisões. Brasília, 1998.

_____. Roteiro da análise econômica para o Programa Nacional de Gerenciamento costeiro. Brasília, 1998.

MOURA, Luiz Antonio Abdalia de. *Economia ambiental: gestão de custos e investimentos*. Editora Juarez de Oliveira, 2000. São Paulo.

MUNICIPIALIZAÇÃO do Turismo, Programa Nacional – Diretrizes, EMBRATUR, 1999.

NORDESTE, Programa de Turismo Integrado – PDTI/NE, EMPETUR.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

NORVERT, Carlos Alejandro. *Um caminho verde: intervenção entre o homem, a educação e o meio ambiente*. Paulinas, 1998. São Paulo. (Coleção conscientizar).

PEARCE, Douglas. Tourist development. London: Longman, 1981.

PERNAMBUCO: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH - Campanha Praia limpa: litoral de Pernambuco – Ipojuca. Recife, 1999/2001.

PERNAMBUCO: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH Diagnostico sócio-ambiental & ZEEC –zoneamento ecológico-econômico costeiro – litoral sul – Pernambuco. Recife, 1999.

PERNAMBUCO, Diário – cadernos – Vida urbana: Porto de Galinhas vive clima junino: Prefeitura da Ipojuca investiu R$ 35 mil para montagem de estrutura para festa no Litoral Sul do Estado. Disponível em <http://www.pernambuco.com/> acessado em 20/06/2004.

PERNAMBUCO, Diário – cadernos – opinião: Proteger Porto de Galinhas. Disponível em <http://www.pernambuco.com/> acessado em 04/02/2005.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento econômico, Turismo e Esportes. Plano estratégico de desenvolvimento do turismo em Pernambuco: síntese, Recife, Agosto/1999.

PERNAMBUCO – Secretaria de Desenvolvimento Urbano – artigos – Folha de Pernambuco: Código de conduta para Porto de Galinhas. Disponível em <http://www.per.gov.br> acessado em 01/02/2005.

PERNAMBUCO – Secretaria de Desenvolvimento Urbano – principais projetos-Porto Melhor. Disponível em <http://www.per.gov.br> acessado em 03/02/2005.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO – CONDEPE. Pernambuco 2010. Estratégia de desenvolvimento sustentável: Uma proposta para discussão, Recife, 1995.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social. Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM. Litoral de Pernambuco: um estudo propositivo, Recife, novembro/1999.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

PERNAMBUCO: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos – CPRH. GERCO-PE – Diagnóstico preliminar sócio ambiental do litoral sul de Pernambuco, Recife, Dezembro/1997.

PERNAMBUCO: Governo do Estado de Pernambuco – EMPETUR – Projeto Verão Alto Astral – Recife, 1999.

PERNAMBUCO: CONDEPE Pernambuco em Dados - 2000, Recife, 2001.

PERNAMBUCO: CONDEPE Pernambuco em Dados –2002, Recife, 2003.

PERNAMBUCO: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH - Campanha Praia Limpa, EMPETUR, 1999.

PERNAMBUCO: Fundação Instituto Pernambuco – FIPE – Ipojuca (Monografias Municipais), Recife, 1991.

PIMENTEL, Carlos Eduardo Pinto. *Turismo e Desenvolvimento sustentável: Subsídios para uma gestão ambiental do Centro Turístico de Guadalupe.* UFPE, 2002. Pernambuco.

PIRES, P. dos S. *A dimensão conceitual do ecoturismo.* In: Turismo Visão e Ação, Itajaí, v.1,n.º 1, 1998.

PRODETUR: Desenvolvimento Turístico do Estado do Piauí, Programa – PRODETUR, 1997.

PRODETUR II: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – Minuta de Concepção do PRODETUR II. – EMPETUR.

QUINTAS, José Silva. *À crise ambiental, algumas considerações.* Brasilia. MMA, 1992.

RABAHY, A Wilson. *Planejamento do turismo: Estudos econômicos e fundamentos econométricos*. Edições Loyola, 1990. São Paulo.

REJOWSKI, Miriam. *Turismo e perspectiva científica; pensamento internacional x situação brasileira*, Campinas: Papirus, 1998. (Coleção Turismo)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Turismo e ambiente: reflexões e propostas.* HUCITEC, 1997. São Paulo.

_____, Adyr Balastreri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdiciplinar*. HUCITEC, 1999. São Paulo.

RUSCHMANN, Doris. *"Turismo e Planejamento sustentável".* Papirus – 1997.

_____. Doris. *"Marketing Turístico, Um enfoque Promocional".* Ed. Papirus –1995. Marketing, ano III, n.º 32.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A natureza do espaço, técnico e tempo. Razão e emoção*. Editora Hucitec, 1997, 2.ª edição. São Paulo.

SEDUPE, Via urbana: Projeto Porto Melhor – Disponível em: < http://www.sedupe.pe.gov.br> acessado em: 05/02/2005.

SUDENE, Região Nordeste do Brasil em números. Recife: SUDENE, 2003.

SURFCORE, Folha de Pernambuco - Orla de Maracaipe recebe investimentos – Disponível em: <http://www.surfcore.com.br> acessado em 03/02/2005.

SWARBROOKE, Jhon. *Turismo sustentável*. vol1. Aleph, 2000. São Paulo.

TURISMO E ANÁLISE – Escola de Comunicações e Artes da USP, V.3, n.º 2

_____, Escola de Comunicações e Artes da USP, V.4, n.º 1.

URRY, Jhon. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Studio Nobel: SESC 1996 (Coleção megalopólis). São Paulo.

VARGAS, Heliana Comim. *Turismo e valorização do lugar*. V.9, n.1. USP/ECA, 1998. (Coleção turismo em análise). São Paulo.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

WILSON, D. *Strategies for sustainability: lessons from Goa and Seychelles. In: Tourism and sustainability: principles and pratice*. Wallingford: CAB International, 1997.

WORLD CONGRESS ON ADVENTURE TRAVEL AND ECOTURISM, 17, Conference report Vancouver: Belhaven Press, 1996.

WONNACOTT, Paul. *Economia*. Makron Books, 1994. São Paulo.

WWW.portodegalinhas.com.br/arnaudo. fotos.htm., acessado em 10 de dezembro de 2003

YAZIGI, Eduardo. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. HUCITEC, 1999. São Paulo.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

ANEXO

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Promotoria de Justiça da Comarca de Ipojuca
Rua do Comércio, nº 75 - Centro - CEP 55.590-00 - Ipojuca (PE) - Fone 35511245

Portaria nº PJCI-001/2001

O Ministério Público Estadual, por seu representante signatário, nos termos do art. 129-VI, de Constituição da República, do art. 26, inc. I, letra "a", da Lei Federal nº 8.625/93, e do art. 6º, inc. I , letra "a", de Lei Complementar Estadual nº 12/94 e demais dispositivos legais, e,

CONSIDERANDO QUE:

1. A esta Promotoria de Justiça recebeu expediente da Procuradoria Geral de Justiça e reclamos de diversos segmentos da sociedade civil organizada, inclusive, ante o noticiado pela imprensa a respeito de embaraço do acesso público às praias e de construções irregulares ao longo da zona costeira do Município;

2. As privatizações de praias, as edificações em áreas de preservação ambiental, a construções de loteamentos ou condomínios irregulares, a não existência de um sistema viário, afronta as normas técnicas e legais concernentes à habitação e o urbanismo, além de causar embaraço à vocação turística e ao desenvolvimento sustentável e humano do Município de Ipojuca;

3. O Sr. prefeito do Município de Ipojuca declarou, em noticiário televisivo local, que tem conhecimento da ocorrência de tais irregularidades e que espera a adoção de medidas por parte desta representação do Ministério Público Estadual;

4. A política urbana deve ser promovida e executada pelo poder público municipal, na conformidade das diretrizes gerais fixadas em lei e, ademais, que o plano diretor de urbanização é obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes e independente desse número para os municípios da RMR, nos termos definidos nos arts. 29-VIII e 182 da Constituição da República e arts. 144 e segs. da Constituição de Pernambuco;

5. A Lei Orgânica do Município de Ipojuca, promulgada em abril de 1990, em seu art. 143 diz que "A urbanização será regida e planejada pelos seguintes instrumentos: I - Lei de diretrizes gerais do desenvolvimento urbano; II - Plano diretor, III - Plano de controle de uso, do parcelamento e de ocupação do solo urbano; IV - Código de Obras do Município", tendo o referido município, até a presente data, apenas este último, que é do ano de 1984, porém bastante obsoleto ante a legislação vigente e a nova realidade do Município, desde há muito integrante da Região Metropolitana do Recife, devendo, em conseqüência, a sua política urbana estar condizente com o Plano Diretor Metropolitano, sendo o último aprovado em setembro/98, pelo Conselho de Desenvolvimento da RMR - CONDERM/FIDEM.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

6. As disposições contidas nas Leis Federais 6.766/79 (Parcelamento do Solo Urbano), 6.902/81(Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental), 7.661/88 (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro), Decreto-Lei nº 9.760/46 (Terrenos de Marinha), 9.605/98 (Crimes Ambientais) e na Lei Complementar Estadual nº 10/94, na Lei Estadual 9.990/87 (Parcelamento do Solo Urbano na Região Metropolitana do Recife) e no Decreto Estadual nº 21.972/99 (Zoneamento Ecológico-econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco) e ainda a Resolução nº 052/2001 do presidente do CONDERM que recomenda ao Município a adoção da Planta Diretora para Ipojuca que foi elaborada pela FIDEM;

7. É imprescindível o Município de Ipojuca adotar uma política urbanística com base, entre outras, na legislação acima mencionada, inclusive por determinação constitucional, bem assim que é necessário averiguar a responsabilidade no tocante à fiscalização, autorização, anuência ou consentimento em relação às construções ou edificações realizadas com irregularidades, bem assim no tocante ao impedimento de bens de domínio público de uso comum do povo, inclusive ao longo de sua zona costeira e áreas de proteção ambiental;

8. As principais entidades de promoção ou responsáveis pela política urbana, bem assim pela autorização e fiscalização das construções e uso de equipamentos a estas correlatas em se tratando de município situado na RMR são a FIDEM, a CPRH, a Prefeitura Municipal, e, em certas situações ambientais ou patrimoniais, o IBAMA, o SPU - Serviço de Patrimônio da União e a Capitania dos Portos, sendo os imóveis submetidos à escrituração e registro no Cartório de Imóveis da Comarca;

9. Entre as funções institucionais do Ministério Público inclui-se a adoção de medidas visando proteção do meio ambiente, dos interesses coletivos indisponíveis e de zelar pelos serviços de relevância pública, como contido no art. 129 da Constituição da República e em dispositivos da legislação infraconstitucional;

R e s o l v e:

Designar uma Audiência Pública com representantes das entidades acima mencionadas, com a participação de membros de entidades da sociedade civil organizada e demais pessoas interessadas, a qual se realizará no próximo dia 9 de abril de 2001, segunda-feira, no horário das 14 às 18 horas, no Auditório da Faculdade José Lacerda Filho, situada na Avenida Francisco Alves de Souza, s/n - Centro, desta cidade de Ipojuca, tendo por matéria de apreciação, averiguações e propostas de legislação municipal o contido nas considerações acima mencionadas.

Ipojuca, 26 de março de 2001

José Miguel de Sales
Promotor de Justiça

Art. 225 da CF

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Promotoria de Justiça da Comarca de Ipojuca
Rua do Comércio, nº 75 - Centro - CEP 55.590-00 - Ipojuca (PE) - Fone 35511245

Exmo. Sr.
Vereador José Júlio do Rêgo Neto
MD. Presidente da Câmara Municipal de Ipojuca
Nesta

Senhor presidente:

Cumprimentando V. Exa., em razão do conteúdo da Portaria em anexo, solicito a sua cordial fineza de enviar uma representação dessa honrada instituição para participar de uma audiência pública que se realizará no próximo dia 09.04.2001, segunda-feira, das 14 às 18 horas, no auditório da Faculdade José Lacerda Filho, situada na Avenida Francisco Alves de Souza, s/n - Centro - Ipojuca, onde, juntos a representantes da Fidem, CPRH, Ibama, SPU, Capitania dos Portos, Prefeitura, Câmara Municipal, Cartório de Imóveis e dirigentes de associações existentes no Município e de demais pessoas interessadas, vamos averiguar, definir responsabilidades, encontrar soluções e apresentar propostas de legislação ao poder público local, a fim de se evitar o desordenamento urbano e o impedimento de qualquer pessoa ao livre acesso às praias ou qualquer outro logradouro público de uso comum do povo.

No ensejo, envio a V. Exa votos de elevada estima e distinta consideração.

Saudações Ministeriais

Ipojuca, 27 de março de 2001

José Miguel de Sales
Promotor de Justiça

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
REPRESENTAÇÃO DO IBAMA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Relatório Técnico nº 082/2001-DITEC/IBAMA/PE
Referente a Denuncias de Irregularidades na Orla Marítima de Ipojuca
Requerente: Ministério Público Federal
Documento: 02019.000745/01-96

Com o objetivo de atender a solicitação contida no Oficio MPF nº 252/2001, foi realizada vistoria em 05/06/01, juntamente com técnicos da Gerência Regional do Patrimônio da União e da Secretaria de Infra-Estrutura da Prefeitura de Ipojuca.

Antes de relatarmos toda abordagem feita pela equipe durante a vistoria, informamos que, como resultado da audiência pública, designada pela Portaria nº PJCI-001/2001 (em anexo), foi criado um grupe de trabalho, com o objetivo de avaliar e coibir os danos ambientais decorrentes de irregularidades praticadas ao longo da costa marítima do município de Ipojuca. O referido grupo de trabalho é coordenado pelo Dr. Marcos Queiroz, Secretário de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Ipojuca e conta com a participação de representantes de órgãos ambientais, diretamente envolvidos com a questão, Professores das Universidades Rural e Federal de Pernambuco, representante da Câmara de Vereadores de Ipojuca, representantes de Organizações não Governamentais, etc.

As reuniões são quinzenais, onde atualmente estão em análise, a planta diretora do município de Ipojuca, elaborada pela FIDEM e a atualização da linha de preamar no referido município. Com base nestes dados o grupo de trabalho pretende identificar as ações irregulares, para dentro do possivel, encontrar soluções coerentes para cada perfil da problematica já, em parte, diagnosticada.

Com relação a vistoria conjunta, solicitada pelo Ministério Público Federal, já referenciada, e com base no Relatório Técnico do GERCO nº 02/2001, temos a informar que:

I- Os bares e barracas que ocupam a praia úmida, área "non cadificandi" na praia de Serrambi, foram desativados pela Prefeitura. Com relação a outros barracos edificados na praia de Maracaípe, conforme a Dra. Sandra Regina, da Secretaria de Infra-Estrutura da Prefeitura de Ipojuca, está sendo elaborado um projeto de relocação dos mesmos para fora da faixa dos 33 metros de linha de preamar máxima;

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

II-As construções irregulares em áreas de manguezal, nos parece o maior problema, visto que é uma população pobre que tende a avançar cada dia mais para dentro do manguezal. Observamos que estas comunidades começam a se instalar em áreas de salgado, que podem ocorrer dentro do manguezal, ou na periferia. A inexistência de vegetação nestas áreas, facilita a construção de barracos e posteriormente aterros, o que faz modificar toda dinâmica do ecossistema, danificando a vegetação do entorno. Na oportunidade da vistoria foram identificadas quatro áreas críticas:

1-Localidade denominada Salinas, em Porto de Galinhas onde abriga uma comunidade às margens do Rio Maracaípe com aproximadamente 150 famílias;

2-Localidade denominada Pantanal, em Porto de Galinhas, onde abriga uma comunidade de aproximadamente 50 famílias, onde podemos observar além do aterro das residências, a maioria em alvenaria, um aterro que dá acesso por meio de veículos motorizados, além de existir uma postuação de energia elétrica que abastece a área;

3-Localidade em Maracaípe, às margens do Rio, onde abriga-se aproximadamente 20 famílias que estendem suas residências através de aterros, comprometendo a vegetação de mangue;

4-Localidade conhecida como Vila dos Pescadores em Serrambi, onde abriga uma comunidade de aproximadamente 250 famílias em um loteamento clandestino. As áreas mais críticas estão às margens do Rio Maracaípe, onde encontramos barracos instalados dentro d'água.

Esta é uma questão séria, onde existe um impácto ambiental e um grave problema social, as pessoas que nestas áreas estão inseridas, vivem em condições totalmente insalubres, não possuem endereço oficial e muitos não possuem sequer identificação pessoal.

Diante do exposto, foi sugerido pela equipe, um trabalho de cadastramento destas comunidades e a relocação de famílias instaladas nos pontos mais críticos. Isto seria através de um projeto da Prefeitura de Ipojuca, com o objetivo de, a longo prazo, propiciar uma melhor qualidade de vida ao meio ambiente e ao ser humano nele inserido.

III-Com relação a circulação de veículos automotores na faixa da praia, já foi suspensa, conforme o Decreto Municipal nº 335/2001 de 15 de março de 2001 (em anexo);

IV-Com relação a extração de areia existente no sítio Feiteiras, o Sr. Manuel, que se dizia dono do areal, foi notificado pelo técnico da SPU para apresentar Licençiamento da CPRH (cópia da notificação em anexo).

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

REPRESENTAÇÃO DO IBAMA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Salientamos ainda que, todas as questões ambientais relacionadas neste Relatório, serão apresentadas ao grupo de trabalho já referenciado, com o objetivo de melhor atender a legislação ambiental vigente.

Em, 07 de Junho de 2001

Salete Oliveira

Maria da Salete Oliveira Amorim
Bióloga - CRB 03.35915-D
IBAMA/PE - Mat. 0684697

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

As entidade infra- assinadas no intuito de colaborar com a comissão técnica multi – institucional encarregada de diagnosticar e propor soluções para o desenvolvimento sustentável do litoral do município do Ipojuca, apresentam alguns assuntos que merecem uma abordagem e posicionamento desta comissão, para o fortalecimento e adoção de uma política urbana voltada ao turismo e preservação do meio ambiente.

Assunto: **PE 60 / DER**
Objetivo: Projeto duplicação / Invasões faixa de domínio
Meta: Implementar ações junto ao DER, para preservação da faixa de domínio da PE – 60, e conhecimento pelo município do projeto de duplicação da PE 60, para elaboração de legislação urbanística especial de uso e ocupação do solo ao longo da via.

Assunto: **Bugres**
Objetivo: Trilhas alternativas inverno/ verão
Roteiro: Porto de Galinhas / Praia de Calhetas/ Paraíso (Cabo de Santo Agostinho)
Meta: Criar trilhas alternativas de interesse paisagístico e segurança de tráfego para os roteiros dos bugres cadastrados

Assunto: **Segurança**
Objetivo: Elaborar plano especial para o litoral, com destaque para Porto de Galinhas
Meta: Divulgar Porto de Galinhas como roteiro turístico possuidor de segurança especial para visitantes e moradores

Assunto: **SUAPE**
Objetivo: Conhecer o programa de preservação do Porto de Suape
Meta: Estabelecer novos roteiros turísticos

Assunto: **Lixo**
Objetivo: Discutir a coleta de lixo no litoral, conhecer a proposta de aterro sanitário compartilhado entre Porto de Suape/ Prefeitura do Ipojuca e Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Assunto: **Infra - estrutura**
Objetivo: Discutir e apresentar proposta que visem dotar Porto de Galinhas de Abastecimento d'água e sistema de tratamento e esgotamento sanitário
Meta: Exigir dos poderes públicos competentes a oferta destas infra – estruturas no balneário

Assunto: **Áreas especiais**
Objetivo: Definir áreas territoriais no litoral do município preferenciais para uso de hotelaria
Meta: Criar mecanismo de ordenação do território, que vise oferecer padrões de unidade de vizinhança adequados à implantação de resorts.

Assunto: **Ciclovia**
Objetivo: Estudo de viabilidade de implantação de ciclovias no litoral
Meta: Implantar uma ciclovia integrando N. S. do Ó a Porto de Galinhas, permitindo a utilização pela mão de obra residente em N.S. do Ó e fora dos horários de deslocamento casa – trabalho, sua utilização como equipamento de lazer

Assunto: **Barcos e jangadas**
Objetivo: Definir local apropriado (foz do rio Merepe), para consertos, pinturas e manutenção das embarcações
Meta: Evitar a incompatibilidade dessas ações junto aos banhistas e turistas.

Assunto: **Comércio na praia**
Objetivo: Regulamentar o comércio na praia, fixo e ambulante
Meta: Estabelecer um zoneamento, com limitações de áreas, horários de funcionamento e sistema de limpeza, e definir áreas e regulamentações para a pratica de esportes na praia.

Atenciosamente,

ASSEMPE Associação dos escritórios de empresas de consultoria do nordeste

Fundação Massangana

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Associação Pela Cidadania do Município de Ipojuca
Rua Cristóvão José da Silva, nº 15 - 1º Andar - Centro - Ipojuca – Fone (81) 3551.1310

Ipojuca, 26 de junho de 2001

A
COMISSÃO DO DIAGNOSTICO ECOLÓGICO
DO LITORAL DE IPOJUCA

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de informar a essa conceituada instituição da existência de um loteamento pertencente ao Senhor Frederico Burle, localizado na Ilha do Álvaro, situado no município de Ipojuca, entre o povoado de Porto de Galinhas e Serrambí.

O dito loteamento localiza-se em área de manguezais e alagados, pelo que de acordo com o Gerenciamento Ecológico Costeiro do Estado de Pernambuco, como previsto no seu art. 24, § 2º, inc.VI: **PROIBE-SE O PARCELAMENTO DO SOLO COM EDIFICAÇÕES EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RIGOROSA.**

Diante do exposto, solicitamos uma vistoria no local para a adoção de providencia cabíveis, pois aquele loteamento poderá comprometer o ecossistema estuarino do seu entorno e comprometer o sentido da reserva ali instituida pelo Ibama.

Na certeza de providencias dessa conceituada entidade, endereço-lhe votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Ivo José da Costa Junior
Presidente

Com cópia:
CPRH
M.P. FEDERAL
M.P. ESTADUAL
IBAMA
COMISSÃO DO DIAGNOSTICO ECOLÓGICO
DO LITORAL DE IPOJUCA

"Governar é manter a balança da Justiça igual para todos", assim sendo, será dado um grande passo no resgate da dignidade humana.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Para : Presidência e a Comissão do Diagnostico Ambiental de Ipojuca – PE

Introdução:

Como se verifica no local, está em fase de implantação, um loteamento entre Porto de Galinhas e Serrambi, na localidade denominada Ilha do Álvaro, de propriedade do senhor Frederico Burle. Esta área é considerada de grande interesse ecológico, pois manguezais e alagados circundam a ilha de grande beleza cênica. Esta propriedade poderia ser um Parque Ecológico Municipal com ênfase para o ecoturismo já que o mesmo não dispõe de uma área para esta finalidade como também livraria da pressão antopica e de outros problemas.

Base Jurídica:

Além dos atributos ecológicos e estuarinos, o Decreto Estadual do Gerenciamento Ecológico Econômico Costeiro (GERCO), no seu artigo 24 – Subzona Estuarina dos Rios Formoso, Sirinhaém, Maracaipe e Ipojuca – Merepe abrange o conjunto estuários que se estende do Rio Ipojuca até a margem esquerda do Rio Sirinhaém, bem como a área estuarina do rio Formoso. Apresentam, na maior parte, manguezais extensos e preservados, onde vive uma fauna diversificada que desempenha importante papel na sobrevivência das comunidades rurais e urbanas de baixa renda. Neste mesmo artigo, parágrafo 2, inciso 6, está expresso:

Proíbe-se nesta área o parcelamento do solo com edificações.

O que diz a proposta da planta Diretora para o Município:

A mesma indica como uma área de expansão urbana no urbana no qual contraria as normas ambientais e ao desenvolvimento do Município que tem a diversidade costeira como um grande atrativo turístico.

Proposta:

Levando em consideração as razões alencadas, gostaria que a comissão examinasse a proposta de criação de um Parque Ecológico Municipal com ênfase para o lazer e o ecoturismo, e que a licenciamento do empreendimento fosse embargado já que o mesmo encontrasse em tramitação na Prefeitura.

Medidas tomadas para conter o loteamento:

O fato já foi comunicado oficialmente ao Ministério Público Estudual, Federal, IBAMA e CPRH

Nestes termos pede deferimento

Sinésio Araújo
Membro da comissão do diagnóstico
Do litoral de Ipojuca – PE

Recebi o original em 03/07/2001.

Ipojuca, 02 de julho de 2001.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

DOSSIÊ – PORTO DE GALINHAS JUN.2001,11

Levantamento realizado em agosto de 2001.

Órgão: CPRH – GERCO
Data: 11/04/01
Ação: Processo Ponta de Serrambi - Auto de infração com penalidade de multa n.º 0150/2001, construção irregular de espigão de pedras, na faixa de praia, de uso comum do povo e " NON AEDIFICANDI" em frente ao Hotel Intermares, na praia de Ponta de Serrambi - Ipojuca
Situação: Ministério Publico

Órgão: CPRH - GERCO
Data:11/01/01
Ação: Auto de infração com penalidade de multa n.º 0004/2001, infração constatada - Auto de constatação n.º 0591, Aterro da vegetação de mangue, implantação de lotes no Loteamento Marina do Aquirá, construção de Muro de arrimo e aterro hidráulico na área do pontal acrescido sobre áreas estuarinas, especificamente, na foz, de forma irregular
Obs.: O responsável já tinha sido atuado pelo IBAMA EM 04/08.90 – onde técnicos da CPRH e do IBAMA em vistoria conjunta, visitaram a área e constataram a continuidade do aterro.
Situação: Ministério Publico

Órgão: CPRH - GERCO
Ação: Auto de constatação n.º 0593 – Paulista Praia Hotel S/ª (SUMMERVILLE BEACH RESORT), privatização da faixa de praia, de uso comum do povo "NON AEDIFICANDI", em frente ao Hotel Summerville, praia de Muro Alto, município de Ipojuca, através de colocação de estacas impedindo e dificultando o acesso publico às praias e ao mar.
Obs.: Leis federal: n.º. 9.605/98, art. 54 § 2º, incluso IV, n.º 7991/88, art. 10§ 1º
Leis estadual : n.º. 21972/99, art. 41º, art. 8º, n.º 11.516/97, art. 2º,3º e 9º
Situação: Estacas retiradas, estas estacas tinham sido colocadas pela Prefeitura Municipal de Ipojuca (Regularizado)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Órgão: CPRH - GERCO
Ação: Processo irregular – Avanço na praia, (~ 17,00 m) área "NON AEDIFICANDI", Loteamento Merepe II, , quadra J, lote 06 – Sr. Osvaldo Vieira

Órgão: CPRH - GERCO
Ação: Processo irregular – Avanço na praia, (~ 17,00m), área "NON AEDIFICANDI", loteamento Merepe II, Lote 5 ou 7 – Sr. Antônio Carlos Monteiro

Órgão: CPRH - GERCO
Ação: Processo irregular – Avanço na praia com mais de 17,00 m em área "NON AEDIFICANDI", Loteamento Merepe II, próximo a quadra J - Hotel Solar

Órgão: CPRH - GERCO
Ação: Processo irregular – Avanço de 13,00m sobre a Av. Beira Mar projetada no loteamento aprovado, loteamento Merepe I, Quadra C1, lote 3 e 4

Órgão: IBAMA - PE
Data: 15/12/00
Ação: Auto de infração por transporte de esterros de lenha de mata atlântica sem ATPF (ROD. PE-60)
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 11/02/00
Ação: Auto de infração por transporte de lenha sem a cobertura de ATPF (ROD. PE-60)
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 06/06/97
Ação: Auto de infração por utilizar, transportar, armazenar, embalar, receber, consumir, comercializar produtos ou subprodutos florestais sem cobertura da ATPF. (Infração da flora migrada do SIGS) – Garagem da Prefeitura de N.S.a. Do Ó - Ipojuca
Situação: autuado

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Órgão: IBAMA - PE
Data: 20/03/97
Ação: Utilizar, transportar, armazenar, embalar, receber, consumir, comercializar produtos ou subprodutos florestais sem cobertura da ATPF. (Infração da Flora migrada do SIGS) – Engenho Conceição Velha
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 26/09/00
Ação: Auto de infração por manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem a devida licença do (sem fins comerciais) IBAMA – PE., local : INTERMARES VILLAGE
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 19/03/01
Ação: Auto de infração por destruir área de mangue, com corte e aterro, em área de 05 há no loteamento Antônio Lira, Praia de Serrambi - Ipojuca
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 17/02/00
Ação: Auto de infração por exercer atividades potencialmente degradadora sem licença ambiental, alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, local: Praia de Toquinho – Ipojuca/PE , n.º 121866
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 17/02/00
Ação: Auto de infração por exercer atividades potencialmente degradadora sem licença ambiental, alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, local: Praia de Toquinho – Ipojuca/PE , n.º 121867
Situação: autuado

Continuação

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Órgão: IBAMA - PE
Data: 11/07/01
Ação: Auto de infração por retirada de areia do mar e aterrar área de praia, utilizando-se de trator, destruindo o ambiente natural e tornando área publica (terreno de marinha) em área particular, avançando no mar, Praia de Toquinho. Área constante do DEC. N.º 21.972/99 - PE
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 11/07/00
Ação: Auto de infração por cortar e aterrar área com vegetação de mangue, aprox. 0.5 (meio HÁ. Utilizando draga as margens do rio Aquira, sem autorização do órgão competente, área protegida pelo DEC. 21.972/99-PE, local Praia do Toquinho
Obs.: Fica esta área embargada conforme TEI. N.º 040294-C
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 23/02/00
Ação: Auto de infração por exercer atividades potencialmente degradadora do meio ambiente, sem licença ambiental legalmente exigível ou em desacordo com a mesma (construção de espigões de pedra com gambiões. Auto de infração em substituição ao 178881-A), local Praia de Toquinho
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 17/06/96
Ação: Auto de infração por desmatar, causar a morte, suprimir ou explorar qualquer forma de vegetação em área de preservação – Infração da Flora migrada do SIGS, local - Barra de Sirinhaem
Situação: autuado

Órgão: IBAMA - PE
Data: 17/06/96
Ação: Atuo de infração por causar danos ambientais de qualquer natureza, que provoquem destruição ou outros efeitos desfavoráveis a biota nativa. local – Barra de Serinhaem
Situação: autuado

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

continuação

Órgão: IBAMA - PE
Data: 21/08/97
Ação: Auto de infração por utilizar fogo em qualquer forma de vegetação sem a previa autorização do órgão (infração da flora migrada do SIGS), local - Ipojuca
Situação: autuado

Órgão : CIPOMA
Período de JAN/90 a JUL/01
Ação: Ocorrências relativas ao meio ambiente:

- Referente a pesca = 017
- Referente a flora = 007
- Referente a fauna silvestre = 023
- Referente a mineração = 031
- Referente a queimada = 005

TOTAL = 83 ocorrências

Ação: Ocorrências relativas a pessoa:

- Referente a porte ilegal de armas = 015

TOTAL = 015 ocorrências

Ação: Ocorrências relativas ao trânsito

- Referente a acidente sem vitima = 003
- Referente a irregularidade na documentação = 005
- Referente a conflito de circulação = 001

TOTAL = 009 ocorrências

Ação: Ocorrências relativas ao patrimônio

- Referente a invasão = 002

TOTAL = 002 ocorrências

Ação: Ocorrências relativas a incêndio

- Referente a incêndio residencial = 001
- Referente a incêndio terreno baldio 001

TOTAL = 002 ocorrências

TOTAL GERAL = 111 ocorrências no período (CIPOMA – Município de Ipojuca)

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

FUNDAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO
MUNICIPAL

RELATÓRIO

COMPATIBILIZAÇÃO DA PLANTA DIRETORA / PLANO DE REGULAMENTAÇÃO

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

APRESENTAÇÃO

Como nos foi solicitado por esta Comissão, estamos apresentando este relatório, fruto de um esforço conjunto de compatibilização entre as propostas da Planta Diretora (litoral) elaborada pela FIDEM e Prefeitura e as propostas do Plano de Regulamentação, desenvolvido pela Prefeitura e Consultoria contratada.

A Planta Diretora abrange o Município na sua totalidade enquanto o Plano de Regulamentação trata exclusivamente do litoral, promovendo maior detalhamento para o processo de ocupação da área.

Entendemos que esses dois instrumentos Planta Diretora e Plano de Regulamentação já elaborados, são segmentos que deverão compor o Plano Diretor cuja exigência foi reforçada pela Lei 10257/01 – Estatuto da Cidade, no que se refere a localização de atividades no território municipal, expansão da área urbana e a proteção do ambiente natural.

Para melhor entendimento apresentamos as tabelas (em anexo) especificando os usos e respectivos índices urbanísticos por zonas do litoral listadas a seguir:

- Zona Especial de Turismo (ZET) – Muro Alto/Maracaípe
- Zona de Baixa Densidade (ZBD) – Cupe/Maracaípe/Enseadinha/Toquinho
- Zona de Média Densidade (ZMD) – Merepe/Porto de Galinhas/Ponta de Serrambi
- Zona de Adensável (ZAD) – Porto de Galinhas/Serrambi (habitação média/popular)
- Zona Espacial de Centro (ZEC) – Porto de Galinhas
- Zona de Amenização Ambiental 1 (ZAA-1) – Muro Alto (área entre o mar/ mata)
- Zona de Amenização Ambiental 2 (ZAA-2) – Merepe (área alagável)
- Zona de Eixos Comerciais (ZEC) – trechos vias – Porto de Galinhas/Serrambi
- Zona de Expansão Urbana 1 (ZEU-1) – Porto de Galinhas (próximo eixo viário)
- Zona de Expansão Urbana 2 (ZEU-2) – Porto de Galinhas (próximo ecossistema estuarino)
- Zona de Requalificação Urbana (ZRU) – Porto de Galinhas/Serrambi (ocupação espontânea)
- Zona de Proteção Ambiental (ZPA) – Áreas alagadiças/mata

Consta também deste relatório algumas observações gerais levantadas em reunião realizada em Porto de Galinhas em 12/06/01, quando da apresentação da Planta Diretora e outros aspectos identificados para subsidiar a discussão e aprimoramento dos instrumentos de controle urbano ora em análise pela Câmara Municipal, para posterior aprovação.

Por tanto este relatório tem por objetivos:
- apresentar as propostas compatibilizadas da Planta Diretora e do Plano de Regulamentação
- registrar as sugestões e observações feitas em reuniões

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Instalação de Comissão Especial para acompanhar a implantação dos instrumentos e analisar os casos omissos, a exemplo de indústrias, etc., como já sugerido na Planta Diretora, sob a forma de um Conselho de Desenvolvimento Urbano.

- Algumas Áreas devem ser alvo de maior detalhamento através de Plano Urbanístico Específico, recomendado quando da elaboração do Plano Diretor como preconiza o Estatuto da Cidade, a exemplo dos Núcleos Urbanos do Município, Área de Muro Alto, a orla e outros.

- Plano Diretor:
  Deverá também indicar e mapear outras áreas habitacionais, pois Nossa Senhora do Ó não é suficiente: para atender as demandas dos empreendimentos turísticos previstos para a orla do Município e Suape.

- No Plano de Regulamentação:
  - Deverá constar o detalhamento e mapeamento dos usos utilizando a planta da UNIBASE na escala que permita maior detalhas, indicando a hierarquização do Sistema Viário com suas respectivas categorias e dimensões de acordo com as diretrizes da Planta Diretora, destacando também os acessos de pedestre e áreas públicas, visando facilitar a implementação desses instrumentos.

  - Complementar a caracterização das condições mínimas para o uso assemelhados – FLAT's indicando o percentual de área mínima dos serviços comuns como restaurante, cozinha, lavanderia, etc. de forma que diferencie significativamente do uso multifamiliar.

- Na Zona de Proteção Ambiental – ZPA
  Atenção do Ministério público quanto a questão da drenagem do Rio Pequeno – reabrir o aterro provocado no Rio

- Zona de Baixa Densidade – ZBD
  Serrambi – Tendência de Uso já consolidado como residencial o que diverge ao uso comércio e serviços, sugerido para esta Zona.

- Preocupação em garantir o livre aceso da população às praias e os espaços públicos na orla

- Na Zona Adensável – ZAD
  Recuperar as áreas verdes públicas.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO TÉCNICA VISANDO A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA ORLA DO IPOJUCA

Aos nove dias do mês de abril do ano de 2001, realizou-se Audiência Pública, no horário das 14:00 ÁS 18:00 horas, na Faculdade José Lacerda Filho, em Ipojuca, convocada pela Promotoria de Justiça da Comarca de Ipojuca, através da Portaria nº PJCI-001/2001 de 26/03/2001 (anexo 1), com a participação da FIDEM, CPRH, IBAMA, SPU, Prefeitura e Câmara Municipal de Ipojuca, Associações existentes no município e demais pessoas interessadas, com o objetivo de encontrar soluções e apresentar propostas de legislação ao poder público local, a fim de se evitar o desordenamento urbano e o impedimento de qualquer pessoa ao livre acesso às praias ou qualquer outro logradouro público de uso comum do povo.

A primeira reunião foi realizada em 19/04/2001, sendo escolhido Marcos Queiroz, Vice-Prefeito e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Ipojuca, para Presidente da Comissão, o Professor Leonardo Sampaio, da Academia Pernambucana de Ciências, para Assessorar Tecnicamente a Comissão, e o Vereador de Ipojuca, Romero Sales, para Secretariar a Comissão.

Foram realizadas 11 (onze) reuniões da Comissão, pelo que passamos a fazer um resumo do que se passou nas mesmas, anexando todas as atas ao presente relatório (anexo 2), salientando que as reuniões, de 04/10/2001 e 08/11/2002, não se realizaram pela ausência da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Municipais do Ipojuca:

- **PLANTA DIRETORA DO IPOJUCA**

A FIDEM fez uma apresentação sobre a Planta Diretora do Ipojuca, elaborada conjuntamente com a Prefeitura Municipal do Ipojuca.

- **DEFINIÇÃO DA LINHA DE PREAMAR DO IPOJUCA**

A Profª Carmem Medeiros fez uma exposição das bases conceituais da zona costeira, orientando objetivamente para a solução do problema, e posteriormente fez uma apresentação visando a definição da linha de preamar do Ipojuca. Salientou a necessidade de visitas de campo, pois os dados da ortofotocarta são de 1970/1980. Informou ainda que os custos da definição da linha de preamar poderiam ser incluídos no "Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros", que inclui o município do Ipojuca, que faz parte do convênio com o PNMA II e MMA.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

O Dr. Paulo Gondim da GRPU, fez esclarecimentos sobre a linha de preamar, informando que o município do Ipojuca não tem ainda a linha de preamar definitiva, porém, existe a linha de preamar provisória, que tem validade jurídica, podendo ser utilizada para subsidiar na aprovação da Planta Diretora do Ipojuca.

ORDENAMENTO DO COMÉRCIO INFORMAL DA PRAIA

Foi feita a apresentação pelos Professores Luiz Lira e Elza Vieira, do Programa de Capacitação para a orla do Ipojuca, consistindo dos seguintes cursos: Guardiões dos Ecossistemas Costeiros; Manipuladores de Alimentos; Culinária Marítima; Educação Ecológica Costeira; Educação para o consumo e administração da renda familiar.

A proposta do Programa de Capacitação para a orla do Ipojuca, com as condições de operacionalização, será encaminhada à presente comissão que a encaminhará à Prefeitura do Ipojuca.

No processo de Ordenamento do Comércio Informal da Praia foram feitas as seguintes sugestões: Professor Luiz Lira (Universidade Rural de PE) - agregar outras instituições e Professor Otto Farias (Secretário Executivo da Universidade do Meio Ambiente do Nordeste) - utilização dos alunos do Curso de turismo para trabalharem a potencialidade turística do Ipojuca.

Foi sugerida a inclusão de CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL no Plano Plurianual PPA/2002-2005 e Lei Orçamentária Anual 2002 do município do Ipojuca.

Foi sugerido à Prefeitura do Ipojuca suspender a aprovação de projetos de parcelamento na orla, até 30/06/2001.

Os Professores Luiz Lira e Elza Vieira ficaram de encaminhar a proposta à Comissão, do Programa de Capacitação para a orla do Ipojuca, com as condições de operacionalização, que a encaminhará à Prefeitura do Ipojuca.

Encaminhar proposta para inclusão de CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL no Plano Plurianual - PPA/2002-2005 e Lei Orçamentária Anual 2002 do município do Ipojuca.

Sandra Regina apresentou o Projeto Executivo do calçadão e barracas da orla de Maracaipe, e informou que deixou uma cópia da planta na CPRH para análise e posterior parecer. Salientou

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

que o projeto foi aprovado pelos comerciantes, e a Prefeitura concorda em fazer o projeto, se a CPRH aprovar. Por parte da CPRH foi esclarecido haver impedimento legal para qualquer uso da orla que implique em impermeabilização do solo, o que acarreta deflagração de processo erosivo.

- **ANÁLISE DA PLANTA DIRETORA E COMPATIBILIZAÇÃO DA MESMA COM O PLANO DE REGULAMENTAÇÃO DA ORLA**

Foi feita a apresentação do GT, sendo anexado ao presente, Relatório da Compatibilização da Planta Diretora com o Plano de Regulamentação da Orla (anexo 3).

- **DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL AO IBAMA**

O IBAMA, conjuntamente com a Prefeitura do Ipojuca - Secretaria de Infra-estrutura e GPU fizeram vistoria em 05/06/2001, visando subsidiar parecer sobre denúncia do Ministério Público Federal relacionado com: ocupação irregular de praia, aterro de mangues, circulação de veículos automotores na praia e extração de areia sem licença ambiental, resultando no Relatório Técnico Nº 082/2001-DITEC/IBAMA/PE (anexo 3), que foi encaminhado ao Ministério Público Federal.

- **PROBLEMAS AMBIENTAIS PENDENTES DA ORLA DE IPOJUCA NA CPRH, FIDEM E IBAMA**

Aércio Pereira, apresentou o "DOSSIÊ – PORTO DE GALINHAS" (anexo 3), com as ações existentes na CPRH, IBMA e CIPOMA, visando uma tomada de posição conjunta pelos órgãos componentes da presente comissão. Sugeriu que a Prefeitura de Ipojuca verificasse se ficou alguma ação fora do referido levantamento.

A Prefeitura do Ipojuca não terminou a análise do documento "Dossiê – Porto de Galinhas".

- **ABERTURA DOS CAMINHOS E TRILHAS**

Foi feito um acordo entre a Prefeitura do Ipojuca, comunidade, bugreiros e proprietários das terras na área de Porto de Galinhas até Muro Alto. Em Maracaipe se tem a trilha, mas infelizmente não são obedecidas.

- **PLANO DIRETOR DE IPOJUCA**

Zuleide, da FIDEM, sugeriu que a Planta Diretora e o Plano de Regulamentação da Orla fizessem parte do Plano Diretor do Município do Ipojuca. Sandra Regina, da Prefeitura do Ipojuca, informou que a Planta Diretora se encontra na Procuradoria da Prefeitura do Ipojuca. Romero Sales, Vereador do Ipojuca, informou que o Plano de Regulamentação da Orla já foi aprovado em 14/11/2001, através Lei Nº 1.286/2001.

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Recife, 08 de junho de 2001.

Senhor Prefeito,

A Comissão Técnica visando a solução dos problemas ambientais na Orla do Ipojuca, com a presença das entidades relacionadas na lista de presença anexa, em reunião realizada no Departamento de Pesca da UFRPE no dia 29 de maio do corrente ano, decidiu pedir a inclusão de CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL no Plano Plurianual – PPA/2002-2005 e Lei Orçamentária Anual – LOA 2002, do município do Ipojuca, visando contribuir para a solução dos problemas da Orla.

Certos de estarmos contribuindo para o desenvolvimento de nosso município, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

MARCOS QUEIRÓZ
Coordenador

Exmo. Sr.
Dr. Carlos Santana
DD. Prefeito do município do Ipojuca
IPOJUCA - PE

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com

Recife, 23 de agosto de 2001.

Prezados Senhores,

A Comissão Técnica visando a solução dos problemas ambientais na Orla do Ipojuca, vem através do presente solicitar o material contendo a DEMARCAÇÃO DA LINHA DE PREAMAR PROVISÓRIA DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA. Aproveita o ensejo e pede ainda que sejam feitos os esforços necessários visando a DEMARCAÇÃO DA LINHA DE PREAMAR PERMANENTE DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA.

Certos de sermos atendidos no exposto acima, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

MARCOS QUEIRÓZ
Coordenador

À
GRPU
RECIFE - PE

PDF created with pdfFactory trial version www.pdffactory.com